

**SEGURADORA**



CNPJ nº 87.163.234/0001-38  
 NIRE 43300032990  
 Carta Patente SUSEP nº 021  
 Rua Sete de Setembro, 515 - térreo - 5º e 9º andares  
 CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS

**Relatório da Administração**

**Senhores acionistas:**

A Diretoria da Sabemi Seguradora S/A submete a V.Sas. o presente Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e o Parecer de auditoria atuarial independente, relativos ao exercício de 2022.

**Contexto Operacional**

Em 2022, o primeiro semestre foi impactado por um cenário advindo de 2021 composto por instabilidade econômica, inflação alta, juros altos e pandemia.

Atentos a este panorama, a administração da empresa rapidamente promoveu uma revisão completa e modificações na sua estrutura de custos diretos, despesas e investimentos.

Estas ações se mostraram assertivas, uma vez que, os resultados alcançados foram substancialmente melhores que 2021 e os ajustes trouxeram uma maior agilidade e eficiência em nossas operações.

Para 2023 a seguradora deve focar nos canais de distribuição utilizados para comercializar seus produtos e serviços, como corretores, agentes, bancos, meios digitais, entre outros. Além disso, é importante destacar as iniciativas de digitalização da empresa, como plataformas digitais e aplicativos, bem como o papel dos canais de distribuição na captação de novos negócios e na fidelização de clientes.

Estamos confiantes que começaremos 2023 mais preparados para aproveitar todas as oportunidades de crescimento e expansão.

**Economia e Ambiente de Negócios**

O ano de 2022 foi marcado por um ambiente de negócios desafiador, principalmente pela polarização política em ano de eleições presidenciais no Brasil e as incertezas que acompanham este contexto. Felizmente, este ambiente conturbado trouxe poucos impactos na economia e serviu para demonstrar o grau de amadurecimento de nossas instituições, entre elas a independência técnica do Banco Central.

No entanto, a pressão inflacionária mundial e a elevação das taxas de juros dos bancos centrais em todo mundo fizeram com que a taxa de juros Selic encerrasse o ano de 2022 num patamar elevado de 13,75% a.a.

Outro determinante da taxa de juros, a inflação, encerrou 2022 em 5,79%. O índice foi melhor que os 10,06% de 2021, porém acima do teto da meta de 3,5%.

Para 2023, existe uma expectativa da queda de juros, mas que dependerá do arcabouço fiscal em execução, do controle da inflação e do possível encaminhamento de uma reforma tributária.

Em relação ao mercado segurador brasileiro, este deve apresentar crescimento de 12,09% em 2022 e 10% em 2023, segundo a CENSEG. Para o segmento de Vida e Previdência, o crescimento em 2022 é projetado em 13,1%.

A participação da indústria de seguros no PIB deverá ficar em 6,4%. Em países desenvolvidos a participação ultrapassa os 10%, o que deixa claro o quanto o mercado segurador ainda pode crescer em termos de relevância econômica.

O setor de seguros tem um papel social importantíssimo na estabilidade e qualidade de vida das pessoas, e nos últimos anos tem sido impulsionado pelo avanço tecnológico, pela abertura de mercado através das *insurtechs* e na melhora de sua comunicação com o público em geral.

**Mercado de atuação**

A Sabemi Seguradora S/A é uma Companhia com cinco décadas de atividade, especializada no segmento de consignação em folha de pagamento de servidores públicos, operando nos ramos de Seguro de Pessoas, Previdência Complementar e Assistência Financeira a seus segurados e participantes, em todo o território nacional.

**Desempenho da Companhia**

A Companhia registrou lucro líquido no exercício de R\$ 1.718 mil, representando uma rentabilidade de 2,60 % sobre o patrimônio líquido médio.

O resultado da Companhia decorre principalmente de receita com prêmio de seguro de acidentes pessoais e da receita financeira gerada pelas assistências financeiras realizadas a seus participantes.

As receitas com prêmios de seguros tiveram um aumento de 8,42%, enquanto as rendas de contribuições apresentaram um aumento de 1,49 %, quando comparado com o mesmo período de 2021.

O Índice de sinistralidade ficou em 6,27% em relação ao prêmio ganho. O Índice combinado ampliado ficou em 0,93.

**Organização societária**

Em Assembleia Geral Extraordinária de 1º de junho de 2022, foi aprovada a nomeação do Diretor Executivo de Seguros, Rodrigo de Castro Fernandes Pecoraro e a nomeação do Diretor Executivo de Serviços Financeiros, Rodrigo Severo.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 19 de agosto de 2022, foi aprovada a renúncia do Diretor Executivo Administrativo Financeiro, Alexandre Girardi, com efeitos imediatos. O Diretor Executivo de Serviços Financeiros, Rodrigo Severo passou a acumular as funções de Diretor Executivo Administrativo Financeiro e Diretor Executivo de Serviços Financeiros. Em Assembleia Geral Extraordinária de 13 de setembro de 2022, foi aprovada a eleição de Rodrigo Severo, como novo Diretor Executivo Administrativo Financeiro.

**Dividendos**

A Companhia optou pelo pagamento dos juros sobre o capital próprio de acordo com a legislação vigente, atendendo os dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos no Estatuto Social da companhia.

**Impostos e contribuições**

A Companhia destinou R\$ 14.037 mil das receitas aos cofres públicos a título de impostos e contribuições próprios, pagos e provisionados, no exercício.

**Controles internos**

A Companhia, com vistas a garantir um crescimento sustentado, tem utilizado as boas práticas de Governança Corporativa, investindo fortemente na busca da excelência da gestão, para aprimorar o relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, parceiros, prestadores de serviços, colaboradores, comunidade e demais partes interessadas.

A qualificação dos colaboradores; uso da tecnologia; melhoria, análise, reavaliação e aderência dos processos; gerenciamento de riscos são prioridades para a diretoria.

Com vistas a propiciar um quadro de gestão profissionalizada, a Controladora estruturou um Conselho Consultivo, com a atribuição de orientar estrategicamente os negócios e a governança do grupo, dentre eles o da Sabemi Seguradora S/A, atuando de forma a proteger os interesses e a maximizar investimentos.

**Ouvidoria**

Desde a sua constituição em 2005, a Ouvidoria vem atuando com estratégia proativa, identificando a origem dos problemas para solucioná-los definitivamente, cumprindo a missão de verdadeira mediadora de conflitos entre a companhia e o segurado e/ou beneficiário, depois de esgotados os demais canais de acesso e atendimento disponíveis.

**Segurança da informação**

A Companhia vem constantemente implementando um conjunto de controles, incluindo políticas, processos, estruturas organizacionais e normas e procedimentos de segurança, objetivando a proteção das informações dos clientes e da Companhia, nos seus aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

**Recursos humanos**

A Sabemi tem como política de Recursos Humanos a seleção, retenção e desenvolvimento.

to de talentos para dar suporte ao seu plano de crescimento sustentado. Para valorização da competência de seus colaboradores, instituiu desde 2006 um programa de participação nos resultados. Ademais, a Companhia vem investindo fortemente no programa de desenvolvimento, aprimoramento e qualificação dos colaboradores, pois acredita que o potencial realizador das pessoas é a base de sustentação dos seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2022, o quadro da Seguradora era formado por 195 colaboradores.

**Declaração sobre a capacidade financeira**

As aplicações financeiras estão classificadas como "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", ajustados pelo valor de mercado.

Os benefícios de planos previdenciários e sinistros são pagos rigorosamente em dia, assim como todas as demais obrigações de qualquer natureza, seguindo os procedimentos determinados pelos órgãos reguladores.

**Perspectivas futuras**

A Sabemi Seguradora tem uma expectativa positiva para o futuro, acreditando que continuará a crescer e expandir suas operações de seguro, plano de previdência complementar na modalidade de pecúlio e operações financeiras.

A expansão para novos modelos de comercialização de seguros, a melhoria contínua de nossos processos e a oferta de serviços personalizados e de qualidade são fatores que nos diferenciam e que continuarão a ser nosso foco nos próximos anos.

Além disso, com o objetivo de ampliar os resultados, a administração continuará reavaliando a estrutura de custos para dar suporte às operações de forma a obter maior otimização dos recursos aplicados.

**Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação, competência e o talento que nos permitem obter resultados consistentes e diferenciados. Agradecemos também aos nossos acionistas, parceiros, fornecedores e clientes o indispensável apoio e a confiança, que fortalecem e reforçam nosso compromisso em superar as expectativas.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2023.

**A Diretoria**

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma		
	2022	2021

<b>Operações de seguros (Nota 24)</b>		
Prêmios emitidos líquidos	107.847	100.197
Contribuições para cobertura de riscos	29.598	29.619
Variação das provisões técnicas de prêmios	(1.138)	(2.222)
<b>Prêmios ganhos (Nota 24)</b>	<b>136.307</b>	<b>127.594</b>
Sinistros ocorridos (Nota 24)	(8.548)	(17.634)
Custo de aquisição (Nota 24)	(24.606)	(25.456)
Outras receitas e despesas operacionais, líquido (Nota 24)	(5.479)	(3.359)
Resultado com operações de resseguro – despesa com resseguro	(241)	(359)
Variação de outras provisões técnicas	(75)	(67)
Custo de aquisição (Nota 24)	(1.498)	(1.574)
Outras receitas e despesas operacionais, líquido (Nota 24)	(15)	(16)
Despesas administrativas (Nota 24)	(92.923)	(109.466)
Despesas com tributos (Nota 24)	(7.619)	(7.043)
Resultado financeiro (Nota 24)	6.989	38.700
Resultado patrimonial	9	4
<b>Resultado operacional</b>	<b>2.301</b>	<b>1.324</b>
Ganhos e perdas com ativos não correntes (Nota 24)	(35)	(21)
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>2.266</b>	<b>1.303</b>
Imposto de renda (Nota 10.2)	(149)	709
Contribuição social (Nota 10.2)	(99)	458
Participações sobre o resultado	(300)	(889)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.718</b>	<b>1.591</b>
<b>Quantidade de ações</b>	<b>79</b>	<b>79</b>
<b>Lucro por ação - em Reais</b>	<b>21.746,06</b>	<b>20.138,53</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais		
	2022	2021

Resultado do exercício	1.718	1.591
Outros resultados abrangentes no exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	1.718	1.591

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais		
	2022	2021

<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	1.718	1.591
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	360	537
Provisão para perda sobre créditos	-	(114.045)
Perda na alienação de imobilizado e intangível	35	21
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>		
Ativos financeiros	7.111	1.105
Créditos das operações de seguros, incluindo ativos oriundos de contratos de seguros	(5.124)	(680)
Créditos das operações com previdência complementar	109	(351)
Ativos de resseguro	21	19
Créditos fiscais e previdenciários	4.238	(2.073)
Ativo fiscal diferido	5	(2)
Depósitos judiciais e fiscais	(958)	144
Despesas antecipadas	4.986	76.342
Outros ativos	(24.151)	995.667
Impostos e contribuições	(1.617)	2.971
Outras contas a pagar	(4.392)	(892.230)
Débitos de operações com seguros e resseguros	165	30
Débitos de operações com previdência complementar	(24)	17
Depósitos de terceiros	(134)	(5.027)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(3.489)	509
Provisões técnicas - previdência complementar	(2.450)	2.835
Provisões judiciais	(162)	(162)
Outros Passivos	(2.813)	(85.353)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>(15.884)</b>	<b>(18.134)</b>
Juros pagos	-	-
Imposto sobre o lucro pagos	-	(2.206)
<b>Caixa líquido consumido (gerado) nas atividades operacionais</b>	<b>(15.884)</b>	<b>(20.340)</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Alienação de imobilizado	12	15
Aquisição de imobilizado	(8)	(25)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>	<b>4</b>	<b>(10)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	(6.885)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>(6.885)</b>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(15.880)</b>	<b>(27.235)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.896	47.131
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.016	19.896
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(15.880)</b>	<b>(27.235)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

**Balanco patrimonial em 31 de dezembro Em milhares reais**

	2022	2021		2022	2021
<b>Ativo</b>			<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		
<b>Circulante</b>	<b>97.748</b>	<b>102.891</b>	<b>Circulante</b>	<b>38.949</b>	<b>48.955</b>
Disponível (Nota 5)	4.016	3.369	Contas a pagar	10.975	15.512
Caixa e bancos	4.016	3.369	Obrigações a pagar (Nota 14)	5.969	9.626
Equivalente de caixa (Nota 5)	-	16.527	Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 15)	1.563	2.499
Aplicações (Nota 6)	23.587	30.698	Encargos trabalhistas	1.906	2.613
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros (Nota 6.4.1)</b>	<b>5.988</b>	<b>864</b>	Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	-	233
Prêmios a receber	4.965	728	Impostos e contribuições (Nota 17)	561	535
Operações com seguradoras	961	136	Outras obrigações	976	6
Operações com resseguradoras	62	-	<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>	<b>3.623</b>	<b>3.458</b>
<b>Créditos das operações com previdência compl. (Nota 6.4.2)</b>	<b>4.690</b>	<b>4.799</b>	Operações com seguradoras	2.198	2.821
Valores a receber	4.690	4.799	Operações com resseguradoras	93	88
<b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>	<b>1</b>	<b>22</b>	Corretores de seguros e resseguros	982	339
Títulos e créditos a receber (Nota 6.4.3)	48.954	37.038	Outros passivos operacionais	350	210
Títulos e créditos a receber	32.352	16.573	<b>Débitos de operações com previdência complementar</b>	<b>2</b>	<b>26</b>
Créditos tributários e previdenciários	63	4.053	Outros passivos operacionais	2	26
Assistência financeira a participantes (Nota 6.4.3)	15.470	15.503	<b>Depósitos de terceiros (Nota 18)</b>	<b>36</b>	<b>170</b>
Outros créditos	1.069	909	<b>Provisões técnicas - seguros (Nota 18)</b>	<b>11.716</b>	<b>15.205</b>
<b>Outros valores e bens</b>	<b>89</b>	<b>90</b>	Pessoas	11.716	15.205
Outros valores	89	90	<b>Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 19)</b>	<b>10.102</b>	<b>12.493</b>
<b>Despesas antecipadas (Nota 7)</b>	<b>10.422</b>	<b>9.478</b>	Planos não bloqueados	10.102	12.493
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>Outros débitos</b>	<b>2.495</b>	<b>2.091</b>
Seguros	1	6	Passivos de arrendamento (Nota 20)	2.495	2.091
<b>Ativo não circulante</b>	<b>42.694</b>	<b>40.058</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>34.849</b>	<b>28.660</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>41.786</b>	<b>38.759</b>	<b>Contas a pagar</b>	<b>705</b>	<b>1.760</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>35.350</b>	<b>23.558</b>	Outras contas a pagar	705	1.760
Títulos e créditos a receber	11.138	-	<b>Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 19)</b>	<b>142</b>	<b>201</b>
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 10.1)	8.069	8.317	Planos não bloqueados	142	201
Depósitos judiciais (Nota 9)	6.051	5.093	<b>Outros débitos</b>	<b>30.986</b>	<b>20.466</b>
Assistência financeira a participantes (Nota 6.4.4)	10.092	10.148	Provisões judiciais (Nota 22 (b))	30.986	20.466
<b>Outros valores e bens (Nota 8)</b>	<b>5.229</b>	<b>8.064</b>	<b>Débitos diversos</b>	<b>3.016</b>	<b>6.233</b>
<b>Despesas antecipadas (Nota 7)</b>	<b>1.207</b>	<b>7.137</b>	Passivos de arrendamento (Nota 20)	3.016	6.233
<b>Investimentos</b>	<b>284</b>	<b>276</b>	<b>Patrimônio líquido (Nota 23)</b>	<b>66.644</b>	<b>65.334</b>
Participações societárias (Nota 11)	252	244	Capital social	55.000	55.000
Outros investimentos (Nota 11)	32	32	Reservas de lucros	11.644	10.334
<b>Imobilizado (Nota 12)</b>	<b>561</b>	<b>918</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>140.442</b>	<b>142.949</b>
Bens móveis	561	918			
<b>Intangível (Nota 13)</b>	<b>63</b>	<b>105</b>			
Outros intangíveis	63	105			
<b>Total do ativo</b>	<b>140.442</b>	<b>142.949</b>			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares reais**

	Capital social	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2021</b>	55.000	7.979	5.981	-	68.960
Ajustes decorrentes da reapresentação (nota 2.1)	-	-	1.668	-	1.668
<b>Em 01 de janeiro de 2021 (reapresentado nota 2.1)</b>	55.000	7.979	7.649	-	70.628
Dividendos s/resultado de exercícios anteriores aprovados em AGE de 17/08/2021 (Nota 22.2)	-	-	(4.225)	-	(4.225)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-	1.591	1.591
<b>Proposta de destinação do resultado:</b>					
Reserva legal	-	163	-	(163)	-
Juros sobre o capital próprio/dividendos (Nota 23.2)	-	-	(1.232)	(1.428)	(2.660)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>55.000</b>	<b>8.142</b>	<b>2.192</b>	<b>-</b>	<b>65.334</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-	1.718	1.718
<b>Proposta de destinação do resultado:</b>					
Reserva legal	-	86	-	(86)	-
Reserva retenção lucros</					



...Continuação

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022**  
Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

**1 Contexto operacional**

A Sabemi Seguradora S.A (“Seguradora” ou “Companhia”) tem por objeto operar em seguros de pessoas, bem como em previdência privada complementar, nas modalidades de pecúlio e de renda, operando em todo território nacional. A Seguradora possui sede na Rua Sete de Setembro 515 - térreo, 5º e 9º andares, Centro - Porto Alegre/RS, tendo suas atividades reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A Severo Participações S.A é controladora da Sabemi Seguradora S.A com participação de 100% no capital social em 31 de dezembro de 2022.

A Seguradora também atua como correspondente de instituição financeira no país, de acordo com a Circular SUSEP nº 600/20.

No exercício social de 2009, a Seguradora ingressou no Consórcio do Seguro DPVAT, mediante aprovação do Processo nº 15414.004076/2008-85 pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através de Carta SUSEP/GABIN nº 205, de 30 de dezembro de 2008.

Em Assembleia Geral, atendendo a previsão do Instrumento do Consórcio do Seguro DPVAT, foi deliberada a dissolução do Consórcio do Seguro DPVAT, ficando a Seguradora Líder em nome das Consorciadas, designada a administrar o “run-off” de suas operações e obrigações com relação aos sinistros ocorridos até 31 de dezembro em 2020, inclusive quanto às futuras demandas judiciais que os envolvam. A partir de 1º de janeiro de 2021, fica vedada quaisquer novas subscrições de riscos pela Seguradora Líder em nome das Consorciadas. Adicionalmente, todas as indenizações relativas ao DPVAT para sinistros ocorridos após 1º de janeiro de 2021, ficam a cargo da reserva existente do Consórcio do Seguro DPVAT, constituída ao longo dos últimos anos.

**2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

**2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Seguradora em 24 de fevereiro de 2023.

**Política de contabilização das operações de Assistência Financeira**

Ao longo dos meses de fevereiro a abril/2021, foram realizadas diversas reuniões com a Susep, abordando principalmente a forma de contabilização da securitização dos direitos creditórios originados por esta Companhia e securitizados a diversos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), de acordo com a legislação vigente.

De acordo com as normas contábeis vigentes, as operações de cessão devem ser classificadas entre:

- transações cessão/ transferência de ativos realizadas com retenção substancial de riscos e benefícios;
- transações de cessão/ transferência de ativos realizadas sem retenção substancial de riscos e benefícios; e
- transações de cessão / transferência de ativos realizadas sem transferência e sem retenção substancial de riscos e benefícios.

A Companhia ao longo dos anos, com base nas suas análises efetuadas a luz das orientações emanadas dos pronunciamentos contábeis aplicáveis (CPCs 38 / CPC 48) concluiu que as cessões realizadas de ativos financeiros se enquadravam na categoria de transações de cessão / transferência de ativos realizadas sem retenção substancial de riscos e benefícios. O referido entendimento também se encontrava amparado na análise e parecer contábil de especialistas renomados como o Professor e Doutor Eliseu Martins, incluindo seus auditores internos e externos, que levaram em consideração as circunstâncias das operações realizadas, e a não retenção significativa de cotas subordinadas pela Seguradora (entidade que reporta), assim como a ausência de controle e não consolidação dos referidos fundos (FIDCs) para os quais as transferências de ativos foram cedidas. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020 a Seguradora não detinha nenhuma cota subordinada.

Em 21 de maio de 2021, através do Ofício Eletrônico Nº 4/2021/CFIP2/CGFIP/DIR4/SUSEP, o órgão regulador determinou efetuar o levantamento de todos os FIDC ativos em 31 de dezembro de 2020, reconhecendo os créditos de assistência financeira no Ativo e os créditos cedidos no Passivo por entender que a seguradora retinha substancialmente riscos e benefícios devido aos Regulamentos dos FIDCs constava cláusula determinando a aquisição de Quotas Ordinárias Subordinadas por parte da Seguradora ou Partes relacionadas. Foi determinado também o levantamento de todas as receitas e despesas já reconhecidas relacionadas aos contratos de assistência financeira em aberto na data-base para estorná-las e registrá-las como Ativo e Passivo a serem diferidos durante o prazo remanescente dos recebimentos dos créditos.

De acordo com a determinação da Susep, em 2021 efetuamos os ajustes para todas as operações de securitização realizadas com os FIDC's que denominamos de FIDC's Elegíveis, aqueles que cumpriam as duas condições, estar ativos em 31 de dezembro de 2020 e FIDC's cujas Quotas Subordinadas, naquela data, pertenciam à Seguradora ou Partes relacionadas. Os FIDC's Elegíveis são o Sabemi III, Sabemi V, Sabemi VI, Sabemi VIII, Sabemi IX e Sabemi X.

O valor contabilizado como receita diferida em 2020 foi reconhecido no resultado do exercício de 2021 em decorrência da venda das quotas subordinadas, pelas partes relacionadas da Sabemi Seguradora, dos respectivos FIDCs.

	Saldos Contabilizados 31/12/2021	Ajustes Efetuados (2.779)	Saldos Publicados 31/12/2021
<b>Efeitos no Resultado</b>			
Resultado financeiro	41.479	(2.779)	38.700
<b>(=) Resultado operacional</b>	<b>4.103</b>	<b>(2.779)</b>	<b>1.324</b>
<b>(=) Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>4.082</b>	<b>(2.779)</b>	<b>1.303</b>
Imposto de renda	25	694	719
Contribuição social	41	417	458
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>3.259</b>	<b>(1.668)</b>	<b>1.591</b>

**2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.

**2.3 Caixa e equivalentes de caixa (Disponível)**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

**2.4 Ativos financeiros****Classificação**

A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

**(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são contabilizados ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Os ativos dessa categoria correspondem a aplicações financeiras classificadas no ativo circulante.

Os fundos de investimento financeiro são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos, na data do balanço.

A Seguradora não utiliza em suas operações instrumentos financeiros derivativos de caráter especulativo.

**(b) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para a venda não são derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados no ativo não circulante, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

**(c) Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um

mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem as operações de assistência financeira, prêmios e títulos e créditos a receber, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Tais ativos, subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

O valor justo é estabelecido com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco, incluído o risco de crédito do emissor.

**(ii) Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(iii) Recuperabilidade de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

A Seguradora avalia no final de cada período se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.

Os critérios que a Seguradora adota para determinar se há evidência objetiva de perda por *impairment* incluem:

- . dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- . quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- . o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador do empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- . declaração de falência ou reorganização do tomador de serviço;
- . desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro;
- . dados indicando que há redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, a Seguradora mensura o prejuízo. Nesta circunstância o saldo contábil é reduzido ao seu valor recuperável e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida, a reversão da perda será realizada e registrada na demonstração do resultado.

A provisão para perdas sobre créditos é constituída segundo a análise das perdas prováveis sobre créditos a receber vencidos acima de 60 dias. Foi avaliada a recuperabilidade (*impairment*) destes ativos em 31 de dezembro de 2022.

Mediante avaliações, a Seguradora entende que provisão para perdas sobre créditos em consonância com determinações da SUSEP está adequada e reflete o histórico de perdas.

**2.5 Ativos não circulantes****Realizável a longo prazo**

É demonstrado pelos valores de realização ou liquidação, inclusos, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias, auferidos até a data do balanço.

**2.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for recuperado. Basicamente constituído sobre diferenças temporárias relativas à provisão para perdas sobre créditos; contingências fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas e provisões diversas, conforme destacado na Nota 9.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base na projeção de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem sofrer alterações.

**2.7 Depósitos judiciais**

A Seguradora reconhece como depósitos judiciais os bloqueios bancários transferidos para juízo, até o desfecho do processo relacionado, de acordo com as informações advindas do departamento jurídico.

**2.8 Investimentos**

Registrados pelo custo de aquisição, composto principalmente por ações da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e obras de arte.

**2.9 Imobilizado**

Registrado pelo custo de aquisição, composto principalmente por equipamentos e móveis e utensílios.

As depreciações foram efetuadas pelo método linear, levando-se em consideração o prazo de vida útil dos bens às taxas anuais de 10% para móveis e utensílios, 20% para equipamentos de processamento de dados.

**2.10 Intangível**

Registrado pelo custo de aquisição e amortizado pelo método linear, levando-se em consideração o prazo determinado pela legislação vigente. Este grupo está representado por licenças de sistemas aplicativos.

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável até cinco anos.

**2.11 Contratos de arrendamento**

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A Seguradora arrenda certos bens como diversos andares e lojas de prédio comercial para sua área administrativa e operacional. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 24 meses a 5 anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os arrendamentos, nos quais a Seguradora detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os bens adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados durante a vida útil do ativo.

IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – A norma CPC 06 (R2) estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

**2.12 Contratos de seguros**

A Seguradora classifica todos os contratos de seguros com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes, considerando, adicionalmente, todos os cenários com substância comercial em que o evento segurado ocorre comparado com cenários em que o evento segurado não ocorre. Em geral, a Seguradora define como risco significativo de seguro a possibilidade de incorrer em sinistralidade superior às mensalidade pagas pelos participantes.

**2.13 Avaliação de passivos originados de contratos de seguro****Passivos de contratos de seguros**

As provisões técnicas, calculadas pelo Atuarial Responsável Técnico, visam dar garantia às operações de seguros de pessoas e de previdência complementar, e são constituídas em consonância com os normativos em vigor, emitidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA) específicas.

As principais definições aplicáveis aos ramos de seguros pela Seguradora, em relação ao provisionamento de 31 de dezembro de 2022, são as seguintes:

**Seguros de Pessoas e Previdência Complementar Aberta**

**Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):** constituída com base na formulação de cálculo constante dos normativos SUSEP, e tem por objetivo dar cobertura aos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer.

**Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG/RVNE):** tem por objetivo dar cobertura aos riscos em vigor de prêmios ainda não emitidos pela Seguradora.

**Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** tem por objetivo dar cobertura aos sinistros avisados e ainda não liquidados, cuja metodologia está segregada entre sinistros administrativos e judiciais. No caso das demandas judiciais, o critério está vinculado aos riscos de perda das ações e estimativas de desembolsos, conforme classificação e acompanhamento de sua área jurídica.

**Provisão de IBNER:** tem por objetivo ajustar o saldo da PSL, quando necessário, em função dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados.

**Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR):** tem por objetivo dar cobertura ao montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data base de cálculo. O modelo de estimação, tanto para seguros de pessoas quanto para planos de pecúlio, segue o desenvolvimento de triângulos de *Run-Off*, o qual permite que a IBNR constituída esteja aderente aos resultados dos testes de consistência.

**Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR):** tem por objetivo dar cobertura aos valores destinados a devoluções de prêmios e resgates a regularizar, cuja metodologia está segregada entre provisão administrativa e judicial.

**Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):** tem por objetivo dar cobertura às despesas relacionadas ao pagamento de indenizações com sinistros, cuja metodologia está segregada entre provisão administrativa e judicial.

**Provisão de Excedentes Técnicos (PET):** constituída exclusivamente em seguros de pessoas coletivo, tendo por objetivo dar cobertura aos valores destinados à distribuição de excedentes, decorrentes de superávits técnicos dos contratos de seguros que prevejam especificamente a cláusula de distribuição de excedente técnico.

**Provisão Complementar de Cobertura (PCC):** será constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos – TAP, de acordo com as determinações previstas na regulamentação em vigor.

**Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC):** constituída exclusivamente para planos de previdência complementar, seguindo os parâmetros e bases técnicas previstas nas NTAs dos respectivos planos, cujo objetivo é proporcionar garantia aos beneficiários de renda em vigor, assumidos junto aos seus beneficiários.

**Teste de Adequação dos Passivos (LAT - Liability Adequacy Test)**

Conforme requerido pelo CPC 11 e previsto no normativo em vigor pela SUSEP, em cada data de balanço a Seguradora elabora o TAP para todos os contratos vigentes na data de sua execução. Este teste é realizado considerando-se como valor líquido contábil de todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11, deduzidos, se for o caso, dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados às provisões técnicas, em conformidade com as normas específicas. Para realização do teste, a Seguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se de premissas correntes para aplicação. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos são agrupados em função de similaridades (ou características de risco similares), e, consequentemente, de como os respectivos riscos de seguro são gerenciados pela administração, cujos valores são trazidos à data presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco, de onde se calcula o resultado parcial de cada um destes grupos, e, consequentemente, se extrai o resultado final do TAP. Para os produtos de previdência também classificados como contratos de seguro, cuja grande concentração está nos planos de pecúlio/RS, tendo apenas riscos residuais nos beneficiários de renda, a Seguradora elaborou uma metodologia que leva em consideração elementos que impactam diretamente o fluxo de caixa dos referidos contratos, tais como, taxas de sobrevivência/mortalidade, estatísticas de cancelamento e opções de resgate. Os resultados e as conclusões em relação aos testes realizados na data base de 31 de dezembro de 2022 estão expostos na Nota 18.4.

**2.14 Obrigações a pagar**

São obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base “pro - rata”).

**2.15 Impostos e contribuições****(a) Imposto de renda e contribuição social**

As provisões para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro foram constituídas com base no Lucro Líquido Ajustado, de acordo com a legislação vigente, à taxa nominal de 15%, acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e à taxa nominal de 15% para a contribuição social. Em 28 de abril de 2022, entrou em vigor a MP nº 1.115/22 que altera a Lei nº 7.689/88, que instituiu a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a qual elevou a alíquota dessa contribuição de 15% para 16% nas pessoas jurídicas de seguros privados, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

**(b) Demais obrigações**

Incluem as provisões para o Programa de Integração Social (PIS), e para a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) os quais são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para PIS é constituída à alíquota de 0,65% e a COFINS à alíquota de 4,0%, ambas sobre o os prêmios de seguros e previdência deduzidos de eventos indenizáveis.

**2.16 Provisões contingentes e obrigações legais**

Provisões contingentes são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para os processos de natureza cível utiliza-se o método de melhor estimativa, considerando-se as médias de valores pagos, o período de apuração dos pagamentos e o seu objeto processual.

Os demais passivos contingentes classificados como perda possível não são registrados, mas são divulgados em nota explicativa e os assuntos classificados como perda remota não são provisionados, porém são divulgados pela administração quando relevantes.

As obrigações legais são provisionadas independentemente da opinião de êxito dos assessores jurídicos.

**2.17 Reconhecimento das receitas e despesas**

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

. Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização contabilizados por ocasião da emissão da apólice futura ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice.

. As contribuições de previdência são reconhecidas de acordo com a emissão do certificado ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes de sua emissão e ajustadas por meio da variação das provisões.

. As receitas de assistência financeira a participantes são reconhecidas de acordo com o prazo de vigência do contrato.

. As despesas com provisões técnicas de previdência são contabilizadas simultaneamente ao reconhecimento das correspondentes receitas.

**2.18 Benefícios a empregados**

As provisões trabalhistas, principalmente relativas às férias e aos respectivos encargos sociais, são calculadas e registradas segundo o regime de competência.

A Seguradora não concede plano de pensão ou outros benefícios pós-emprego, nem remuneração baseado em ações. Ainda aos colaboradores desligados por iniciativa da empresa é permitida a continuidade no plano de saúde, limitado a dois anos, com custo integral por parte do ex-colaborador.

**2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

**2.20 Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Seguradora, estão descritas a seguir:

**Normas que entrarão em vigor nos exercícios seguintes:**

IFRS 9 (CPC 48) – Substitui as orientações existentes no CPC 38 e introduz novas exigências sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo novo modelo de perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.

IFRS 17 (CPC 50)- CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de Seguros - substituirá a orientação sobre contratos de seguros que existe atualmente e tem o objetivo de contribuir para melhor entendimento dos aspectos como exposição ao risco, rentabilidade e posição financeira.

A norma prevê a aplicação a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme decisão de dezembro de 2020 do *IASB – International Accounting Standards Board*.

Continua...



...Continuação

O CPC submeteu à audiência pública, em 2019, o Pronunciamento Técnico CPC 50 – Contratos de Seguros, correspondente à IFRS 17. O mesmo foi aprovado em Maio/21 e divulgado em Agosto/21. A norma IFRS 17 prevê a aplicação a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme decisão de dezembro de 2020 do IASB – International Accounting Standards Board, no entanto, o pronunciamento CPC 50 ainda aguarda aprovação pela SUSEP para o registro contábil pela seguradora.

IFRS 23 (CPC 22) – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Renda – Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que existe incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos.

A Seguradora pretende adotar essas normas e novas interpretações, quando entrarem em vigor e forem referendadas pelo órgão regulador.

Tendo em vista que algumas normas citadas acima não foram aprovadas pela SUSEP, não obrigatórias para a preparação das demonstrações financeiras do exercício corrente.

**3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, imposto de renda e contribuição social diferidos, avaliação sobre a recuperação dos valores registrados nas provisões para contingências. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

**(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros**

O componente onde a administração mais exerce seu julgamento e se utiliza de estimativas, é na constituição dos passivos de seguros da Seguradora, especialmente os judiciais, os quais são administrados pela área jurídica interna. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora liquidará em última instância, a qual utiliza todas as fontes de informações internas e externas disponíveis, considerando a experiência passada e os indicadores que possam influenciar nas tomadas de decisões da área jurídica, da administração, dos atuários e de seus especialistas para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa de valor para liquidação dos sinistros de cujos contratos o evento segurado já tenha ocorrido, bem como para liquidação das solicitações de devoluções de contribuições e de resgates. Como consequência, para tais obrigações, os valores provisionados podem diferir dos valores efetivamente liquidados em datas futuras.

**(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões passivas contingentes**

A Seguradora é parte em demandas judiciais envolvendo as áreas cíveis, fiscais e trabalhistas, as quais são consideradas para elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Os critérios utilizados pela administração da Seguradora para a contabilização das demandas observam as evidências fáticas, legais e jurisprudenciais para a correta classificação e mensuração do risco econômico envolvido em cada demanda judicial, levando-se em consideração, ainda, os estudos e pareceres elaborados pela assessoria jurídica da Seguradora em conjunto com profissionais especializados.

**(c) Provisão (Impairment) para riscos de crédito sobre assistência financeira**

A administração usa estimativas baseadas no histórico de perda em ativos com características de risco de crédito e evidência objetiva de *impairment* similar aos da sua carteira para projetar os fluxos de caixa futuros. A administração examina sua carteira de assistência financeira com o objetivo de avaliar possíveis perdas, pelo menos a cada mês.

**4 Gerenciamento de riscos**

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Seguradora são os riscos de mercado (taxa de juros), de crédito, de liquidez, de risco de seguros e de risco de capital. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela administração.

**4.1 Gestão de risco de seguro**

A Seguradora atua junto ao mercado com produtos de seguro de pessoas, na modalidade coletiva, e planos de previdência complementar aberta, em especial o pecúlio, os quais são direcionados para pessoas físicas, jurídicas e empresas públicas, cujo objetivo é atender seu público-alvo. Seu modelo é tido como de baixo risco, considerando as taxas de sinistralidades aferidas por seus produtos.

Nos seguros coletivos de Acidentes Pessoais-APC e Vida, opera basicamente com contratos de vigência anual, assim como no Funeral, entretanto as renovações dos seguros APC estão seguindo, precipueiramente, prazos quinzenais.

Recentemente, passou a operar também um seguro individual de Acidentes Pessoais-API, com contratos de vigência anual e em escala ainda reduzida.

As políticas de subscrição de riscos são definidas pela diretoria, com apoio do departamento técnico, cujos respectivos setores são os responsáveis em auxiliar na identificação, monitoramento e mitigação destes riscos de subscrição.

A Seguradora vem operando resseguro na modalidade “quota-parte” junto aos ramos APC e Funeral, por período indeterminado, junto à resseguradora local SCOR Brasil Resseguros S.A, categoria de risco A+, de acordo com avaliação da Standard&Poor’s, cujo volume é imaterial frente a totalidade de sua carteira. Também possui operação ativa com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A, na modalidade de cosseguro cedido junto ao ramo APC, onde cada parte é responsável direta por uma “quota-parte” determinada de 50% do valor do seguro, sem entrada de novos clientes desde início de 2020. Em outubro de 2022 a Seguradora iniciou operação de cosseguro aceito com a líder União Seguradora S/A., com quota parte de 50%.

A Seguradora define risco de seguro como aquele transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra, podendo haver, inclusive, oscilação e incerteza sobre o valor da indenização resultante deste evento. Para a quase totalidade dos seus contratos de seguro, cujos riscos são incertos, a Seguradora entende que o principal risco deles é aquele proveniente dos sinistros avisados, em situações em que os pagamentos das indenizações resultantes desses eventos possam exceder ao valor contábil de seus passivos atuariais. Essas situações são possíveis quando a ocorrência de sinistros superar as estimativas previstas na metodologia de cálculo das provisões, ou oriundo de ações judiciais, quando a Seguradora é compelida a pagar indenizações maiores que o valor contratado ou que a sua previsão inicial. O histórico demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos sinistros.

A sua estrutura de gestão de riscos considera a similaridade dos riscos transferidos pelos seus contratos nos ramos em que opera, bem como a experiência acumulada ao longo dos anos para lidar com os riscos ao qual está inserida, sendo que seus segmentos de gestão estão estruturados em Seguros de pessoas (ramos coletivos) e Previdência complementar.

A Seguradora mantém-se atenta quanto ao treinamento geral a seus funcionários, principalmente no que tange aos aspectos de controles internos, e, em relação ao seu pessoal de vendas, procura monitorar a qualidade dos negócios propostos pelos corretores e escritórios regionais, a fim de avaliar e melhorar o seu desempenho.

**Sobre os produtos:**

**(a) Seguros de pessoas**

**Seguros de pessoas coletivos:** a força de sua operação está fixada nos seguros de vida coletivos, que oferecem as coberturas de morte por acidente e morte por qualquer causa, concentradas nos ramos Acidentes Pessoais e Coletivos de Vida, além do Funeral.

**Seguros de pessoas individuais:** iniciou operação no ramo Acidente Pessoal Individual recentemente, com um volume de vendas ainda tímido

**(b) Previdência complementar**

**Previdência complementar:** vem operando apenas com planos de pecúlio, estruturados exclusivamente no regime de repartição simples (RS). Possui riscos residuais em vigor no plano de pensão, referentes a contratos mais antigos, cujos controles dos riscos de subscrição são os mesmos utilizados nas operações dos seguros.

**Concentração de risco e análise de sensibilidade**

**Seguros de pessoas:** este segmento respondeu por 78,5% dos prêmios auferidos em 2022, enquanto havia atingido 77,2% no mesmo período de 2021. Em 31 de dezembro de 2022, a carteira contava com aproximadamente 497 mil vidas seguradas, destacando-se o ramo de Acidentes Pessoais Coletivos (0982) com 452 mil, além do ramo Vida com 1,26 mil e o Funeral com 44 mil vidas. Salienta-se que, em outubro de 2022, começou a operar com o ramo Acidente Pessoal Individual, contando com 9 segurados ao final deste exercício.

**Previdência complementar:** participou com 21,5% da arrecadação de 2022, quando obteve R\$ 29,6 milhões de contribuições arrecadadas, praticamente toda concentrada em pecúlio. Já em 2021, este segmento havia atingido 22,8% da arrecadação, que também foi de R\$ 29,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, havia 83,6 mil contratos vigentes no plano de Pecúlio e 85 no de Pensão.

A garantia das operações vinculadas a todos os seus planos é dada pelas provisões constituídas, além da gestão técnica que é feita entre receitas e despesas, com vistas a manter-se o controle de suas obrigações com os sinistros. Esta política tem como característica principal o reinvestimento de recursos próprios em ativos do mercado financeiro, em modalidades conservadoras.

Em relação à receita de seus planos, os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Abaixo se divulga a arrecadação de prêmios emitidos do grupo de Pessoas, e de contribuições dos Planos de Previdência.

Grupos	Prêmios auferidos		Prêmios auferidos	
	2022		2021	
Pessoas Coletivo	107.847		100.197	
Previdência	29.598		29.619	

Com vistas a se divulgar o parâmetro de concentração de riscos por região geográfica, se optou por apresentar a distribuição dos prêmios diretos da carteira de seguros e o respectivo percentual de risco, conforme o quadro abaixo. A análise dos dados demonstra que não houve oscilação na arrecadação em relação ao mesmo período de 2021, cujos riscos permaneceram totalmente concentrados na região Sul.

Distribuição por emissor do Risco	2022		2021	
	Prêmios Diretos	Concentração de Risco	Prêmios Diretos	Concentração de Risco
<b>Região 8 (RS, SC e PR)</b>	134.358	100,00%	134.493	100,00%
<b>Demais Regiões do Brasil</b>	0	0,00%	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>134.358</b>	<b>100,00%</b>	<b>134.493</b>	<b>100,00%</b>

**Análise de Sensibilidade**

Com o objetivo de analisar a sensibilidade nos resultados da Seguradora, frente à oscilação em algum de seus parâmetros técnicos, optou-se em realizar o teste junto à premissa de sinistros, verificando seu impacto no resultado e no patrimônio líquido contábil de 31 de dezembro de 2022, pois índice de conversibilidade, taxa de juros, inflação e excedente financeiro, considerando a característica dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida para este contexto. Segue os índices de sinistralidade observados entre 2020 e 2022:

Grupos	2022	2021	2020
Pessoas Coletivo	3,4%	6,8%	5,2%
Plano de Pecúlio	25,9%	33,7%	20,6%

Para aplicar o teste de sensibilidade, observou-se o histórico de sinistralidade dos últimos períodos e considerando que os parâmetros atingidos em 2021 foram mais elevados que em períodos anteriores, vamos agravar em 20% as rubricas contábeis de despesas com sinistros de Pessoas Coletivo e em 5% as de Pecúlio, verificando, a partir destes agravos, os reflexos no resultado e no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários:

Impacto no resultado e no patrimônio líquido		2022	2021
<b>Aggravamento de 20% nos sinistros de Pessoas Coletivo</b>			
		(873)	(341)
<b>Aggravamento de 5% nos benefícios de Pecúlio</b>			
		(113)	(650)

**Premissas dos testes de sensibilidade**

Aggravamento de 20% nos sinistros de Pessoas Coletivo (873) (341)

Aggravamento de 5% nos benefícios de Pecúlio (113) (650)

O processo utilizado pela Administração para determinação das premissas atuariais e financeiras, consiste na identificação do risco que se pretende segurar e do valor máximo em risco, além da observação dos dados necessários para fins de tarifação e subscrição, considerando: a utilização de Tábuas Biométricas aprovadas pela legislação e o fato de que a base de dados é composta por informações referentes a um período concorrente com as apólices com riscos em vigor.

Com vistas a se verificar os reflexos do teste de sensibilidade nos resultados do TAP, recalculou-se os fluxos novamente, considerando os parâmetros de agravamento da sinistralidade mencionados, cujos grupos mais sensíveis a oscilações seriam os de Seguros e Pecúlio - Eventos Não Ocorridos de Prêmios Registrados e Prêmios Não Registrados, os quais apresentaram os resultados da tabela a seguir:

GRUPOS	VP dos fluxos de caixa do TAP normal	Recálculo do VP dos fluxos de caixa Sensibilidade	Provisões técnicas em 31/12/2022	Comissões diferidas e/ou ativos intangíveis	Recálculo dos Resultados Vls p/R\$ 1.000
Seguros					
Eventos Não Ocorridos PR	332	334	175	1	160
Pecúlio					
Eventos Não Ocorridos PR	1.621	1.701	1.930	0	(229)
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PR	938	984	2.757	0	(1.773)
<b>Seguros+ Pecúlio Eventos Não Ocor PR</b>	<b>2.891</b>	<b>3.019</b>	<b>4.862</b>	<b>1</b>	<b>(1.842)</b>
Seguros Eventos Não Ocorridos PNR	(42.395)	(39.221)	0	0	(39.221)
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PNR	10.066	11.477	0	0	11.477
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PNR	(1.451)	(576)	0	0	(576)
<b>Seguros+ Pecúlio Eventos Não Ocor PNR</b>	<b>(33.780)</b>	<b>(28.320)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(28.320)</b>

Como conclusão do teste de sensibilidade, o VP resultante do recálculo dos fluxos de caixa do TAP sofreria um incremento de R\$ 128 mil (Seguros e Pecúlios de Eventos Não Ocorridos - PR) e de R\$ 5,46 milhões (Seguros e Pecúlios de Eventos Não Ocorridos - PNR) em relação ao VP das projeções normais, entretanto, conforme o quadro acima, mesmo que ocorressem tais agravamentos, não seria necessário se estabelecer provisionamento complementar para os respectivos grupos testados acima.

**4.2 Gestão de riscos financeiros**

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: a) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; b) risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Seguradora; c) risco de crédito associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

**(a) Risco de mercado**

O risco de mercado é a possibilidade de perda decorrente das oscilações nos valores de mercado, tais como preços, índices e taxas sobre os descasamentos de prazos, moedas e indexadores de carteiras. O processo de gestão e controle de risco é submetido periodicamente à avaliação e revisão. A ferramenta de análises usada pela Seguradora está entre os principais métodos amplamente difundidos no mercado, sendo ele: Metodologia do Stress Test do Sistema Sophis. O stress determinista utiliza cenários de níveis de taxa pré, cupom cambial, ações, entre outros fatores de risco. A projeção do mercado é estabelecida em função das curvas de taxa pré, cupom cambial, cupom de TR, projeções de preços, etc. A metodologia utilizada para o cálculo do Stress Test utiliza um histórico de 180 dias úteis para séries de preços dos ativos e adota o percentual de 95%. Para o cálculo do Value At Risk (VAR) e Stress das carteiras da Sabemi, as equipes de Risco dedicadas do Itaú Asset e XP Investimentos, estabelecem cenários internos próprios para determinados fatores de risco.

Na aplicação no Fundo RESTEC do Itaú, percebe-se, pelos dados abaixo, uma baixa utilização dos limites estipulados para a carteira. Obtivemos VAR PL diário de 0,01% com base em consumo limite de 7,34% e Stress PL diário de 0,20% com consumo limite de 19,82%. A atual composição da carteira é composta por quotas de fundos de investimento. Na aplicação para o Fundo XP Reserva Técnica, por ser composto em sua totalidade somente por LFTs e caixa, o VaR calculado para o fundo é zero pois no modelo adotado para cálculo de volatilidade, o EWMA, que dá peso maior às oscilações mais recentes dos fatores de risco, não tem detectado oscilações significativas nos fatores de risco atrelados às taxas de ágio e deságio das LFTs presentes no fundo atualmente, o Stress Test também não contempla choques nas taxas de ágio/deságio em LFTs. Sabe-se que o mercado dispõe de outras metodologias de análise de stress. Entretanto, devido às características das carteiras da Seguradora na data em questão, julgou-se o teste de stress realizado pelo Sistema Sophis como o mais adequado para o cálculo de risco do Fundo.

**(b) Risco de liquidez**

O risco de liquidez é a possibilidade de desequilíbrio entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis. Este descasamento pode vir a comprometer a capacidade de pagamento da Seguradora.

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, garantindo desta forma a realização dos eventos financeiros. A previsão de fluxo de caixa da Seguradora é realizada pelo Departamento Financeiro. Este departamento administra diariamente a liquidez de caixa com base em premissas estabelecidas de desembolsos e recebimentos.

**(c) Gestão de risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora. A política de assistência financeira da Seguradora considera o nível de risco de crédito a que está sujeito as peculiaridades que envolvem o crédito consignado, tais como a diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, garantia de desconto em folha de pagamento e averbação online. Além disso, os prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em operações de assistência financeira.

A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na Nota 6.4.4.

**4.3 Gestão de risco de capital**

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios de exigibilidade de capital determinados pelo CNSP e SUSEP. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram ambos “capitais regulatórios” e “capital econômico” de acordo com a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora.

A estratégia de gestão de risco de capital é maximizar o valor do capital da Seguradora mediante a otimização do nível e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora.

Os principais objetivos da Seguradora em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e SUSEP e (ii) otimizar retorno sobre capital para os acionistas.

Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

**Adequação de capital**

Conforme Resolução CNSP nº 432/21 segue demonstrado abaixo o cálculo de adequação do capital, da Seguradora, apurado em 31 de dezembro de 2022:

	2022	2021
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>66.644</b>	<b>65.334</b>

(-) Participação em sociedades financeiras e não financeiras	(252)	(244)
(-) Despesas antecipadas	(11.629)	(16.615)
(-) Créditos tributários de diferença temporárias	(3.743)	(3.007)
(-) Ativos intangíveis	(63)	(105)
(-) Obras de arte (Outros investimentos)	(32)	(32)
<b>(-) Ajustes contábeis</b>	<b>(15.719)</b>	<b>(20.003)</b>
(+) Superávit de fluxos prêmios/cont. não registrado apurado no TAP	1.880	3.029
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	1.182	1.546
<b>(+) Ajustes associados à variação dos valores econômicos</b>	<b>3.062</b>	<b>4.575</b>
PLA de nível 1	46.598	40.022
PLA de nível 2	3.062	4.575
PLA de nível 3	4.327	5.309
<b>PLA – soma de PLA nível 1 + PLA nível 2 + PLA nível 3 (i)</b>	<b>53.987</b>	<b>49.906</b>
(-) Ajuste de excesso de PLA de Nível 2 e PLA de Nível 3 (ii)	-	(803)
<b>PLA (total) aceito para cobertura do CMR – soma de (i) e (ii)</b>	<b>53.987</b>	<b>49.103</b>
<b>Capital Mínimo Requerido (CMR)</b>		
<b>a) Capital base (I)</b>	8.100	8.100
<b>b) Capital de risco (CR)</b>	28.844	30.043
(+) Capital adicional de risco de subscrição	22.134	21.053
(+) Capital adicional de risco de crédito	4.759	5.121
(+) Capital adicional de risco operacional	344	324
(+) Capital adicional de risco de mercado	8.754	12.132
(-) Benefício da correlação entre os capitais	(7.147)	(8.587)
<b>Capital mínimo requerido (maior entre a e b)</b>	<b>28.844</b>	<b>30.043</b>
CMR coberto pelo PLA de nível 1 (deve ser no mínimo 50% do CMR)	28.844	30.043
<b>Suficiência de PLA</b>	<b>25.143</b>	<b>19.060</b>

	2022	2021
<b>5 Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa	-	6
Depósitos bancários à vista	4.016	3.363
Equivalente de caixa (i)	-	16.527
	<b>4.016</b>	<b>19.896</b>

(i) Refere-se a cotas de fundos de investimentos, com liquidez diária. São fundos constituídos, na maioria, por títulos públicos.

**6 Ativos financeiros**

**6.1 Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos para negociação são os seguintes:

	2022		2021	
	Custo Atualizado	Valor de mercado	Custo Atualizado	Valor de mercado
Cotas de fundos de Investimento (a)	23.587	23.587	30.698	30.698
Total de títulos para negociação	<b>23.587</b>	<b>23.587</b>	<b>30.698</b>	<b>30.698</b>

Em 31 de dezembro de 2022 a Seguradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos com propósito especulativo.

**(a) Cotas de Fundos de Investimento**

	2022	2021
Cotas de fundos de investimento		
LFS PRE Eleg Nível II	2.297	-
Itaú Restec TP RF Aberto	8.455	15.359
XP Reserva Técnica FI RF	12.835	15.339
	<b>23.587</b>	<b>30.698</b>

A expectativa de remuneração das cotas de fundo de investimento é de 100% do CDI

**6.1.1 Abertura da carteira por prazo de vencimento:**

<b>Ativo financeiro</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Cotas de Fundos de Investimentos</b>		
Sem vencimento	23.587	30.698
	<b>23.587</b>	<b>30.698</b>

De acordo com normatização da SUSEP (Circular 648/21 e alterações posteriores), os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação (ativos financeiros a valor justo por meio do resultado), são registrados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento.

**6.2 Ativos financeiros disponíveis para venda**

Não há cotas subordinadas ordinárias emitidas pelo fundo de investimentos em direitos creditórios em 2022.

**6.3 Informações adicionais das aplicações financeiras**

**6.3.1 Estimativa de valor justo**

Pressupõe-se que o saldo das cotas a receber de clientes e cotas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

A Seguradora classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis:

(a) (Nível 1) preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

(b) (Nível 2) *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

(c) (Nível 3) técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

As aplicações são compostas de 100% de Cotas de fundos de investimentos (2021 – 100%).

A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Seguradora mensurados a valor justo:

	2022	2021
	Nível 2	Nível 2
Ativos mensurados a Valor Justo		
Cotas de Fundos de Renda Fixa	23.587	30.698
	<b>23.587</b>	<b>30.698</b>
A Seguradora não possui instrumentos financeiros classificados nos Níveis 1 e 3 da hierarquia do valor justo.		
<b>6.3.2 Movimentação das aplicações</b>		
A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:		
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Saldo inicial	30.698	31.804
Aplicações	2.225	44.497
Resgates	(12.800)	(47.303)
Rendimentos	3.464	1.700
<b>Saldo final</b>	<b>23.587</b>	<b>30.698</b>
<b>Total de aplicações</b>	<b>23.587</b>	<b>30.698</b>
Circulante	23.587	30.698
Não circulante	-	-

Continua...



...Continuação

6.4 Empréstimos e recebíveis		
6.4.1 Créditos das operações com seguros e resseguros		
	2022	2021
Prêmios a receber		
Prêmios diretos	4.074	54
Prêmios Riscos Vígentes Não Emitidos	891	674
Operações com Seguradoras		
Sinistros pagos	382	136
Cosseguro aceito	579	-
Operações com resseguradoras		
Sinistros a recuperar	62	-
	5.988	864

**Composição por idade**  
As composições de créditos de operações de seguros (prêmios a receber) por idade de vencimento em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	2022	2021
A vencer até 30 dias Total		
Prêmios a receber direto	4.074	54
Prêmios de RVNE	891	674
Provisão para riscos sobre crédito (*)	-	-
Saldo	4.965	728

(\*) A provisão para riscos sobre créditos é constituída quando o período de inadimplência supera os sessenta dias da data do vencimento do crédito, conforme prevista na Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores.

**Movimentação dos prêmios a receber**

	2022	2021
Saldo inicial	728	1
(+) Prêmios emitidos	163.386	166.051
(-) Prêmios cancelados	(26.723)	(28.312)
(-) Recebimentos	(132.643)	(137.687)
(+) Prêmios Riscos Vígentes não Emitidos	18.107	4.526
(-) Prêmios cancelados Riscos Vígentes não Emitidos	(17.890)	(3.851)
Saldo final	4.965	728

**6.4.2 Créditos das operações com previdência complementar**  
A partir do exercício de 2013, a Seguradora passou a registrar as operações de previdência complementar utilizando-se de contas de ativo ("Valores a receber"), apresentando o saldo de R\$ 4.690 (2021 - R\$ 4.799), para posterior baixa em contrapartida da conta "Depósitos de terceiros". A provisão para riscos sobre créditos é constituída quando o período de inadimplência supera os sessenta dias da data de vencimento do crédito, conforme previsto na Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2022 a seguradora não apresentava créditos a receber vencidos a mais de 60 dias, portanto, não foi constituída provisão para riscos sobre créditos.

**6.4.3 Títulos e créditos a receber**  
Composto da seguinte forma:

	2022	2021
<b>Circulante</b>		
Títulos e créditos a receber		
Créditos a receber - partes relacionadas (Nota 19) (i)	30.712	12.279
Créditos a receber - acordo operacional cosseguro Seguradora Zurich	1.160	1.953
Títulos de capitalização	461	305
Créditos a receber	19	2.036
	32.352	16.573
Créditos tributários e previdenciários		
IRRF a recuperar	63	60
IRPJ a recuperar	-	2.446
CSLL a recuperar	-	1.547
	63	4.053
Assistência financeira a participantes		
Assistência financeira a participantes (I)	42.551	46.975
Provisão para riscos de crédito sobre assistência financeira (II)	(27.081)	(31.472)
	15.470	15.503
Outros créditos		
Adiantamento administrativo	452	238
Saldos bancários bloqueados por decisão judicial	617	671
	1.069	909
Total do circulante	44.119	37.038
<b>Não circulante</b>		
Títulos e créditos a receber		
Créditos a receber - partes relacionadas (Nota 19) (ii)	11.138	-
	11.138	-
Assistência financeira a participantes		
Assistência financeira a participantes (I)	11.370	11.621
Provisão para riscos de crédito sobre assistência financeira (II)	(1.278)	(1.473)
	10.092	10.148
Total do não circulante	21.230	10.148

(i) Os valores a receber referem-se a acordo operacional de consignação em folha e comissões pagas sobre serviços de divulgação, prospecção e manutenção de novos clientes.

(ii) Em 28 de dezembro de 2022 foi assinado um Termo de assunção de dívida e outras avenças, entre a Seguradora e a Sabemi Intermediadora de Negócios, relativa aos processos judiciais oriundos de contratos de assistência financeiras concedidas pela Seguradora, e comercializados através de contrato de prestação de serviços entre ambas empresas.

A Administração do Grupo Sabemi entende que o custo dos processos judiciais relativos às assistências financeiras deve ser compartilhado com a empresa que recebeu o benefício econômico, através das comissões recebidas pelas operações de venda, motivo pelo qual o contrato foi firmado entre ambas as partes de comum acordo. Os saldos da assistência financeira a participantes e respectivas cessões de crédito, classificados em outros créditos, estão demonstrados a seguir:

	Circulante		Não circulante	
	2022	2021	2022	2021
Garantia de averbação				
Cessão de crédito- FIDC Angá VI	710.470	755.499	1.664.587	2.023.275
Cessão de crédito- FIDC Angá VII	(129.239)	(138.311)	(306.620)	(424.752)
Cessão de crédito- FIDC Angá VIII	(39.107)	(47.954)	(19.276)	(53.970)
Cessão de crédito- FIDC Angá IX	(41.006)	(53.095)	(50.384)	(115.157)
Cessão de crédito- FIDC Angá X	(58.294)	(88.220)	(101.362)	(244.518)
Cessão de crédito- FIDC Angá XI	(104.055)	(151.075)	(411.409)	(738.999)
Cessão de crédito- FIDC Multiestratégia	(53.712)	(54.950)	(120.311)	(132.202)
Cessão de crédito- FIDC Multiestratégia II	(37.697)	(37.305)	(96.029)	(96.712)
Cessão de crédito- FIDC Danúbio	(28.702)	(40.233)	(78.133)	(151.295)
Cessão de crédito- Mono Cota	(453)	(599)	(1.789)	(3.184)
Cessão de crédito- Press II	(2.626)	(862)	(9.213)	(2.735)
Cessão de crédito- Multi Consignado I	(67.468)	-	(314.090)	-
Cessão de crédito- Petra Consignado	(3.135)	-	(12.669)	-
Cessão de crédito- Multisetorial	(2.125)	-	(10.106)	-
Cessão de crédito- Voiter Consig	(20.470)	-	(107.915)	-
Antecipação de contratos cedidos	1.254	3.048	673	-
	45.061	49.821	16.898	17.615

	2022	2021	2022	2021
Receitas a apropriar				
Receitas a apropriar	(260.902)	(312.468)	(560.137)	(680.229)
Cessão de crédito- FIDC Angá VI	4.785	14.672	1.087	6.980
Cessão de crédito- FIDC Angá VII	49.022	64.066	94.250	141.030
Cessão de crédito- FIDC Angá VIII	5.954	13.233	3.468	12.403
Cessão de crédito- FIDC Angá IX	11.012	21.562	12.619	34.743
Cessão de crédito- FIDC Angá X	19.106	40.703	28.518	79.134
Cessão de crédito- FIDC Angá XI	56.256	92.594	135.102	275.725
Cessão de crédito- FIDC Multiestratégia	20.216	23.313	40.123	39.776
Cessão de crédito- FIDC Multiestratégia II	15.869	16.560	31.473	28.866
Cessão de crédito- FIDC Danúbio	12.562	22.057	23.692	53.280
Cessão de crédito- Mono Cota	260	421	736	1.444
Cessão de crédito- Press II	1.454	441	3.182	854
Cessão de crédito- Multi Consignado I	43.998	-	126.636	-
Cessão de crédito- Petra Consignado	1.796	-	4.264	-
Cessão de crédito- Multisetorial	1.418	-	4.159	-
Cessão de crédito- Voiter Consig	14.684	-	45.300	-
	(2.510)	(2.846)	(5.528)	(5.994)
	42.551	46.975	11.370	11.621

Provisão para risco de crédito sobre assistência financeira (II)

	2022	2021	2022	2021
Assistência financeira a participantes	(27.081)	(31.472)	(1.278)	(1.473)
Assistência financeira a participantes	15.470	15.503	10.092	10.148

As concessões de crédito de assistência financeira são efetuadas através de critérios de análise de risco, definidos pela administração da Seguradora.

	Receita financeira	Securitização	Cessão	
	2022	2021	2022	2021
FIDC Angá III (i)	-	1.735	-	-
FIDC Angá V (i)	-	3.709	-	-
FIDC Angá VI (ii)	1.312	6.811	-	103.655
FIDC Angá VII (ii)	12.988	30.554	222.953	397.048
FIDC Angá VIII (i)	1.341	11.581	-	-
FIDC Angá IX (i)	1.653	8.978	-	-
FIDC Angá X (i)	95	2.149	-	-
FIDC Multiestratégia (ii)	2.791	1.665	94.149	19.277
FIDC Multiestratégia II (ii)	2.651	1.401	83.749	18.164
FIDC Danúbio (i)	54	5.742	-	103.800
FIDC Mono Cota (i)	2	12	-	-
FIDC Angá XI (i)	217	50.762	-	1.069.999
FIDC Press II (ii)	435	201	11.092	4.161
FIDC Multi Consig (ii)	13.581	-	419.655	-
FIDC Petra II (ii)	437	-	17.316	-
FIDC Multisetorial (ii)	426	-	12.513	-
FIDC Voiter (ii)	4.706	-	129.234	-
	42.689	125.300	990.661	1.716.104

A receita financeira está reconhecida no resultado financeiro conta de Renda com assistência financeira (Nota 24)

(i) No exercício de 2022 não houve operações de securitização.

(ii) Os valores apresentados das cessões são descontados às taxas negociadas, para um período de financiamento de até 96 meses, pagos em moeda corrente. Esses créditos foram cedidos sem coobrigação ao respectivo fundo, onde a Seguradora exerce administrativamente a cobrança desses títulos.

(I) A provisão para riscos sobre assistência financeira para 31 de dezembro de 2022 foi apurada pela Administração da Seguradora em valor suficiente para cobrir prováveis perdas futuras sobre o montante líquido a receber na data do Balanço. Para tal estimativa, a Seguradora considerou a ocorrência histórica de perda da carteira de títulos combinada a uma análise estatística e ao julgamento da área interna de crédito. O método de cálculo de impairment aplicado nesta análise considera a movimentação da carteira de títulos entre as faixas de atrasos e o histórico de perda associado a cada uma delas. Estas faixas foram classificadas em 11 (onze) grupos, definidos segundo critérios tomados a partir do histórico dos títulos e das particularidades da operação de crédito consignado. As faixas de classificação dos grupos, mostrada a seguir, refletem as várias probabilidades de inadimplência para cada categoria:

**Classificações Internas**

Grupo	Descrição	2022	2021	Provisão (i)
AA	Adimplentes	0	5	0,002%
A	Com parcelas quitadas	317	148	13,213%
B	13 a 24 Parcelas vencidas	422	129	19,819%
C	25 a 36 Parcelas vencidas	817	298	27,027%
D	Acima de 36 Parcelas vencidas	1.660	681	17,725%
E	1 a 12 Parcelas vencidas	251	830	40,182%
F	13 a 24 Parcelas vencidas	1.378	2.165	87,894%
G	25 a 36 Parcelas vencidas	3.112	5.121	89,052%
H	37 a 48 parcelas vencidas	6.693	8.180	82,894%
I	Acima 48 parcelas vencidas	13.111	14.004	100%
J	Suspensos	598	1.384	100%
Total		28.359	32.945	

(i) O percentual de provisão é aplicado para todo o saldo devedor do respectivo contrato. Frequentemente, a Administração valida o desempenho da classificação e de sua assertividade de provisão com relação a eventos reais de inadimplência e frente aos dados e informações disponíveis no mercado.

As classificações internas usadas estão associadas ao tipo de ativo sob análise, no caso, a assistência financeira em consignação na folha de pagamento. Este ativo tem apresentado historicamente recuperações de perdas até mesmo para contratos com até 48 parcelas vencidas e sem quitações nos últimos 12 meses. A expectativa de recuperação se deve a características de recebimento do crédito consignado, entre elas:

- a. Reconstituição salarial do participante recuperando novamente margem consignável;
- b. Refinanciamento do contrato de assistência financeira aproveitando a margem existente;
- c. Liquidação de contratos de dívidas em outras instituições pelo participante abrindo novamente margem consignável para outro contrato de assistência financeira ou retorno da cobrança do contrato inadimplente;
- d. Cobrança ativa e negociações via débito em conta e boletos.

Além disso, de forma conservadora, os contratos de assistência financeira cujo participante tenha falecido ou tenha sido exonerado do órgão estão 100% provisionados nos grupos I e J.

As composições de créditos de operações com assistência financeira a participantes, por idade de vencimento, estão demonstradas a seguir:

	2022	2021
A vencer até 03 meses	1.090	1.252
A vencer de 04 a 06 meses	1	1.210
A vencer de 07 a 09 meses	24	1.156
A vencer de 10 a 12 meses	43	1.095
A vencer acima de 12 meses	8.558	12.975
Vencidos em até 12 meses	2.915	4.339
Vencidos 13 - 24 meses	4.005	3.301
Vencidos 25 - 36 meses	6.716	4.008
Vencidos acima de 36 meses	30.569	29.260
	53.921	58.596

A Sabemi possui uma carteira de clientes altamente pulverizada. Não há clientes, individualmente ou em conjunto, que possam representatividade relevante no saldo de assistência financeira a receber em aberto. Os 10 maiores clientes, em conjunto, representam apenas 1% da carteira total.

**6.4.4 Impairment de ativos financeiros**  
Conforme metodologia mencionada na Nota 6.4.4, a Administração julgou adequado revisar trimestralmente o método de estimativa do impairment de ativos financeiros. A movimentação da provisão para perdas (impairment) sobre créditos de títulos a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial	32.945	146.990
Constituição de provisão para impairment	987	7.036
Reversão de impairment	(5.573)	(121.081)
Saldo final	28.359	32.945

Valores que são provisionados como perda para impairment são geralmente baixados (write-off) quando não há mais expectativa da Administração para recuperação do ativo financeiro.

As demais classes de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis não contêm ativos classificados como impaired. A exposição máxima de risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

**7 Despesas antecipadas**  
Composta por seguro garantia de processos judiciais e pró-labore diferido.

	2022	2021
Seguro garantia	2.838	4.284
Contratos Up Front	5.520	6.509
Despesas de estruturação FIDC XI	-	5.822
Despesas de desenvolvimento	3.271	-
Total despesas antecipadas	11.629	16.615
Circulante	10.422	9.478
Não circulante	1.207	7.137

**8 Outros valores e bens**  
Estão registrados os valores de direito de uso decorrentes da adoção do CPC 06 (R2).

	2022	2021
Ativo não circulante		
Outros valores e bens		
Ativo de direito de uso	9.395	10.158
Depreciação acumulada de ativo de direito de uso	(4.166)	(2.094)
Total do ativo	5.229	8.064

**9 Depósitos judiciais**  
A rubrica Depósitos judiciais contempla os depósitos judiciais decorrentes de sinistros, questões fiscais, encargos trabalhistas e encargos sociais, demonstrados a seguir:

	2022	2021
Depósitos judiciais - sinistro	222	214
Depósitos judiciais - cíveis	5.666	4.587
Depósitos judiciais - fiscais	-	6
Depósitos judiciais - trabalhistas	163	286
	6.051	5.093

**10 Imposto de renda de pessoa jurídica ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")**

**10.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos**  
Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base na projeção de resultados futuros tributáveis elaborada e fundamentada em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem sofrer alterações. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 15% para a contribuição social até julho/2022. Conforme a MP 1115/22 a partir de agosto/2022 a taxa nominal passa a ser de 16%, finalizando a majoração da taxa em 31 de dezembro de 2022. Os saldos de créditos tributários, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	2022	2021
Provisão para contingências fiscais	4	-
Total de créditos tributários	4	-
Provisão para contingências cíveis	7.219	7.231
Provisão para contingências trabalhistas	395	653
Provisão para contingências Procon e Susep	338	326
Bens arrendados - Imóveis	113	106
Total de créditos tributários de diferenças temporais	8.069	8.316
	8.069	8.316

Os créditos tributários são mantidos no ativo e foram constituídos nos termos da legislação em vigor (Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores). A Administração, com base em suas projeções futuras de resultados tributários e entre outros fatores estima a capacidade de realização, conforme as seguintes premissas:

Provisão para riscos sobre créditos: realização condicionada aos prazos legais para dedutibilidade, conforme Lei nº 9.430/96, depois de esgotados os recursos legais de cobrança. Eventuais recuperações ou redução da perda implicam a redução da provisão, gerando valores a serem excluídos da base tributável.

Provisão para causas judiciais: efetuada sobre processos, cuja estimativa de realização depende do trâmite do processo.

...Continuação

13 Intangível	Licença de uso de software	Total do intangível
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	179	179
Aquisições	-	-
Amortização	(74)	(74)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	105	105
Amortização	(42)	(42)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022	63	63

**14 Obrigações a pagar**  
O saldo de obrigações a pagar está assim representado:

	2022	2021
Circulante		
Fornecedores	944	1.949
Honorários, remuneração e gratificação a pagar	596	706
Sabemi Tecnologia (Nota 19)	-	2.135
Outras obrigações a pagar - Partes relacionadas (i)	36	67
Outras obrigações a pagar (ii)	729	1.721
Antecipação de contratos cedidos (iii)	1.254	3.048
Acordos processuais	1.328	-
Dividendos obrigatórios a pagar (Nota 19)	408	-
Seguro garantia	674	-
Total do circulante	5.969	9.626

(i) Refere-se principalmente a saldos a pagar decorrentes de acordos operacionais de consignação em folha em que a Seguradora atua como correspondente e estipulante em administração de apólices com partes relacionadas (Nota 19).  
(ii) Refere-se principalmente a saldos a pagar decorrentes de acordos operacionais de consignação em folha em que a Seguradora atua como correspondente.  
(iii) Refere-se a contratos cedidos aos FIDCs que foram antecipados e serão repassados no mês seguinte

15 Impostos e encargos sociais a recolher	2022	2021
O saldo de impostos e encargos sociais a recolher está assim representado:		
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	435	515
Imposto sobre operações financeiras – IOF	238	654
Imposto sobre serviços retido na fonte – ISS	152	191
Instituto nacional de seguridade social – INSS	383	592
Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS	123	171
Outras retenções de terceiros	232	376
	1.563	2.499

16 Empréstimos e financiamentos	2022	2021
O saldo de empréstimos e financiamentos está assim representado		
Circulante		
Empréstimo bancário (i)	-	233
Total do circulante	-	233
Total	-	233

Modalidade	Prazo de Taxa amortização	Saldo devedor	2021	
			Circulante	Não circulante
Financiamento	0,99 36 meses 26/07/2022	191	191	-
Financiamento	0,99 24 meses 21/10/2022	42	42	-
		233	233	-

17 Impostos e contribuições	2022	2021
O saldo de impostos e contribuições está assim representado:		
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	482	460
Programa de integração social - PIS	79	75
	561	535

18 Depósitos de terceiros	2022	2021
Refere-se a valores recebidos de terceiros a serem repassados a agentes financeiros.		
Outros depósitos	36	170
	36	170

Composição por idade de vencimento:	2022					
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Total
Prêmios e emolumentos recebidos	-	-	-	-	-	36
Outros depósitos	29	7	-	-	-	36
	16	3	6	43	102	170

19 Passivos de contratos de seguros	2022	2021
Provisões técnicas		
Seguro de pessoas	11.716	15.205
Previdência complementar	10.244	12.694
	21.960	27.899
Circulante	21.818	27.698
Não circulante	142	201

**19.1 Provisões Técnicas - Movimentação**  
As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos destes passivos para os exercícios de 2021 até o período encerrado em 31 de dezembro de 2022:

(a) Seguro de Pessoas Bruto de Resseguro e Líquido de Cosseguro e retrocessão	PPNG*	PSL	IBNR	PDR	PVR	TOTAL
Saldo em 31/12/2020	221	6.221	2.862	2.857	2.503	14.664
Constituições	313	1.588	18	203	1.156	3.278
Reversões	(73)	(1.920)	(432)	(145)	(167)	(2.737)
Saldo em 31/12/2021	461	5.889	2.448	2.915	3.492	15.205
Constituições	5	1.586	470	150	1.444	3.655
Reversões	(291)	(2.817)	(907)	(2.630)	(499)	(7.144)
Saldo em 31/12/2022	175	4.658	2.011	435	4.437	11.716

*PPNG+RVNE	31/12/2022	31/12/2021
Seguro de Pessoas: variação das provisões técnicas		
Provisão		
PPNG*	(286)	240
PSL	(1.231)	(332)
IBNR	(437)	(414)
PDR	(2.480)	58
PVR	945	989
	(3.489)	541

(b) Seguro de Pessoas Líquido de Resseguro e Líquido de Cosseguro	PPNG*	PSL	IBNR	PDR	PVR	TOTAL
Saldo em 31/12/2020	221	6.220	2.823	2.855	2.503	14.622
Constituições	313	1.582	53	203	1.157	3.308
Reversões	(73)	(1.932)	(432)	(143)	(168)	(2.748)
Saldo em 31/12/2021	461	5.870	2.444	2.915	3.492	15.182
Constituições	5	1.584	473	150	1.444	3.656
Reversões	(291)	(2.796)	(907)	(2.630)	(499)	(7.123)
Saldo em 31/12/2022	175	4.658	2.010	435	4.437	11.715

*PPNG+RVNE	31/12/2022	31/12/2021
Seguro de Pessoas: variação das provisões técnicas		
Provisão		
PPNG*	(286)	240
PSL	(1.212)	(350)
IBNR	(434)	(379)
PDR	(2.480)	60
PVR	945	989
	(3.467)	560

\*PPNG + RVNE

(c) **Previdência complementar**  
As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos dos passivos dos contratos de seguro para o exercício de 2021 e o período encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Previdência complementar: movimentação das provisões	PPNG*	PMBC	PDR	IBNR	PSL	PVR	PCC	TOTAL
Saldo 31/12/2020	4.448	204	193	1.929	2.766	262	56	9.858
Constituições	351	7	-	1.211	12.714	142	-	14.425
Correção monetária	-	26	-	-	58	132	-	216
Reversões	-	(42)	(76)	(131)	(11.399)	(133)	(23)	(11.804)
Saldo 31/12/2021	4.799	195	117	3.009	4.139	403	33	12.695
Constituições	-	4	1	2	8.403	124	-	8.534
Correção monetária	-	21	-	-	57	84	-	162
Reversões	(109)	(64)	-	(234)	(10.433)	(282)	(25)	(11.147)
Saldo 31/12/2022	4.690	156	118	2.777	2.166	329	8	10.244

\*PPNG+RVNE

19.2 Garantias das provisões técnicas	31/12/2022	31/12/2021
Provisão		
PPNG*	(109)	351
PMBC	(39)	(9)
PDR	1	(76)
IBNR	(232)	1.080
PSL	(1.973)	1.373
PVR	(74)	141
PCC	(25)	(23)
	(2.451)	2.837

Em garantia às provisões técnicas, encontram-se vinculados à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP aplicações financeiras, em montante suficiente para cobrir as referidas provisões, conforme Resolução CMN nº 4.444/15 e alterações posteriores.

Ativos oferecidos em cobertura	2022	2021
Fundos de investimento	23.587	30.698
Ativos oferecidos em cobertura	23.587	30.698
Total das provisões técnicas	21.960	27.899
Total a ser coberto	21.960	27.899
Suficiência de cobertura	1.627	2.799

**19.3 Comportamento da provisão de sinistros em anos posteriores aos anos de constituição**

A tabela abaixo mostra a movimentação das provisões para sinistros a liquidar da Seguradora, denominada de tábua de desenvolvimento de sinistros:

Seguro de Pessoas - Líquido de cosseguro e bruto de resseguro	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
Saldo anterior (*)	4.490	5.881	6.040	6.279
Retidos	6.998	5.243	4.044	5.242
Exercício atual	4.910	2.382	3.840	6.761
Exercícios anteriores	2.088	2.861	204	(1.519)
Pagamentos	(5.607)	(5.084)	(3.805)	(6.017)
Exercício atual	(3.042)	(1.239)	(1.416)	(3.058)
Exercícios anteriores	(2.565)	(3.845)	(2.389)	(2.959)
Saldo final (*)	5.881	6.040	6.279	5.504

(\*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Seguro de Pessoas - Administrativos	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
Saldo anterior (*)	2.595	2.653	3.767	3.489
Retidos	5.461	4.798	2.968	3.822
Exercício atual	3.832	2.180	2.818	4.932
Exercícios anteriores	1.629	2.618	150	(1.110)
Pagamentos	(5.403)	(3.684)	(3.246)	(4.479)
Exercício atual	(2.931)	(898)	(1.208)	(2.276)
Exercícios anteriores	(2.472)	(2.786)	(2.038)	(2.203)
Saldo final (*)	2.653	3.767	3.489	2.832

(\*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Seguro de Pessoas - Judicial	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
Saldo anterior (*)	1.895	3.228	2.273	2.790
Retidos	1.537	445	1.076	1.420
Exercício atual	1.078	202	1.022	1.829
Exercícios anteriores	459	243	54	(409)
Pagamentos	(204)	(1.400)	(559)	(1.538)
Exercício atual	(111)	(341)	(208)	(782)
Exercícios anteriores	(93)	(1.059)	(351)	(756)
Saldo final (*)	3.228	2.273	2.790	2.672

(\*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Seguro de Pessoas - Líquido de Cosseguro e líquido de Resseguro	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
Saldo anterior (*)	4.481	5.857	6.039	6.248
Retidos	6.968	5.267	4.014	5.272
Exercício atual	4.911	2.406	3.809	6.793
Exercícios anteriores	2.057	2.861	205	(1.521)
Pagamentos	(5.592)	(5.085)	(3.805)	(6.016)
Exercício atual	(3.042)	(1.239)	(1.416)	(3.057)
Exercícios anteriores	(2.550)	(3.846)	(2.389)	(2.959)
Saldo final (*)	5.857	6.039	6.248	5.504

(\*) Líquido de cosseguro e líquido de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Seguro de Pessoas - Administrativos	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
Saldo anterior (*)	2.586	2.629	3.766	3.458
Retidos	5.431	4.822	2.938	3.852
Exercício atual	3.828	2.203	2.788	4.964
Exercícios anteriores	1.603	2.619	150	(1.112)
Pagamentos	(5.388)	(3.685)	(3.246)	(4.478)
Exercício atual	(2.931)	(898)	(1.208)	(2.275)
Exercícios anteriores	(2.457)	(2.787)	(2.038)	(2.203)
Saldo final (*)	2.629	3.766	3.458	2.832

(\*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Seguro de Pessoas - Judicial	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
Saldo anterior (*)	1.895	3.228	2.273	2.790
Retidos	1.537	445	1.076	1.420
Exercício atual	1.083	203	1.022	1.829
Exercícios anteriores	454	242	54	(409)
Pagamentos	(204)	(1.400)	(559)	(1.538)
Exercício atual	(111)	(341)	(208)	(782)
Exercícios anteriores	(93)	(1.059)	(351)	(756)
Saldo final (*)	3.228	2.273	2.790	2.672

(\*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Plano de Pecúlio - Judicial	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
Saldo anterior	4.655	4.050	5.339	6.025
Retidos	3.710	6.921	10.662	4.360
Exercício atual	3.468	6.898	8.692	5.397
Exercícios anteriores	242	23	1.970	(1.037)
Pagamentos	(4.315)	(5.632)	(9.976)	(7.036)
Exercício atual	(1.959)	(3.806)	(5.773)	(3.630)
Exercícios anteriores	(2.356)	(1.826)	(4.203)	(3.406)
Saldo final (*)	4.050	5.339	6.025	3.349

(\*) Sem considerar a variação de IBNER

Plano de Pecúlio - Administrativo	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
Saldo anterior	4.044	3.355		



...Continuação

**Resultados Obtidos do TAP nos fluxos de 31/12/2022:** abaixo apenas as tabelas que tiveram movimentação de valores:

**(TABELA I) PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES REGISTRADOS DE PPNG**

TIPO DE PRODUTO	PPNG CONSTITUÍDA LÍQUIDA DO CAD DIRETAMENTE RELACIONADO À PPNG	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG	PCC-PPNG
Seguro Pessoas	174	332	158
Previdência	4.690	2.561	(2.129)
<b>TOTAL</b>	<b>4.864</b>	<b>2.893</b>	<b>-</b>

**(TABELA IV.A) PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES NÃO REGISTRADOS DE PPNG**

TIPO DE PRODUTO	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG DE PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS (SAÍDAS – ENTRADAS)
Seguro Pessoas	(42.395)
Previdência	8.695
<b>Total</b>	<b>(33.700)</b>

**(TABELA V) PMBC**

TIPO DE PLANO	COBERTURA	BASE TÉCNICA	TIPO DE RENDA	EXCEDENTE FINANCEIRO NA CONCESSÃO	PMBC CONSTITUÍDA	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PMBC	PCC-PMBC
Renda	Morte	CSO58 6%	Renda Vitalícia	-	67	67	-
Renda	Sobrevivência	AT49 6%	Renda Vitalícia	-	89	96	7
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>156</b>	<b>163</b>	<b>7</b>

**21 Partes relacionadas**

	2022						Total
	Sabemi Previdência Privada	Pecúlio União Previdência Privada	Sabemi Negócios Ltda.	Sabemi Tecnologia Ltda.	Pessoas Físicas	Severo Participações	
<b>Ativo</b>							
Títulos e créditos a receber (i)	1.988						1.988
Títulos e créditos a receber (iii)			17.825				17.825
Títulos e créditos a receber (v)			17.548	3.135		1.354	22.037
<b>Passivo</b>							
Outras obrigações a pagar			(4)		(408)		(412)
Outras obrigações a pagar (i)	(25)						(25)
Outras obrigações a pagar (ii)	(7)						(7)
Prestitos de serviços							
<b>Resultado do período</b>							
Despesas - pró-labore (ii)	(264)						(264)
Despesas - prestação serviços (iii)			(22.661)	(16.150)			(38.811)
Remuneração dos administradores (iv)					(2.732)		(2.732)
							<b>2021</b>
	Sabemi Previdência Privada	Pecúlio União Previdência Privada	Sabemi Negócios Ltda.	Sabemi Tecnologia Ltda.	Pessoas Físicas	Severo Participações	Total
<b>Ativo</b>							
Títulos e créditos a receber (i)	4.487						4.487
Títulos e créditos a receber (iii)			8.096				8.096
<b>Passivo</b>							
Outras obrigações a pagar			(26)				(26)
Outras obrigações a pagar (i)	(2)						(2)
Outras obrigações a pagar (ii)	(23)	(11)					(34)
Prestitos de serviços				(2.135)			(2.135)
<b>Resultado do período</b>							
Despesas - pró-labore (ii)	(263)	(55)					(318)
Despesas - prestação serviços (iii)			(32.200)	(22.200)			(54.400)
Remuneração dos administradores (iv)					(3.403)		(3.403)

(i) Acordo operacional de consignação em folha, onde a Seguradora atua como correspondente.

(ii) A Seguradora possui estipulantes em administração de apólices

(iii) Refere-se a comissões pagas sobre serviços divulgação, prospecção de novos clientes e manutenção dos clientes atuais

(iv) Pró-labore pago aos administradores no exercício de 2022 foi de R\$ 2.732 (2021 - R\$ 3.403)

(v) Refere-se a assunção de dívida relativa a processos judiciais de assistência financeira e outras avenças. (Nota 6.4.3)

**22 Provisões judiciais**

As causas passivas, decorrentes de reclamações judiciais, levadas a efeito contra a Seguradora, cujas perdas delas resultantes não possam ser abrangidas pela cobertura de contratos, foram avaliadas por nossos assessores jurídicos, internos e externos e abaixo são representadas.

**(a) Relacionados a sinistros/benefícios**

Probabilidade de perda	2022			2021		
	Valor reclamado	Valor do risco	Número de casos provisionado	Valor reclamado	Valor do risco	Número de casos provisionado
Remota	61.087	-	2.980	71.348	-	3.776
Possível	-	-	-	-	-	-
Provável	137.998	9.298	7.262	157.466	12.373	6.961
	199.085	9.298	10.242	228.814	12.373	10.737

Os valores provisionados estão contabilizados na provisão de sinistros a liquidar, provisão de despesas relacionadas, entre outras provisões técnicas.

Segundo informações prestadas pelo setor atuarial e de acordo com as respectivas notas técnicas, o critério para constituição da reserva técnica para os planos da Seguradora será o seguinte: os processos são provisionados pelo valor estimado, conforme determina a Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores. O valor estimado é o valor contratado pelo participante ou o valor previsto na sentença judicial, quando houver, e deve ser atualizado mensalmente. Nos processos com trânsito em julgado, o valor da provisão técnica é o valor de condenação definitivo. O critério para constituição da reserva técnica será o provisionamento de 100% do valor estimado para as causas prováveis e o provisionamento de R\$ 0,01 para as causas remotas.

Em 31 de dezembro de 2022, do montante total provisionado R\$ 9.298, R\$ 8.383 referem-se as provisões individuais e R\$ 915 referem-se as provisões globais, enquanto em 31 de dezembro de 2021, do montante total provisionado R\$ 12.373, R\$ 10.057 referem-se as provisões individuais e R\$ 2.316 referem-se as provisões globais.

Movimentações das provisões:

	2022	2021
Saldo do início do período	12.373	11.574
Total pago no período	(3.107)	(2.022)
Novas constituições no período (i)	2.033	2.446
Baixa da provisão por êxito	(3.011)	(1.591)
Alteração da provisão por revisão de estimativas (ii)	278	315
Atualização monetária	732	1.651
Saldo final do período	9.298	12.373
Quantidade de ações pagas no período	838	1.241
Quantidade de ações novas no período	2.784	4.335

(i) Redução de novas constituições é atribuída a redução da carteira de seguros e adoção de novas políticas comerciais

(ii) A variação no movimento de alteração da provisão por revisão de estimativa é em razão da nova metodologia de cálculo para provisionamento considerando o histórico das decisões judiciais.

**(b) Não relacionados a sinistros/benefícios**

**(i) Processos cíveis e trabalhistas**

Probabilidade de perda	2022			2021		
	Valor do risco	Número de casos provisionado	Valor do risco	Número de casos provisionado	Valor do risco	Número de casos provisionado
Remota	6.572	3.553	-	8.650	2.903	-
Possível	7.655	227	-	8.168	238	-
Provável	30.976	10.679	30.976	20.466	10.234	20.466
	45.203	14.459	30.976	37.284	13.375	20.466

Das 14.459 (2021 - 13.375) causas não relacionadas a sinistros e benefícios, 14.345 (2021 - 13.267) dizem respeito a causas cíveis e 114 (2021 - 108) trabalhistas.

O acréscimo nas provisões com processos cíveis, deve-se a mudança na metodologia de cálculo para os processos com chance de perda provável. A Administração entende que o ônus com os processos advindos de contratos de assistência financeira, deve ser compartilhado com outras empresas do Grupo que participam dos benefícios econômicos através do contrato de prestação de serviços de originação. Nesse contexto foi assinado Termo de assunção de dívida e outras avenças, com a Sabemi Intermediadora de Negócios Ltda. e como Interventente garantidora a Sabemi Participações Ltda.. (Nota 6.4.3)

**RESULTADO DO TAP**

PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC (-) MAIS VALIA PCC-PMBC	7
		- 7
<b>PCC TOTAL efetivamente constituída</b>		<b>7</b>

Os resultados do TAP indicaram a necessidade de constituir-se provisão complementar para as rendas em fase de concessão, relativas à PMBC, motivada principalmente pela diferença entre as tábuas biométricas utilizadas para constituição da PMBC (AT-49 M e CSO-58 M) e a tábua utilizada para apuração do TAP (BR-EMS de Sobrevivência, versão 2021). O valor apurado de R\$ 7 mil já se encontra constituído na PCC-PMBC de 31/12/2022, sendo contabilizado no plano de aposentadoria cód. 3.

A seguir, também se demonstra os resultados do TAP para as demais provisões técnicas (PSL, IBNR, PDR e PVR), de onde conclui-se que não houve necessidade de provisionamento suplementar em 31/12/2022:

Grupos	Provisões Técnicas em 31/12/2022*	VP Fluxos de Caixa	Resultados
PSL, IBNR, PDR	12.165	11.565	(600)
PVR	4.766	4.294	(472)
<b>Totais</b>	<b>16.831</b>	<b>15.859</b>	<b>(1.072)</b>

\* Exceto PPNG, PMBC e PCC.

**20 Passivos de arrendamento**

Estão registrados os valores de direito de uso decorrentes da adoção do CPC 06 (R2)

	2022	2021
<b>Passivo circulante</b>		
<b>Outros débitos</b>		
Passivos de arrendamento	2.988	2.799
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(493)	(708)
<b>Total circulante</b>	<b>2.495</b>	<b>2.091</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
<b>Débitos diversos</b>		
Passivos de arrendamento	3.179	7.061
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(163)	(828)
<b>Total não circulante</b>	<b>3.016</b>	<b>6.233</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>5.511</b>	<b>8.324</b>

**23.2 Dividendos e juros sobre capital próprio**

Os juros sobre o capital próprio foram calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal vigente. De acordo com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, na Demonstração do Resultado o valor correspondente à despesa incorrida foi reclassificada para Lucros Acumulados, sendo apresentada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, como destinação do resultado. As Demonstrações financeiras apresentadas refletem os dividendos mínimos obrigatórios /juros sobre o capital próprio, dispostos no Estatuto Social da Seguradora, de 25% do lucro líquido do exercício ajustado. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data da sua aprovação.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.718	1.591
(-) Reserva legal - 5%	(86)	(80)
Lucro básico para determinação de dividendos	1.632	1.511
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	408	378
Dividendos intermediários (i)	-	1.760
Juros sobre capital próprio intermediários (i)	-	400
Dividendos intermediários (ii)	-	4.225
Juros sobre capital próprio intermediários (iii)	-	500
Total de dividendos e juros intermediários	-	6.885
Dividendos a pagar	408	-
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	408	6.885
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício por ação	5,16	87,15

(i) Os dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários foram aprovados na AGE de 21 de fevereiro de 2022, a conta do resultado do exercício.

(ii) Os dividendos intermediários foram aprovados na AGE de 17 de agosto de 2021, a conta de reservas estatutárias.

(iii) Os dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários foram aprovados na AGE de 17 de agosto de 2021, a conta do lucro do período.

**24 Demonstração do resultado**

Efetuosos o detalhamento das principais contas da Demonstração do Resultado, conforme determina a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores.

	2022	2021
<b>Prêmios ganhos</b>		
Acidentes pessoais coletivos	105.297	97.145
Outros	31.010	30.449
	136.307	127.594
<b>Sinistros ocorridos</b>		
Indenizações avisadas	(3.158)	(2.816)
Despesas com sinistros (iii)	1.834	(237)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	752	(673)
Despesas com benefícios	(7.976)	(13.908)
	(8.548)	(17.634)
<b>Custo de aquisição</b>		
Comissões (seguros)	(24.606)	(25.456)
	(24.606)	(25.456)
<b>Outras receitas e despesas operacionais, líquidas</b>		
Receita líquida com regulação de sinistro DPVAT (i)	3	15
Acordo operacional consórcio seguradora Zurich	20.213	24.216
Pró-labore	(7.479)	(1.015)
Contingências	694	290
Despesas judiciais	(12.682)	(17.077)
Outras despesas com apólices	(6.228)	(9.788)
	(5.479)	(3.359)
<b>Custo de aquisição</b>		
Despesas com cobrança (previdência)	(1.498)	(1.574)
	(1.498)	(1.574)
<b>Despesas administrativas</b>		
Pessoal próprio	(36.648)	(37.507)
Serviços de terceiros	(33.169)	(46.609)
Localização e funcionamento	(16.356)	(18.972)
Publicidade e propaganda institucional	(2.138)	(4.690)
Publicações	(98)	(182)
Doativos e contribuições	(175)	(218)
Despesas judiciais (vi)	(4.787)	(497)
Multas	(9)	(30)
Outras	(874)	(139)
Recuperação de despesas	1.331	(6)
Despesa adm do convênio DPVAT	-	(616)
	(92.923)	(109.466)
<b>Despesas com tributos</b>		
COFINS	(5.710)	(5.312)
PIS	(928)	(863)
Impostos municipais	(102)	(96)
Taxa de fiscalização	(871)	(764)
Impostos federais	(8)	(8)
	(7.619)	(7.043)
	2022	2021
<b>Resultado financeiro</b>		
Renda fixa	3.464	2.613
Renda com assistência financeira (v)	46.202	127.047
Receitas financeiras com provisões técnicas	788	522
Reversão provisão risco de crédito sobre assistência financeira	5.573	15.695
Atualizações créditos tributários	348	3
Atualização depósitos judiciais	294	293
Receitas com depósitos bancários	749	706
Outras receitas financeiras	204	3.213
Despesas financeiras com tributos	(455)	(304)
Renda fixa	-	(913)
Despesas financeiras com provisões técnicas	(3.138)	(1.974)
Despesas financeiras com assistência financeira (ii)	(45.350)	(97.461)
Provisão risco de crédito sobre assistência financeira	(987)	(7.036)
Juros bancários	(4)	(41)
Juros passivos de arrendamento	(659)	(814)
Efeitos Ofício Susep 4/2021 (iv)	-	(2.779)
Outras despesas financeiras, líquidas	(40)	(70)
	6.989	38.700
	2022	2021
<b>Ganhos e perdas com ativos não correntes</b>		
Resultado - Alienação de bens	(35)	(21)
	(35)	(21)

(i) As receitas e despesas decorrentes das operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. No segundo semestre de 2019 a Sabemi Seguradora encerrou as operações de regulação de sinistros DPVAT restando pequenos valores a receber de regulação executadas antes do encerramento.

(ii) Refere-se a comissões pagas aos agentes no montante de R\$ 32.351 (2021 - R\$ 56.983), à estruturação dos fundos no montante de R\$ 1.960 (2021 - R\$ 2.170) e ao reconhecimento de perdas com cobrança de assistência financeira de R\$ 11.039 (2021 - R\$ 38.308).

(iii) A variação positiva é decorrente de uma reversão de provisão de sinistro judicial

(iv) O efeito do ofício Susep 4/2021 no resultado financeiro está assim distribuído:

(v) Composto por receita com assistência financeira R\$ 3.513 (2021 - 1.747) e cessão de direitos creditórios R\$ 42.689 (2021 - 125.300)

(vi) Cia adotou novas políticas em 2022, com apresentação de recursos judiciais, impugnações e contratações de seguros garantias, em razão disso, ocorreu um aumento significativo com recolhimento de custas judiciais e prêmios de seguro garantia

Reversão de receita financeira de contratos cedidos - 90.688  
Despesa contratos cedidos - (90.688)  
Realização despesas com estruturação - (1.740)  
Realização receita de lucro de cessão - 15.561  
Realização de despesa de comissões - (14.142)  
Zeramento despesa antecipada comissão - (74.026)  
Zeramento despesa antecipada estruturação - (6.548)  
Zeramento saldo receitas antecipadas - 78.116  
- (2.779)

Já a movimentação de Provisão para créditos de liquidação duvidosa teve o seguinte efeito no resultado da Seguradora, considerando apenas a provisão referente aos direitos creditórios cedidos aos FIDC Elegíveis:

Constituição de Provisão para devedores duvidosos  
Ajuste de atualização das obrigações de cessão de ativos pela constituição de provisão para devedores duvidosos - 114.045  
Reversão de impairment - (114.045)

Continua...

...Continuação

**25 Benefícios a empregados**

**Participação dos empregados nos lucros**

A provisão para o pagamento da participação dos empregados nos lucros foi feita nas bases estabelecidas pela convenção sindical de 2022 R\$ 300 (2021 – R\$ 889) e no Plano de Participação nos Resultados (PPR) 2021, homologado.

**26 Principais ramos de atuação**

O principal produto da Seguradora, responsável por quase que a totalidade da arrecadação no exercício, é o ramo de acidentes pessoais coletivos - APC, entretanto destaca-se também o plano de pecúlio do segmento de Previdência, conforme já divulgado. Os principais ramos de atuação estão demonstrados a seguir:

Ramo	2022			2021		
	Prêmio ganho	I.S. %	I.C. %	Prêmio ganho	I.S. %	I.C. %
09-82 APC	105.297	7,54%	23,30%	97.145	6,39%	26,12%
Pecúlio e outros	31.010	1,97%	0,24%	30.449	37,53%	0,27%
	136.307	6,27%	18,05%	127.594	13,82%	19,95%

I.S. - Índice de Sinistralidade  
I.C. - Índice de Comissionamento

**27. Eventos subsequentes**

**Utilização da estrutura à termo das taxas de juros (ETTJ) para o teste de adequação de passivos (TAP)**

A Companhia utilizou no cálculo do TAP, em alguns de seus fluxos, a estimativa da ETTJ com curva IGPM. A metodologia utilizada para estimação das curvas está sendo reformulada com o objetivo de minimizar a variação dos estimadores de longo prazo, a partir da inserção de um componente de estabilidade, e estará em transição até maio de 2022, sendo aplicada no próximo TAP de junho de 2022.

**28. Outros assuntos**

A invasão russa na Ucrânia, juntamente com a imposição de sanções internacionais, tem um impacto econômico generalizado. Os negócios no Brasil podem ser severamente impactados pela interrupção da cadeia de suprimentos, volatilidade do mercado, risco de pagamento, aumento de juros e aumento dos custos de commodities resultantes da invasão. O impacto é agravado pela decisão de algumas empresas globais de limitar ou cessar as operações na Rússia.

A Administração da Seguradora está avaliando os impactos, porém até a data da emissão das demonstrações financeiras não houve ajustes materiais a serem divulgados.

Diretoria	
<b>Antonio Tullio Lima Severo</b>	Diretor-Presidente CPF nº 002.057.530-00
<b>Rodrigo de Castro Fernandes Pecoraro</b>	Diretor Executivo de Seguros CPF nº 256.511.078-27
<b>Rodrigo Severo</b>	Diretor Executivo Administrativo Financeiro e Diretor Executivo de Serviços Financeiros CPF nº 918.470.440-34
<b>Eliana Schwingel Diederichsen</b>	Diretora Executiva de Planejamento Estratégico e Compliance CPF nº 261.696.570-49
<b>Eder Gerson Aguiar de Oliveira</b>	Atuário MIBA 630 CPF nº 395.346.850-20
<b>Beatriz Varela Fernández</b>	Contadora CRCRS nº 051.365/O CPF nº 402.860.100-20

**Parecer dos Auditores Atuariais Independentes**

Aos Acionistas e Administradores da Sabemi Seguradora S.A.

**Escopo da Auditoria**

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da Sabemi Seguradora S.A. (a seguir denominada "Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas e pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Atuários Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com base em nosso conhecimento técnico e experiência profissional. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes

e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da Sabemi Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

**Outros Assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos, em linhas gerais, que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. Cabe-nos enfatizar que, diferenças de valores foram identificadas em determinadas conciliações mensais entre os Quadros Estatísticos e os Registros Contábeis Auxiliares Obrigatórios referentes aos Custos de Aquisição, bem como em certas validações nos Arquivos de Sinistros dos Registros Contábeis Auxiliares Obrigatórios. Todavia, as divergências verificadas não resultaram em distorção material no valor dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo do presente parecer, não influenciando, portanto, a nossa opinião como auditores atuariais independentes em 31 de dezembro de 2022.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2023.

**Sérgio Rangel Guimarães**

Atuário Auditor Independente - MIBA 0743  
CPF 467563020/00

**Mirador Assessoria Atuarial Ltda.**

CIBA 84  
CNPJ: 04.941.624/0001-64  
Rua General Câmara, 230/701, Porto Alegre, RS, 90010-230  
[mirador360.com.br](http://mirador360.com.br)

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas Sabemi Seguradora S.A.

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Sabemi Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sabemi Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório

da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejamos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem de um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2023



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos  
Contador CRC 1PR050377/O-6



**Jornal do Comércio**  
O Jornal de economia e negócios do RS

**PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)
- ✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 9 9649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC





CNPJ nº 88.747.928/0001-85  
Carta Patente SUSEP nº 020  
Rua Sete de Setembro, 515 - 4º andar  
CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS

## Relatório da Administração

Senhores Participantes:

A Sabemi Previdência Privada, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à sua apreciação, o presente Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras e o Parecer de auditoria atuarial independente, relativos ao exercício de 2022.

### cenário econômico

O ano de 2022 prometeu ser marcado pela continuidade das reformas estruturais, porém foi fortemente atingido pelos efeitos econômicos decorrentes da pandemia. A crise mundial também atingiu nosso País e todos os setores foram atingidos de alguma forma. De qualquer sorte, o mercado de previdência privada tem apresentado

oportunidades de crescimento contínuas. A previdência complementar aberta se consolida como importante elo na cadeia dos mecanismos de proteção contra riscos de aposentadoria e pensão.

### Resultado da entidade

A Entidade apresentou no exercício de 2022 um superávit de R\$ 15 mil, resultado impactado pelo aumento das despesas administrativas e uma redução nos resultados financeiros.

A Entidade reinvestiu seu superávit e não distribuiu resultados aos participantes.

### Organização estatutária

Não houve, no exercício de 2022, qualquer tipo de acordo com o quadro associativo da Entidade e alteração estatutária. O Conselho Deliberativo da Entidade Sabemi Previdência Privada é

atuante e participa das decisões da Diretoria da Entidade.

### Controles internos

A Entidade está fazendo a manutenção da sistemática de controles internos, a qual é responsabilidade da Administração, conforme determina a legislação vigente, mediante a análise, revisão e aderência dos processos e normas internas e análise constante do gerenciamento de riscos.

### Declaração sobre a capacidade financeira

As aplicações financeiras estão classificadas como "títulos para negociação", ajustadas pelo valor de mercado. Os benefícios de planos previdenciários são pagos rigorosamente em dia, assim como todas as demais obrigações de qualquer natureza, seguindo os procedimentos determinados pelo órgão fiscalizador.

### Perspectivas futuras

A Entidade continuará a enviar seus esforços na venda de planos de previdência complementar na modalidade de pecúlio, projetando o crescimento das operações para o próximo exercício.

### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos participantes pelo apoio e confiança que depositaram em nossa Entidade, e permanecemos à disposição para quaisquer outras informações, em nossa sede social.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2023.

A Diretoria

Balanco patrimonial em 31 de dezembro		Em milhares reais	
	2022	2021	
<b>Ativo</b>	<b>34.947</b>	<b>40.883</b>	
<b>Circulante</b>	<b>19.805</b>	<b>18.361</b>	
Disponível	19.805	18.361	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	13.427	20.310	
<b>Aplicações (Nota 6)</b>	<b>1.083</b>	<b>1.288</b>	
<b>Créditos das operações com previdência complementar (Nota 6 (f))</b>	<b>598</b>	<b>916</b>	
Valores a receber	242	766	
<b>Títulos e créditos a receber (Nota 6 (g))</b>	<b>247</b>	<b>12</b>	
Títulos e créditos a receber	109	138	
Assistência financeira a participantes	22	8	
Outros créditos	12	-	
<b>Outros valores e bens (Nota 10)</b>	<b>6.271</b>	<b>4.658</b>	
Bens a venda	6.271	4.658	
<b>Despesas antecipadas (Nota 7)</b>	<b>3.204</b>	<b>2.340</b>	
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	2.490	196	
	2.014	2.144	
	1.737	2.318	
	1.737	2.318	
	30	-	
	30	-	
<b>Não circulante</b>	<b>14.942</b>	<b>22.522</b>	
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>4.504</b>	<b>2.340</b>	
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>2.490</b>	<b>196</b>	
Assistência financeira a participantes (Nota 6(g))	2.490	196	
Depósitos judiciais (Nota 8)	2.014	2.144	
<b>Outros valores e bens</b>	<b>1.737</b>	<b>2.318</b>	
Outros valores e bens (Nota 9)	1.737	2.318	
<b>Despesas antecipadas (Nota 7)</b>	<b>30</b>	<b>-</b>	
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	30	-	
<b>Total do ativo</b>	<b>41.218</b>	<b>45.541</b>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio social					Em milhares reais					
	Reserva patrimonial	Retenção de superávit	Contingências de benefícios	Superávits acumulados	Total	Reservas de superávit				
Em 1º de janeiro de 2021	3.204	18.178	1.811	256	23.199					
Reversão da Reserva de Contingências			(256)	256						
Superávit do exercício				2.662	2.662					
Destinação do superávit		2.918		(2.918)						
Em 31 de dezembro de 2021	3.204	21.096	1.555	128	25.855					
Reversão da Reserva de Contingências			(128)	15	15					
Superávit do exercício				15						
Destinação do superávit		143		(143)						
Em 31 de dezembro de 2022	3.204	21.239	1.427		25.870					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 1 Contexto operacional

A Sabemi Previdência Privada ("Entidade") tem personalidade jurídica de uma entidade sem fins lucrativos e tem por objeto instituir planos de previdência privada aberta, atuando em todo território nacional. A Entidade possui sede na Rua Sete de Setembro, 515 - 4º andar, Centro - Porto Alegre/RS, tendo suas atividades reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A Entidade também atua como correspondente de instituição financeira no país, de acordo com a Circular SUSEP nº 600/20.

#### 2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

##### 2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Tais práticas tem observância às disposições contidas na Norma Brasileira de Contabilidade NBC ITG - 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros", incluem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

De acordo com a NBC - ITG 2002, as isenções tributárias relacionadas com a atividade devem ser divulgadas em suas demonstrações. Como a Entidade é considerada isenta, não é tributada pelo Imposto de Renda e Contribuição Social.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Entidade em 24 de fevereiro de 2023.

##### 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

##### 2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

##### 2.4 Ativos financeiros

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para a venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

##### (a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são contabilizados e ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequação conta de receita ou despesa, no resultado. Os ativos dessa categoria correspondem a aplicações financeiras classificadas no ativo circulante. Os fundos de investimento financeiro são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos, na data do balanço.

##### (b) Ativos classificados como disponíveis para venda

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras. As variações de valor justo, por exemplo, os investimentos em classificados como disponíveis para venda, estão incluídas na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio social. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

##### (c) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem as operações de títulos e créditos a receber, operações de assistência financeira, demais contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os valores registrados nas contas de créditos a receber são decorrentes de créditos de convênios operacionais e créditos resultantes da venda de investimentos (imóveis), incluindo a atualização monetária e juros auferidos e incorridos até a data do balanço.

##### Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Tais ativos, subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

O valor justo é estabelecido com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco, incluindo o risco de crédito do emissor.

##### Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

A Entidade avalia no final de cada período se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de impairment são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.

Os critérios que a Entidade adota para determinar se há evidência objetiva de perda por impairment incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade

Demonstração do resultado		Exercícios findos em 31 de dezembro		Em milhares reais	
	2022	2021		2022	2021
Variações de outras provisões técnicas	(7)	(76)			
Benefícios retirados	(1.108)	129			
Contribuições para cobertura de riscos	6.433	6.768			
Variação das provisões técnicas de prêmios	617	1.362			
Prêmio ganho	7.050	8.130			
Sinistros ocorridos (Nota 22)	(706)	(2.656)			
Custo de aquisição (Nota 22)	(277)	(92)			
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 22)	(1.757)	(963)			
Despesas administrativas (Nota 22)	(5.692)	(4.591)			
Despesas com tributos (Nota 22)	(275)	(249)			
Resultado financeiro (Nota 22)	2.571	3.112			
Resultado patrimonial (Nota 22)	(1)	(210)			
Ganhos ou perdas com ativos não correntes (Nota 22)	217	128			
Superávit do exercício	15	2.662			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente		Exercícios findos em 31 de dezembro		Em milhares reais	
	2022	2021		2022	2021
Superávit do exercício	15	2.662			
Outros resultados abrangentes no exercício	-	-			
Resultado abrangente do exercício	15	2.662			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

##### Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro		Em milhares reais	
	2022	2021	
<b>Atividades operacionais</b>	<b>15</b>	<b>2.662</b>	
Superávit do exercício	15	2.662	
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>	<b>6.883</b>	<b>(4.795)</b>	
Ativos financeiros	6.883	(4.795)	
Créditos das operações com previdência complementar	205	288	
Depósitos judiciais e fiscais	130	470	
Outros ativos	(1.451)	11.966	
Impostos e contribuições	344	(93)	
Outras contas a pagar	(3.145)	5.342	
Débito das operações com previdência complementar	(4)	3	
Depósito de terceiros	(46)	(516)	
Provisões técnicas - previdência complementar	(1.271)	(2.791)	
Provisões judiciais	(216)	(33)	
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>1.444</b>	<b>12.503</b>	
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.444</b>	<b>12.503</b>	

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 18.361 5.858

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 19.805 18.361

**Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa 1.444 12.503**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

##### Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR):

constituída para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final.

##### Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):

constituída para a cobertura dos eventos a ocorrer ao longo dos prazos a decorrer referentes aos riscos vigentes na data base. As principais premissas de cálculo são:

Contribuições emitidas, descontadas das parcelas de contribuições canceladas e/ou restituídas;

Data de início e término de vigência do risco; e

Data de emissão do risco.

##### Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG/RVNE):

provisão estimada cujo objetivo é dar cobertura aos riscos em vigor de prêmios ainda não emitidos pela Entidade.

##### Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):

constituída para garantir o pagamento de sinistros avisados e não pagos. Seu cálculo possui distinções quando do status do evento, entre administrativo e judicial. As principais premissas de cálculo são:

Valores calculados de Sinistro;

Juros de Mora;

Atualização Monetária; e

Probabilidade de perda judicial (para Benefícios vinculados a processos judiciais).

##### Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC):

constituída para garantir o pagamento de sinistros sob o formato de renda (aposentadorias e pensões). Seu método específico de cálculo é vinculado às características técnicas do Benefício, devidamente descritas em Nota Técnica Atuarial. As principais premissas de cálculo são:

Valores calculados de Sinistro;

Juros Remuneratórios do Plano;

Atualização Monetária;

Tábua de Mortalidade do Plano (quando aplicável); e

Prazo de pagamento programado do Sinistro (quando aplicável).

##### Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR):

constituída com base nos valores de Devolução de Contribuições ou Resgates previstos nos Planos que por qualquer razão ainda não tenham sido regularizados. As principais premissas de cálculo são:

Valores calculados de Resgates (quando aplicável);

Valores de devolução de contribuições (quando aplicável);

Outros valores a regularizar; e

Atualização monetária.

##### Teste de adequação dos passivos - TAP

Conforme requerido pela regulamentação vigente, a cada data de balanço a Entidade elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguros permitidos segundo o CPC11, que também estabelece que os contratos de previdência sejam considerados contratos de seguros, contexto operacional da Entidade.

O teste de adequação dos passivos, segundo as determinações legais, considerou todos os fluxos de caixa futuros dos direitos e das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes em 31 de dezembro de 2022 e os valores já provisionados referentes a esses contratos, além de premissas atuariais correntes até o final de vigência destes direitos e obrigações, sem considerar novos contratos e certificados.

Para esse teste, a Entidade elaborou metodologia que considera a sua melhor estimativa para cada um dos fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de benefícios, sempre utilizando premissas correntes e realistas para o teste. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. A metodologia elaborada pela Entidade leva em consideração elementos que impactam diretamente no fluxo de caixa dos referidos contratos, tais como níveis de permanência dos participantes no plano, taxas de mortalidade da Tábua BR-EMS-2021 M&F publicada pela SUSEP, além da já mencionada taxa de juros livre de risco.

O TAP seguiu o que determina a Circular SUSEP nº648/2021, conforme demonstrado na Nota 17.

##### 2.9 Obrigações a pagar

São obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base "pro - rata" dia).

Continua...



...Continuação

### 2.10 Impostos e contribuições

Incluem as provisões para o Programa de Integração Social (PIS), o qual é calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, sendo sua provisão constituída à alíquota de 0,65%. No exercício de 2011 a Entidade obteve o direito ao não recolhimento da COFINS, suspenso o recolhimento mensal do referido tributo a partir do mês de maio de 2011.

### 2.11 Provisões para ações judiciais, passivos contingentes e obrigações legais

Provisões contingentes são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para os processos de natureza cível utiliza-se o método de melhor estimativa, considerando-se as médias de valores pagos, o período de apuração dos pagamentos e o seu objeto processual.

Os demais passivos contingentes classificados como perda possível não são registrados, mas são divulgados em nota explicativa e os assuntos classificados como perda remota não são provisionados, porém são divulgados pela administração quando relevantes. As obrigações legais são provisionadas independentemente da opinião de êxito dos assessores jurídicos.

### 2.12 Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificadas como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. A Entidade arrenda certos bens como diversos andares e lojas de prédios comerciais para sua área administrativa e operacional. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 24 meses a 5 anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os arrendamentos, nos quais a Entidade detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os bens adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados durante a vida útil do ativo

### 2.13 Benefícios a empregados

As provisões trabalhistas, principalmente relativas às férias, e os respectivos encargos sociais, são calculadas e registradas segundo o regime de competência.

A Entidade não concede plano de pensão ou outros benefícios pós-emprego, nem remuneração baseado em ações.

### 2.14 Apuração do resultado

**Receitas e despesas de previdência**  
As contribuições de previdência são reconhecidas de acordo a emissão do certificado ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e ajustadas por meio da variação das provisões.  
As despesas com provisões técnicas de previdência são contabilizadas simultaneamente ao reconhecimento das correspondentes receitas.

As receitas de assistência financeira a participantes são reconhecidas de acordo com o prazo de vigência do contrato.

As demais receitas e despesas são reconhecidas no resultado do período em que ocorreram, ou seja, segundo o regime de competência.

### 2.15 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Entidade, estão descritas a seguir:

#### Normas que entrarão em vigor nos exercícios seguintes:

IFRS 9 (CPC 48) – Substitui as orientações existentes no CPC 38 e introduz novas exigências sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo novo modelo de perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.  
IFRS 17 (CPC 50) – Substitui a orientação que existe atualmente sobre o reconhecimento das operações de Seguros.

A Entidade pretende adotar essas normas e novas interpretações, quando entrarem em vigor e forem referendadas pelo órgão regulador. Tendo em vista que IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 17 (CPC 50) não foram aprovadas pela SUSEP, não obrigatórias para a preparação das demonstrações financeiras do exercício corrente.

### 3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se no histórico da Entidade e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### (a) Passivos de previdência (seguros)

O componente onde a administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de previdência (seguros) da Entidade. Existem diversas fontes que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Entidade liquidará em última instância. A Entidade utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração, dos atuários e dos especialistas da Entidade para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Como consequência, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

#### (b) Provisões judiciais

A Entidade é parte em demandas judiciais envolvendo as áreas cíveis, fiscais e trabalhistas, as quais são consideradas para elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Os critérios utilizados pela administração da Entidade para a contabilização das demandas observam as evidências fáticas, legais e jurisprudenciais para a correta classificação e mensuração do risco econômico envolvido em cada demanda judicial, levando-se em consideração, ainda, os estudos e pareceres elaborados pela assessoria jurídica da Entidade em conjunto com profissionais especializados.

#### (c) Provisão (*Impairment*) para riscos de crédito sobre assistência financeira

A administração usa estimativas baseadas no histórico de perda em ativos com características de risco de crédito e evidência objetiva de *impairment* similar aos da sua carteira para projetar os fluxos de caixa futuros. A administração examina sua carteira de assistência financeira com o objetivo de avaliar possíveis perdas, pelo menos a cada mês.

### 4 Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes das atividades da Entidade são os riscos de mercado (taxa de juros), de crédito, de liquidez, de risco de seguros e de risco de capital. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela administração.

#### 4.1 Gestão de risco de seguro

A Entidade atua junto ao mercado com planos de previdência complementar aberta, em especial o pecúlio, os quais são direcionados

para pessoas físicas, jurídicas e empresas públicas, cujo objetivo é atender seu público alvo através do oferecimento destes produtos, bem como por meio de assistência financeira.

A Entidade define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento garantido, passível de pagamento, ocorra. Para um grupo de contratos de previdência (seguro), onde a teoria das probabilidades é aplicada para a precificação e provisionamento, a Entidade entende que o principal risco transferido para a Entidade é o risco de que os pagamentos de benefícios resultantes de eventos ocorridos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de previdência. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos benefícios são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia atuarial de cálculo destes passivos, ou, quando, através de ações judiciais, a Entidade é compelida a pagar indenizações que extrapolam ao valor contratado ou a sua previsão inicial. Dentro do risco de seguro, destaca-se o risco de subscrição, que advém de uma situação econômica que contraria as expectativas utilizadas como premissas da Entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição, principalmente no que se refere a premissas atuariais e financeiras. O risco de subscrição pode ser identificado nos seguintes itens: risco no processo de subscrição (fase de contratação dos planos, quando se avalia o perfil do proponente), risco na precificação do produto (parâmetros de cálculo), risco de definição dos produtos (modelagem do produto), risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões relacionadas.

Assim, a Entidade tem como objetivo, visando mitigar o risco de subscrição/seguro, investir em novos e melhores processos de seleção de riscos e precificação. Os elementos-chave da política de subscrição da Entidade são e continuarão sendo (1) manutenção de controle centralizado de subscrição, para garantir que as políticas e os procedimentos da Entidade sejam utilizados de maneira consistente e apropriados; e (2) utilização de técnicas para o desenvolvimento de seu próprio banco de dados de subscrições, eventos e outras experiências estatísticas para que a Entidade possa selecionar e avaliar riscos de forma técnica e comercialmente precisa. Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, a Entidade realiza periodicamente revisões nos seus produtos comercializados, com o objetivo de rever os seguintes aspectos: Definições do produto: análise do escopo do produto e das coberturas e garantias oferecidas aos participantes bem como o público alvo das vendas;

Estudo mercadológico: avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado e receptividade dos clientes; Expectativa de vendas: revisão e alinhamento das metas de vendas de acordo com o observado e ainda esperado;

Precificação: estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas propostas para os produtos. Nesta etapa, é verificada a adequação da tarifa atuarialmente definida para o produto; Provisionamento: as provisões técnicas (passivos contábeis) são constantemente reavaliadas visando refletir a realidade da necessidade de valores reservados para os planos operados pela Entidade. Ainda são constantemente analisados os sistemas operacionais utilizados na comercialização e manutenção dos produtos, possíveis riscos operacionais existentes no processo, além de avaliar aspectos legais e os riscos de imagem, fraude e lavagem de dinheiro. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Entidade está exposta é minimizado, em função da não aceitação de riscos com valores de benefícios elevados. Desta forma, minimizam-se as possibilidades de desvios na severidade dos eventos observados.

Além disso, a Entidade monitora a qualidade dos negócios, visando avaliar e melhorar o seu desempenho. Os negócios são subscritos pela Entidade após a revisão, dentre outros, das experiências com perdas e dos relatórios de precificação dos Pecúlios (principal produto da Entidade), e após consideração completa do histórico de pagamentos de benefícios.

#### (a) Quadro de análise de sensibilidade

A Entidade dividiu a análise de sensibilidade segundo os parâmetros utilizados e a estrutura dos planos.

##### Análise de sensibilidade nos sinistros ocorridos

A tabela abaixo apresenta o impacto no Sinistro ocorridos, por plano de risco, caso haja um aumento de 10 pontos percentuais nos seus valores, em relação aos últimos doze meses da data base do cálculo. Os demais parâmetros referentes a índices de conversibilidade, inflação e excedente financeiro, considerando as características dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto.

Planos	Impacto no resultado e no patrimônio social	
	2022	2021
Pecúlio	(79)	(269)
Pensão	(12)	(1)
Total	(91)	(270)

##### Análise de sensibilidade nas provisões de longo prazo

A tabela abaixo apresenta o impacto nas provisões de longo prazo, segundo estrutura dos planos, caso haja uma redução na taxa de juros para 4% a.a. Os demais parâmetros referentes a índices de conversibilidade, inflação e excedente financeiro, considerando as características dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto

Planos	Impacto no resultado e no patrimônio social	
	2022	2021
Aposentadoria	(49)	(61)
Pensão	(911)	(844)
Total	(960)	(905)

#### (b) Concentração de risco

A Entidade elaborou a sua concentração de risco, conforme a distribuição geográfica das contribuições brutas emitidas. A contribuição bruta se refere ao valor emitido mensalmente para o custeio do plano contratado pelo participante. Assim, a composição do risco está distribuída da seguinte maneira:

UF	Contribuição bruta	
	2022	2021
AC	55	65
AL	83	77
AM	205	239
AP	103	102
BA	223	221
CE	240	248
DF	258	266
ES	73	72
GO	101	117
MA	124	132
MG	231	244
MS	173	199
MT	88	92
PA	403	420
PB	168	168
PE	344	364
PI	61	66
PR	159	167
RJ	1.805	1.892
RN	198	205
RO	89	95
RR	117	124
RS	589	633
SC	181	183
SE	66	69
SP	292	301
TO	4	7
	<u>6.433</u>	<u>6.768</u>

### 4.2 Gestão de riscos financeiros

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: a) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; b) risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Entidade; c) risco de crédito associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

#### (a) Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perda decorrente das oscilações nos valores de mercado, tais como preços, índices e taxas sobre os descasamentos de prazos, moedas e indexadores de carteiras. O processo de gestão e controle de risco é submetido periodicamente à avaliação e revisão. A ferramenta de análises usada pela Entidade está entre os principais métodos amplamente difundidos no mercado, sendo ele:

Metodologia do Stress Test do Sistema Sophis: O stress determinista utiliza cenários de níveis de taxa pré, cupom cambial, ações, entre outros fatores de risco. A projeção do mercado é estabelecida em função das curvas de taxa pré, cupom cambial, cupom de TR, projeções de preços, etc. A metodologia utilizada para o cálculo do Stress Test utiliza um histórico de 180 dias úteis para séries de preços dos ativos e adota o percentual de 95%.

Para o cálculo do Value At Risk (VAR) e Stress das carteiras da Previdência, as equipes de Risco dedicadas do Itaú Asset e XP Investimentos, estabelecem cenários internos próprios para determinados fatores de risco.

Na aplicação no Fundo RESTEC do Itaú, percebe-se, pelos dados abaixo, uma baixa utilização dos limites estipulados para a carteira. Obtivemos VAR PL diário de 0,01% com base em consumo limite de 7,34% e Stress PL diário de 0,20% com consumo limite de 19,82%. A atual composição da carteira é composta por quotas de fundos de investimento.

Na aplicação para o Fundo XP Reserva Técnica, por ser composto em sua totalidade somente por LFTs e caixa, o VaR calculado para o fundo é zero pois no modelo adotado para cálculo de volatilidade, o EWMA, que dá peso maior às oscilações mais recentes dos fatores de risco, não tem detectado oscilações significativas nos fatores de risco atrelados às taxas de ação e deságio das LFTs presentes no fundo atualmente, o Stress Test também não contempla choques nas taxas de ação/deságio em LFTs.

Sabe-se que o mercado dispõe de outras metodologias de análise de stress. Entretanto, devido às características das carteiras da Entidade na data em questão, julgou-se o teste de stress realizado pelo Sistema Sophis como o mais adequado para o cálculo de risco do Fundo.

#### (b) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de desequilíbrio entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis. Este descasamento pode vir a comprometer a capacidade de pagamento da Entidade.

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, garantindo desta forma a realização dos eventos financeiros. A previsão de fluxo de caixa da Entidade é realizada pelo Departamento Financeiro. Este departamento administra diariamente a liquidez de caixa com base em premissas estabelecidas de desembolsos e recebimentos.

#### (c) Gestão de risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de perda associada ao não cumprimento total ou parcial das obrigações financeiras pactuadas pelo tomador ou contraparte.

A política de assistência financeira da Sabemi Previdência considera o nível de risco de crédito a que está sujeito às peculiaridades que envolvem o crédito consignado, tais como a diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, garantia de desconto em folha de pagamento e averbação online. Além disso, os prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em operações de assistência financeira.

A avaliação de risco de crédito aos participantes é realizada de acordo com a política de crédito das liberações de assistência financeira. Esta política está baseada em modelos usados pelo mercado de crédito, e condicionada a um histórico de Índices de inadimplência.

#### 4.3 Gestão de solvência

A Entidade executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios de exigibilidade de capital determinados pelo CNSP e SUSEP.

Os principais objetivos da Entidade em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e SUSEP e (ii) otimizar retorno sobre capital para manutenção do patrimônio dos associados. Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Entidade manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

#### Adequação de capital e da liquidez do ativo

Conforme Resolução CNSP nº 432/21 segue demonstrado abaixo o cálculo da adequação do capital e da liquidez do ativo, apurado em 31 de dezembro de 2022:

		2022	2021
<b>Patrimônio social</b>		<b>25.870</b>	<b>25.855</b>
(-) Despesas antecipadas		(42)	-
<b>(-) Ajustes contábeis</b>		<b>(42)</b>	-
(+) Superávit de fluxos prêmios/cont. não registrado apurado no TAP		315	195
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas		178	319
<b>(+) Ajustes associados à variação dos valores econômicos</b>		<b>493</b>	<b>514</b>
<b>PLA de nível 1</b>		<b>25.754</b>	<b>25.729</b>
<b>PLA de nível 2</b>		<b>493</b>	<b>514</b>
<b>PLA de nível 3</b>		<b>73</b>	<b>126</b>
<b>PLA – soma de PLA nível 1 + PLA nível 2 + PLA nível 3</b>		<b>26.320</b>	<b>26.369</b>
(-) Ajuste de excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 (i) e (ii)		-	-
<b>PLA (total) aceito para cobertura do CMR-soma de (i) e (ii)</b>		<b>26.320</b>	<b>26.369</b>
<b>Capital Mínimo Requerido (CMR)</b>			
<b>a) Capital base</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>b) Capital de risco (CR)</b>		<b>4.383</b>	<b>4.134</b>
(+) Capital adicional de risco de subscrição		1.222	1.437
(+) Capital adicional de risco de crédito		1.702	1.586
(+) Capital adicional de risco operacional		16	16
(+) Capital adicional de risco de mercado		2.893	2.511
(-) Benefício da correlação entre os capitais		(1.450)	(1.416)
<b>Capital mínimo requerido (o maior entre a e b)</b>		<b>4.383</b>	<b>4.134</b>
CMR coberto pelo PLA de nível 1 (deve ser no mínimo 50% do CMR)		4.383	4.134
<b>Suficiência de cobertura do CMR em relação ao PLA</b>		<b>21.937</b>	<b>22.235</b>

#### 5 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	-	2
Depósitos bancários à vista	420	205
Equivalente de caixa (i)	<u>19.385</u>	<u>18.154</u>
	<u>19.805</u>	<u>18.361</u>

(i) Refere-se a cotas de fundos de investimentos, com liquidez diária. Fundo de investimento Itaú Corp. Plus RF DI, com carteira composta principalmente em Títulos públicos.

### 6 Ativos financeiros

#### (a) Mensurados a valor justo por meio do resultado - Títulos para negociação

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos para negociação são os seguintes:

	2022		2021	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Quotas de fundos de investimento (i)				
LFS PRE ELEG NIVEL II	919	919	0	0
ITAU RESTEC TP RF	1.789	1.789	3.560	3.560
XP RESERVA TECNICA FI RF	<u>8.881</u>	<u>8.881</u>	<u>8.085</u>	<u>8.085</u>
Total das quotas de fundos	<u>11.589</u>	<u>11.589</u>	<u>11.645</u>	<u>11.645</u>
Total de aplicações	<u>11.589</u>	<u>11.589</u>	<u>11.645</u>	<u>11.645</u>
Circulante	11.589	11.589	11.645	11.645
Não circulante	0	0	0	0
Total de aplicações	<u>11.589</u>	<u>11.589</u>	<u>11.645</u>	<u>11.645</u>

#### (i) Quotas de Fundos de Investimento

Fundos de investimento cujo valor de mercado é atualizado diariamente pelo valor da quota divulgado por suas respectivas administradoras com expectativa de remuneração de 100% do CDI.

#### (b) Ativos financeiros disponíveis para venda:

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos disponíveis para venda são os seguintes:

	2022		2021	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
ANGA TOTAL				
RETURN FIM CP	-	-	1.022	1.022
ANGA PORTFOLIO FIM	-	-	5.614	5.614
PRASS FIDC II (*)	<u>1.838</u>	<u>1.838</u>	<u>2.029</u>	<u>2.029</u>
Total de títulos disponíveis para venda	<u>1.838</u>	<u>1.838</u>	<u>8.665</u>	<u>8.665</u>

(\*) Em 31 de dezembro de 2022, os saldos referem-se a 407,25 cotas emitidas pelo FIDC PRASS FIDC II.

#### (c) Abertura da carteira por prazo de vencimento:

	2022	2021
<b>Quotas de fundos de investimento</b>		
Sem vencimento	<u>11.589</u>	<u>11.645</u>
	<u>11.589</u>	<u>11.645</u>

De acordo com normatização da SUSEP, os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação são registrados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento.

A Entidade não utiliza em suas operações instrumentos financeiros derivativos com propósito especulativo.

#### (d) Estimativa de valor justo/

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

A Entidade classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis:

• (Nível 1) preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

• (Nível 2) inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

• (Nível 3) técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

A Entidade possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Entidade mensurados a valor justo:

	2022		2021	



...Continuação

**g) Títulos e créditos a receber**  
Os saldos patrimoniais podem ser demonstrados por:

	2022	2021
Circulante		
Créditos a receber por venda de imóveis (i)	74	126
Outros créditos Partes Relacionadas (Nota 19 (ii))	32	25
Outros créditos	136	615
	242	766
Assistência financeira a participantes		
Assistência financeira a participantes (I)	247	12
	247	12
Saldos bancários bloqueados por decisão judicial	107	123
Adiantamentos administrativos	2	15
	109	138
	598	916
Total do circulante		
Não circulante		
Assistência financeira a participantes		
Assistência financeira a participantes (I)	2.490	196
	2.490	196
Total do não circulante	2.490	196
Total	3.088	1.112

(i) Refere-se a saldos a receber de direitos creditórios pela venda de imóveis.  
(ii) Refere-se principalmente, a saldos a receber decorrentes de acordos operacionais em que a Entidade atua como correspondente e como estipulante em administração de apólices.  
(I) Os saldos da assistência financeira a participantes e respectivas cessões de crédito, classificadas em outros créditos, estão demonstrados a seguir:

	Circulante		Não circulante	
	2022	2021	2022	2021
Garantia de averbação				
Garantia de averbação	21.229	13.955	90.165	60.575
Cessão de crédito-				
FIDC Angá VII	(6.398)	(9.801)	(22.572)	(42.161)
Cessão de crédito-				
FIDC Danúbio	(104)	(2.344)	(473)	(8.793)
Cessão de crédito-				
FIDC Mono Cota	(1.893)	(1.632)	(5.198)	(8.415)
Cessão de crédito-				
FIDC Sabemi XI	(1.373)	(135)	(5.195)	(912)
Cessão de crédito-				
FIDC Multi Consig I	(104)	-	(571)	-
Cessão de crédito-				
FIDC Multiestratégia I	(2.512)	-	(11.265)	-
Cessão de crédito-				
FIDC Volter	(7.997)	-	(40.553)	-
	848	43	4.338	294
	2022	2021	2022	2021

	2022	2021
Receitas a apropriar		
Receitas a apropriar	(12.716)	(7.923)
Cessão de crédito-		
FIDC Angá VII	3.104	5.469
Cessão de crédito-		
FIDC Danúbio	70	1.223
Cessão de crédito-		
FIDC Mono Cota	817	1.100
Cessão de crédito-		
FIDC Sabemi XI	756	101
Cessão de crédito-		
FIDC Multi Consig I	68	-
Cessão de crédito-		
FIDC Multiestratégia I	1.640	-
Cessão de crédito-		
FIDC Volter	(585)	(30)
	263	13
	2022	2021

Provisão para risco de crédito sobre assistência financeira (II) (16) (1) (36) (6)  
Assistência financeira a participantes 247 12 2.490 196  
As concessões de crédito de assistência financeira são efetuadas através de critérios de análise de risco, definidos pela administração da Entidade.

	Receita financeira		Securitização		Cessão	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
FIDC Angá VII (i)	275	2.738	-	54.088	-	33.796
FIDC Danúbio (i)	3	488	-	10.642	-	6.846
FIDC Mono Cota (i)	(10)	687	-	12.229	-	6.862
FIDC Sabemi XI (i)	-	62	-	1.159	-	656
FIDC Multi Consig I (i)	553	-	14.567	-	8.282	-
FIDC Multiestratégia I (i)	29	-	647	-	359	-
FIDC Volter (i)	2.074	-	48.917	-	27.796	-
	2.924	3.975	64.131	78.118	36.437	48.160

A receita financeira está reconhecida no resultado financeiro conta de Renda com assistência financeira (Nota 20)  
(i) Os valores apresentados das cessões são descontados às taxas negociadas, para um período de financiamento de até 96 meses, pagos em moeda corrente. Esses créditos foram cedidos sem cobrança ao respectivo fundo, onde a Entidade exerce administrativamente a cobrança desses títulos.  
(II) A provisão para riscos sobre assistência financeira para 31 de dezembro de 2022 é apurada pela Administração da Entidade em valor suficiente para cobrir prováveis perdas futuras sobre o montante líquido a receber na data do Balanço. Para tal estimativa, a Entidade considerou a ocorrência histórica de perda da carteira de títulos combinada a uma análise estatística e ao julgamento da área interna de crédito. O método de cálculo de impairment aplicado nesta análise considera a movimentação da carteira de títulos entre as faixas de atrasos e o histórico de perda associado a cada uma delas. Estas faixas foram classificadas em 11 (onze) grupos, definidos segundo critérios tomados a partir do histórico dos títulos e das particularidades da operação de crédito consignado.  
Frequentemente, a Administração válida o desempenho da classificação e de sua assertividade de previsão com relação a eventos reais de inadimplência e frente aos dados e informações disponíveis no mercado.  
As classificações internas usadas estão associadas ao tipo de ativo sob análise, no caso, a assistência financeira em consignação na folha de pagamento. Este ativo tem apresentado historicamente recuperações de perdas até mesmo para contratos com até 48 parcelas vencidas e sem quitações nos últimos 12 meses. A expectativa de recuperação se deve as características de recebimento do crédito consignado, entre elas:

- Recomposição salarial do participante recuperando novamente margem consignável;
  - Refinanciamento do contrato de assistência financeira aproveitando a margem existente;
  - Liquidação de contratos de dívidas em outras instituições pelo participante abrindo novamente margem consignável para outro contrato de assistência financeira ou retorno da cobrança do contrato inadimplente;
  - Cobrança ativa e negociações via débito em conta e boletos.
- Além disso, de forma conservadora, os contratos de assistência financeira cujo participante tenha falecido ou tenha sido exonerado do órgão são 100% provisionados nos grupos I e J.

As composições de créditos de operações com assistência financeira a participantes, por idade de vencimento, estão demonstradas a seguir:

	2022	2021
A vencer acima de 12 meses	2.622	109
A vencer em até 12 meses	20	6
Vencidos em até 12 meses	75	100
Vencidos 13 - 24 meses	72	0
Vencidos 25 - 36 meses	0	0
Vencidos acima de 36 meses	0	0
	2.789	215

**7 Despesas antecipadas**  
Composta por seguro garantia de processos judiciais.

	2022	2021
Seguro garantia	42	-
Total despesas antecipadas	42	-
Circulante	12	-
Não circulante	30	-

**8 Depósitos judiciais**  
Estão registrados os valores decorrentes de depósitos judiciais, também atualizados até a data do balanço.

	2022	2021
Depósitos judiciais - benefícios (i)	1.064	1.245
Depósitos judiciais - cíveis e outros	950	899
	2.014	2.144

(i) A redução nos depósitos é decorrente de encerramento de processos passivos.

**9 Outros valores e bens - direito de uso**  
Estão registrados os valores de direito de uso decorrentes da adoção do CPC 06 (R2).

	2022	2021
Ativo não circulante		
Outros valores e bens		
Ativo de direito de uso	2.929	2.929
Depreciação acumulada de ativo de direito de uso	(1.192)	(611)
Total do ativo	1.737	2.318

**10 Outros valores e bens - bens a venda**  
São registrados nessa rubrica os imóveis destinados à venda do loteamento Parque Emboaba, do Estado do Rio Grande do Sul, totalizando em 31 de dezembro de 2022, 2 lotes (2021 - 2).  
Movimentação:

	Quantidade	Saldo	lotes
Saldo em 1º de janeiro de 2021	37	28	
Baixa por venda	(29)	(26)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8	2	
Devolução de venda	14	1	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	22	3	

**11 Investimentos**  
São registrados nesta rubrica propriedades para investimento no Estado de Santa Catarina, sendo: Village Sulmar - 132 lotes, Village Sulmar Zona Norte - 290 lotes, Village Sulmar Zona Nova - 200 lotes e Loteamento Nova Califórnia - 236 lotes.

	2022 e 2021
Custo	274
Atualizado	232
Loteamento V.Sulmar	160
Loteamento V.Sulmar Zona Norte	66
Loteamento V.Sulmar Zona Nova	66
Perdas por redução no valor recuperável (impairment)	(66)
Total	-

No final do exercício de 31 de dezembro de 2012, de acordo com CPC 01, a Entidade efetuou análise de recuperação dos seus investimentos através de estudo técnico elaborado internamente, avaliação que resultou em uma provisão de R\$ 666 referente aos loteamentos Village Sulmar. Não houve modificações significativas na avaliação atualizada para 31 de dezembro de 2015, tendo sido mantido os valores provisionados para 31 de dezembro de 2019. De acordo com nossos assessores jurídicos, tramita na Vara Cível da Comarca de Sombrio/SC, o processo nº 0301216-03.2019.8.24.0069, ação judicial contra a Prefeitura de Sombrio/SC, questionando a cobrança de IPTU e pleiteando a extinção das matrículas no Registro de Imóveis.

**12 Obrigações a pagar**  
São registrados nestas contas os valores decorrentes de fornecedores, honorários e gratificações, acordos processuais e outras obrigações a pagar, provenientes das operações com correspondentes.

	2022	2021
Circulante		
Fornecedores	5	5
Sabemi Seguradora (i) (Nota 19)	1.988	4.386
Pecúlio União Previdência (ii) (Nota 19)	-	202
Sabemi Tec. Ltda	105	55
Sabemi Negócios (Nota 19)	78	6
Outras obrigações a pagar	69	140
Total do circulante	2.245	4.794
Não Circulante		
Outras obrigações a pagar	22	-
Total do não circulante	22	-
Total de obrigações a pagar	2.267	4.794

(i) Refere-se a saldos a pagar decorrentes de acordos operacionais em que a Entidade atua como correspondente.  
(ii) Em 1º de julho de 2008, conforme aprovação em Carta SUSEP/DECON/GAB/Nº 191/08, houve a transferência de carteira de planos de previdência complementar proveniente da entidade Pecúlio União Previdência Privada. Conforme contrato firmado entre as partes, a Sabemi Previdência Privada, a partir da data de transferência, assumiu todas as obrigações pactuadas nos contratos vigentes e anteriormente pertencentes à Pecúlio União Previdência Privada. Adicionalmente, a Sabemi Previdência Privada comprometeu-se a garantir o pagamento dos passivos judiciais e extrajudiciais relativos aos fatos e ações judiciais anteriores à data de transferência do Pecúlio União Previdência Privada.

Em 1º de julho de 2022, através da Portaria SUSEP nº 7.985 de 28 de junho de 2022 foi homologada a transferência de controle e consequente nomeação da nova diretoria executiva da Entidade Pecúlio União Previdência Privada.

**13 Impostos e encargos sociais a recolher**  
São registrados nestas rubricas os valores decorrentes de impostos de renda na fonte de terceiros, contribuições previdenciárias (INSS), contribuições para o fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) e contribuições sociais retidas de terceiros.

	2022	2021
Imposto de renda retido na fonte terceiros	29	2
Imposto sobre serviços retidos	56	1
Imposto sobre operações financeiras	212	3
Contribuições previdenciárias retidas	1	-
Outras contribuições retidas de terceiros	65	7
	363	13

**14 Impostos e contribuições**  
São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes.

Inclui a provisão para o Programa de Integração Social (PIS), constituída à alíquota de 0,65%.  
As entidades abertas de previdência privada complementar são isentas de Imposto de Renda e a partir da Instrução Normativa SRF nº 588/05, também estão isentas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Art. nº17 da INSRF nº 588/05).  
Programa de integração social - PIS

	2022	2021
	4	10
	4	10

A Sabemi Previdência Privada obteve o direito ao não recolhimento da COFINS após o trânsito em julgado da ação judicial nº 2007.71.00.033163-5 junto ao TRF 4ª Região. Sendo assim, a Entidade suspendeu o recolhimento mensal do referido tributo a partir do mês de maio de 2011, de acordo com a orientação dos assessores jurídicos internos e externos (Nota 17).

**15 Débitos de operações com previdência complementar**  
Referem-se ao saldo de arrecadação de planos previdenciários de convênios com órgãos públicos, em fase de identificação e processamentos.

**17 Provisões técnicas**  
**(a) Previdência complementar**  
As provisões técnicas de operações de previdência complementar são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais e conforme cálculos fornecidos pelo atuário habilitado, segundo as determinações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

	31/12/2021	Constituição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2022
Prêmios Não Ganhos - PPNG	1.288	16	(221)	-	1.083
Benefícios Concedidos - PMBC	4.110	181	(663)	758	4.386
Sinistros a Liquidar - PSL	2.830	2.132	(3.038)	281	2.205
Resgates e outros a regularizar - PVR	1.074	179	(409)	(30)	814
IBNR	975	959	(1.325)	-	609
IBNER	(526)	740	(481)	-	(267)
Complementar de Cobertura - PCC	1.136	4	(427)	-	713
Despesas Relacionadas - PDR	241	94	(34)	13	314
Total	11.128	4.305	(6.598)	1.022	9.857
Circulante	6.237				5.130
Não circulante	4.891				4.727
	31/12/2020	Constituição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2021
Prêmios Não Ganhos - PPNG	1.577	677	(966)	-	1.288
Benefícios Concedidos - PMBC	4.019	77	(490)	504	4.110
Sinistros a Liquidar - PSL	4.135	3.338	(3.995)	(648)	2.830
Resgates e outros a regularizar - PVR	822	186	(152)	218	1.074
IBNR	1.016	540	(581)	-	975
IBNER	(401)	509	(634)	-	(526)
Complementar de Cobertura - PCC	2.215	6	(1.085)	-	1.136
Despesas Relacionadas - PDR	536	121	(513)	97	241
Total	13.919	5.454	(8.416)	171	11.128
Circulante	8.035				6.237
Não circulante	5.884				4.891

**(b) Garantias das provisões técnicas**  
Em garantia as provisões técnicas, encontram-se vinculados à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP aplicações financeiras, em montante suficiente para cobrir as referidas provisões, conforme Resolução CMN nº 4.444/15 e alterações posteriores.

	2022	2021
Ativos oferecidos em cobertura		
Total de provisões técnicas	9.857	11.128
Dedução por depósitos judiciais	(80)	(316)
Total a ser coberto	9.777	10.812
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	11.589	11.645
Ativos oferecidos em cobertura	11.589	11.645
Suficiência de cobertura	1.812	833

**(c) Comportamento da provisão de benefícios em anos posteriores aos anos de constituição**  
A tabela abaixo mostra a movimentação das provisões para benefícios da Entidade, denominada de tabela de desenvolvimento de benefícios:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Benefícios administrativos:</b>										
Provisões para benefícios no fim do exercício	647	911	1.068	1.268	1.045	1.393	1.208	1.751	1.549	560
<b>Valor Acumulado dos pagamentos até</b>										
Um ano	160	331	419	500	445	530	284	859	567	
Dois anos	251	379	503	570	664	572	473	953		
Três anos	283	409	519	695	678	655	495			
Quatro anos	304	411	639	702	738	664				
Cinco anos	305	525	639	750	744					
Seis anos	412	525	657	753						
Sete anos	412	542	660							
Oito anos	430	545								
Nove anos	433									
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022

**Provisão Reestimada**  
Um ano 342 464 73 138 211 442 373 531 110  
Dois anos 394 27 33 171 105 85 77 94  
Três anos 10 29 104 86 50 40 52  
Quatro anos 16 100 24 43 28 49  
Cinco anos 76 17 20 23 27  
Seis anos 2 16 22 25  
Sete anos 4 18 25  
Oito anos 5 18  
Nove anos 5

**Benefícios judiciais:**

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Provisões para benefícios no fim do exercício</b>	3.677	4.321	4.266	4.554	4.324	5.324	2.420	2.385	1.280	1.646
<b>Valor Acumulado dos pagamentos até</b>										
Um ano	864	955	436	692						



...Continuação

**Resultados obtidos nos fluxos de 31 de dezembro de 2022:**

**PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES REGISTRADOS DE PPNG**

TIPO DE PRODUTO	PPNG CONSTITUÍDA LÍQUIDA DO CAD DIRETAMENTE RELACIONADO À PPNG	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG	PCC-PPNG
Previdência	1.083	905	(178)
<b>Total</b>	<b>1.083</b>	<b>905</b>	<b>0</b>

**PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES NÃO REGISTRADOS DE PPNG**

TIPO DE PRODUTO	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG DE PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS (SAÍDAS – ENTRADAS)
Previdência	(9.157)
<b>Total</b>	<b>(9.157)</b>

Valor presente do fluxo de caixa, considerando todas as receitas e despesas futuras relacionadas aos contratos vigentes na data-base **PMBC**

TIPO DE PLANO	COBERTURA	BASE TÉCNICA	TIPO DE RENDA	EXCEDENTE FINANCEIRO NA CONCESSÃO	PMBC CONSTITUÍDA	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PMBC	PCC-PMBC
Renda	Sobrevivência	AT49M +TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	457	581	124
Renda	Morte	CSO58M+TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	3.881	4.472	591
Renda	Morte	TR + 6%	Renda Certa	-	48	46	(2)
<b>Total</b>					<b>4.386</b>	<b>5.099</b>	<b>713</b>

**RESULTADO DO TAP**

PCC-PPNG efetivamente constituída	PCC-PPNG (REGISTRADO) (+) PCC-PPNG (NÃO REGISTRADO) (-) MAIS VALIA PCC-PPNG	-	-
PCC-PMBAC efetivamente constituída	PCC-PMBAC ACUMULAÇÃO (REGISTRADO) (+) PCC-PMBAC ACUMULAÇÃO (NÃO REGISTRADO) (+) PCC-PMBAC BD (-) MAIS VALIA PCC-PMBAC	-	-
PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC (-) MAIS VALIA PCC-PMBC	713	713

Para 31 de dezembro de 2022 foi identificada insuficiência no grupamento referente aos Fluxos de Benefícios em Curso – Aposentadoria e Benefícios em Curso - Pensão. Esta insuficiência está relacionada ao fato de que a expectativa de vida dos beneficiários do plano de renda atualmente é superior à expectativa de vida da época de desenvolvimento do produto. Desta forma, a Entidade, baseada em taxas de sobrevivência condizentes com o grupo de beneficiários, projeta um período de pagamento de rendas futuras superior ao estabelecido na Nota Técnica do Plano. Esta insuficiência está devidamente compensada através da constituição de PCC-PMBC – Provisão Complementar de Cobertura referente à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos no valor de R\$ 713, conforme demonstrado abaixo:

Grupo	TAP - provisão a constituir
Grupo "A" - Operações Registradas - Benefícios de Aposentadoria – CAP	124
Grupo "B" - Operações Registradas - Benefícios de Pensão – RCC	589

O TAP também foi realizado com as datas base de 31 de dezembro de 2021, com o objetivo de se obter as relações comparativas entre os mesmos. **Resultados obtidos nos fluxos de 31 de dezembro de 2021:**

**PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES REGISTRADOS DE PPNG**

TIPO DE PRODUTO	PPNG CONSTITUÍDA LÍQUIDA DO CAD DIRETAMENTE RELACIONADO À PPNG	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG	PCC-PPNG
Previdência	1.288	970	(318)
<b>Total</b>	<b>1.288</b>	<b>970</b>	<b>0</b>

**PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES NÃO REGISTRADOS DE PPNG**

TIPO DE PRODUTO	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG DE PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS (SAÍDAS – ENTRADAS)
Previdência	(10.617)
<b>Total</b>	<b>(10.617)</b>

TIPO DE PLANO	COBERTURA	BASE TÉCNICA	TIPO DE RENDA	EXCEDENTE FINANCEIRO NA CONCESSÃO	PMBC CONSTITUÍDA	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PMBC	PCC-PMBC
Renda	Sobrevivência	AT49M +TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	541	720	179
Renda	Morte	CSO58M+TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	3.523	4.480	957
Renda	Morte	TR + 6%	Renda Certa	-	46	46	-
<b>Total</b>					<b>4.110</b>	<b>5.246</b>	<b>1.136</b>

**RESULTADO DO TAP**

PCC-PPNG efetivamente constituída	PCC-PPNG (REGISTRADO) (+) PCC-PPNG (NÃO REGISTRADO) (-) MAIS VALIA PCC-PPNG	-	-
PCC-PMBAC efetivamente constituída	PCC-PMBAC ACUMULAÇÃO (REGISTRADO) (+) PCC-PMBAC ACUMULAÇÃO (NÃO REGISTRADO) (+) PCC-PMBAC BD (-) MAIS VALIA PCC-PMBAC	-	-
PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC (-) MAIS VALIA PCC-PMBC	1.136	1.132

**Teste de sensibilidade**

O Teste de Sensibilidade visa analisar o efeito da alteração das premissas de cálculo atuarial incluídas na estruturação dos fluxos de caixa, base do TAP, pelas quais a Entidade não detém seu controle. No contexto atual, a principal premissa que pode, com certa frequência, ter alteração de valor em relação ao esperado é a mortalidade. O Teste de Sensibilidade envolvendo a variável mortalidade foi processado agravando linearmente as taxas de mortalidade (qx) da Tábua BR-EMS 2021, segregada por sexo e sem a aplicação de fatores de Improvement, em 10% (dez por cento) e reprocessando o TAP, verificando se haveria a necessidade de constituição de algum valor em função desta variação de parâmetro. Após a análise, verificou-se que, mesmo com o aumento nos valores pagos de benefícios, não haveria a necessidade de constituição de nenhum valor adicional ao já constituído pela Entidade.

**(e) Provisões judiciais relacionados a benefícios**

O critério para constituição da reserva técnica para os planos da Entidade é o provisionamento pelo valor estimado de perda. O valor estimado é o valor contratado pelo participante ou o valor previsto na sentença judicial, quando houver, e deve ser atualizado mensalmente. Nos processos com trânsito em julgado, o valor da provisão técnica é o valor de condenação definitiva. O critério para constituição da reserva técnica será o provisionamento de 100% do valor estimado para as causas prováveis e o provisionamento de R\$ 0,01 para as causas remotas. Os valores provisionados estão contabilizados na provisão de sinistros a liquidar, provisão de resgate e/ou outros valores a regularizar, provisão matemática de benefícios concedidos, provisão de despesas relacionadas e de forma não individualizada na provisão de eventos ocorridos e não avisados, provisão de eventos não suficientemente avisados e provisão complementar de cobertura.

	Valor Reclamado	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado	Valor Reclamado	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado
Remota	7.240	-	77	-	5.955	-	105	-
Possível	-	-	-	-	-	-	-	-
Provável	21.119	7.659	121	7.659	10.502	7.901	134	7.901
	28.359	7.659	198	7.659	16.497	7.901	231	7.901

Em 31 de dezembro de 2022, do montante total provisionado R\$ 7.659, R\$ 6.746 referem-se as provisões individuais e R\$ 913 referem-se as provisões globais, enquanto em 31 de dezembro de 2021 do montante total provisionado R\$ 7.901, R\$ 6.377 referiam-se as provisões individuais e R\$ 1.524 referiam-se as provisões globais.

**(f) As movimentações das provisões são como seguem:**

	2022	2021
Saldo do início do período	7.901	10.437
Total pago no período	(803)	(598)
Novas constituições no período	56	102
Baixa da provisão por êxito	(128)	(83)
Alteração da provisão por alteração de estimativa ou probabilidade	498	(1.434)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	135	(523)
Saldo final do período	7.659	7.901
Quantidade de ações pagas no período	38	49
Quantidade de ações novas no período	10	31

**18 Passivos de arrendamento**

Estão registrados os valores de direito de uso decorrentes da adoção do CPC 06 (R2)

	2022	2021
<b>Passivo circulante</b>		
<b>Outros débitos</b>		
Passivos de arrendamento	823	824
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(160)	(214)
<b>Total circulante</b>	663	610
<b>Passivo não circulante</b>		
<b>Débitos diversos</b>		
Passivos de arrendamento	1.271	2.118
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(101)	(233)
<b>Total não circulante</b>	1.170	1.885
<b>Total do passivo</b>	1.833	2.495

**19 Partes relacionadas**

	2022				
	Sabemi Seguradora	Pecúlio União Previdência Privada (*)	Sabemi Téc.	Sabemi Negócios	Total
<b>Ativo</b>					
Títulos e créditos a receber (i)	25	-	-	-	25
Títulos e créditos a receber (ii)	7	-	-	-	7
<b>Passivo</b>					
Obrigações a pagar (i)	1.988	-	105	78	2.171
Resultado do período	264	-	2.270	-	2.64
Receitas - Pró-labore (ii)	-	-	-	-	2.270
Despesa prestação serviços	-	-	-	-	2021

	2021				
	Sabemi Seguradora	Pecúlio União Previdência Privada	Sabemi Téc.	Sabemi Negócios	Total
<b>Ativo</b>					
Títulos e créditos a receber (i)	2	-	-	-	2
Títulos e créditos a receber (ii)	23	-	-	-	23
<b>Passivo</b>					
Obrigações a pagar (i)	4.487	202	55	6	4.750
Resultado do período	263	-	-	-	263
Receitas - Pró-labore (ii)	-	-	-	-	1.304
Despesa prestação serviços	-	-	-	-	1.304

(\*) A Entidade Pecúlio União Previdência Privada, não faz mais parte do Grupo Sabemi, motivo pelo não é considerada Partes relacionadas (Nota 11(ii)).

(i) Acordo operacional de consignação em folha, onde a Entidade atua como correspondente realizando a cobrança de planos de pecúlio e seguros, repassados mensalmente. (Nota 6). (ii) A Entidade atua como estipulante em administração de apólices coletivas de acidentados pessoais, sendo remunerada conforme condições estabelecidas na apólice (Nota 6 (g) e 19).

**20 Provisões judiciais**

As causas judiciais, decorrentes de reclamações judiciais, levadas a efeito contra a Entidade, cujas perdas delas resultantes não possam ser abrangidas pela cobertura de contratos, foram avaliadas pelos assessores jurídicos, internos e externos e abaixo são representadas:

(a) Os saldos das provisões constituídas são os seguintes:	Valor do risco	Número de casos	2022 Valor provisionado	2021 Valor do risco	Número de casos	2021 Valor provisionado
Remota	134	300	189	189	291	1.127
Possível	879	49	675	675	38	492
Provável	911	423	911	1.127	492	1.127
	1.924	772	911	1.991	821	1.127

Em 31 de dezembro de 2022, do total de 772 causas não relacionadas a sinistros e benefícios, 758 (2021 – 804) dizem respeito a causas cíveis, 6 (2021 - 7) a causas trabalhistas e 8 tributárias (2021 - 10). Adicionalmente, em 1º de julho de 2008, conforme aprovação em Carta SUSEP/DECON/GAB/Nº 191/08, houve a transferência de carteira de planos de previdência complementar proveniente da entidade Pecúlio União Previdência Privada. Conforme contrato firmado entre as partes, a Sabemi Previdência Privada, a partir da data de transferência, assumiu todas as obrigações pactuadas nos contratos vigentes e anteriormente pertencentes à Pecúlio União Previdência Privada. Da mesma forma, a Sabemi Previdência Privada comprometeu-se a garantir o pagamento dos passivos judiciais e extrajudiciais relativos aos fatos e ações judiciais anteriores à data de transferência do Pecúlio União Previdência Privada. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo provisionado inclui o montante de R\$ 247 (2021 - R\$ 249) de causas cíveis oriundas da Cessão de carteira proveniente da entidade Pecúlio União Previdência Privada.

**(b) As movimentações das provisões são como seguem:**

	2022	2021		2022	2021
Saldo do início do período	1.127	1.153	Despesas financeiras	-	-
Ações pagas no período	(696)	(967)	Constituição (reversão) de provisões técnicas	(246)	648
Novas constituições no período	685	1.390	Despesas com assistência financeira (ii)	(2.929)	(3.231)
Baixa da provisão por êxito	(173)	(330)	Outras despesas	(323)	(234)
Alteração da provisão por alteração de estimativas	(35)	(119)	Resultado financeiro	(3.498)	(2.817)
Saldo final do período	908	1.127	(ii) Refere-se a valores pagos de comissão na operação de assistência financeira.	2.571	3.112
Quantidade de ações pagas no período	36	64	Resultado patrimonial	-	-
Quantidade de ações novas no período	40	84	Despesas com imóveis – Impostos e taxas	-	(29)
<b>Trabalhistas</b>			Redução ao valor recuperável	(1)	(210)
Saldo do início do período	-	7	Ganhos e perdas com ativos não correntes	-	-
Ações pagas no período	-	-	Venda de imóveis – saldo residual	-	128
Novas constituições no período	-	-	Outras receitas saldo transferência de carteira (Nota 12 (ii))	217	-
Baixa da provisão por êxito	-	(7)		217	128
Alteração da provisão por alteração de estimativas	3	-			
Saldo final do período	3	-			
Quantidade de ações pagas no período	-	-			
Quantidade de ações novas no período	-	-			

**Fiscais**

	2022	2021
Saldo do início do período	-	-
Ações pagas no período	-	(488)
Novas constituições no período	-	488
Acrescimo/baixa da provisão por alteração de estimativas	-	-
Saldo final do período	-	-

**21 Patrimônio social**

**(a) Reservas patrimoniais**  
Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da reserva patrimonial é de R\$ 3.204 (2021 – R\$ 3.204).

**(b) Reserva de contingências de benefícios**  
No exercício de 2022 foi realizada a reversão da reserva de contingência de benefícios no valor de R\$ 128, de acordo com a Circular nº648/21.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo acumulado dessa reserva é de R\$ 1.427 (2021 - R\$ 1.555).

**(c) Reserva de retenção de superávit**  
No exercício de 2022 foi realizada a constituição da reserva de retenção de superávit no valor de R\$ 143, de acordo com a Circular nº648/21 e alterações posteriores.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo acumulado dessa reserva é de R\$ 21.239 (2021 - R\$ 21.096).

**22 Composição das contas de resultado**

Efetuaamos o detalhamento das principais contas da demonstração do resultado, conforme determina a legislação vigente:

	2022	2021
Sinistros ocorridos		
Planos de pecúlio	(813)	(2.821)
Varição de IBNR / IBNeR(i)	107	165
	(706)	(2.656)
(i) A reversão deve-se a mudança de estimativa de acordo com o comportamento da provisão.		
Custo de aquisição	(277)	(92)
Despesas de cobrança	(277)	(92)
Outras receitas e despesas operacionais		
Pro-labore estipulante (ii)	264	267
Despesas judiciais	(1.940)	(1.196)
Constituição / (redução) de contingências (iii)	116	(36)
Outras despesas / receitas operacionais	(197)	2
	(1.757)	(963)

(ii) Refere-se à receita recebida como estipulante na administração de apólices (Nota 17). (iii) Variação decorre principalmente da alteração de estimativa de perdas (Nota 18).

	2022	2021
Despesas administrativas	(3.186)	(2.162)
Despesas com serviços técnicos	(858)	(912)
Despesas com localização e funcionamento	(69)	(137)
Despesa com publicação	(78)	(68)
Despesas judiciais	(137)	(53)
Despesas com multas	(33)	(4)
Outras despesas (iv)	(1.331)	(1.254)
	(5.692)	(4.591)

(iv) Refere-se ao rateio de despesas com pessoal cedido pela Sabemi Seguradora

	2022	2021
Despesas com tributos		
PIS	(39)	(38)
Taxa de fiscalização	(155)	(136)
IPTU	(27)	(26)
Outras	(54)	(49)
	(275)	(249)

	2022	2021
Receitas financeiras		
Receitas com assistência financeira (viii)	3.178	4.166
Receitas com renda fixa	1.897	657
Receitas com depósitos judiciais	131	186
Receitas com juros contratuais	22	270
Outras receitas eventuais	84	650
	6.069	5.929

**Diretoria**

**Maria Marta Schneider Severo**  
Diretora-Presidente  
CPF nº 346.146.800-20

**Antonio Tulio Lima Severo Jr**  
Diretor Adm. – Financeiro  
CPF nº 456.467.670-91

**Silvania de Souza Oliveira Soares**  
Diretora Vice-Presidente  
CPF nº 535.632.477-49

**Beatriz Varela Fernández**  
Controladora CRCRS nº 051.365/O  
CPF nº 402.860.100-20

**Vanessa Sorgato Kuyven**  
Atuária MIBA 1424  
CPF nº 910.184.630-20

**Parecer dos Auditores Atuariais Independentes**

**Aos Administradores da Sabemi Previdência Privada Escopo da Auditoria**

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção do Sabemi Previdência Privada - "Entidade", em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas e orientações da

...Continuação

trímônio líquido ajustado e limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade da Auditoria Independente**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos do Sabemi Previdência Privada são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção do Sabemi Previdência Privada em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

**Outros assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Entidade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2023.

Danielle Bellissimo Wilk - Atuária MIBA 2841  
 ATUÁRIA BRASIL Assessoria, Consultoria e Auditoria S/S Ltda -  
 CIBA 0087  
 CNPJ 06.114.280/0001-45 – Rua General Câmara nº 236, Conj.  
 601 – POA/RS

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
 Sabemi Previdência Privada

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Sabemi Previdência Privada ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sabemi Previdência Privada em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com

as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Entidade e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a

extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2023



PricewaterhouseCoopers  
 Auditores Independentes Ltda.  
 CRC 2SP000160/O-5  
 Marcelo Luis Teixeira Santos  
 Contador CRC 1PR050377/O-6

**Jornal do Comércio**  
 O Jornal de economia e negócios do RS

**PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)
- ✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 99649-0062

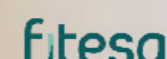


Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC





**ÉVORA S.A.**  
 CNPJ Nº 91.820.068/0001-72  
 NIRE: 43 3 0002859 3  
 Companhia de Capital Fechado



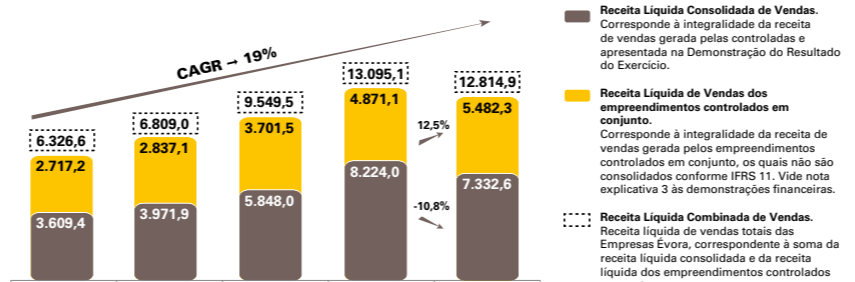
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA ÉVORA S.A. - EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022

**Senhores Acionistas**  
 Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à sua apreciação as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas pelo correspondente relatório dos auditores independentes, sobre as quais apresentamos os comentários a seguir.

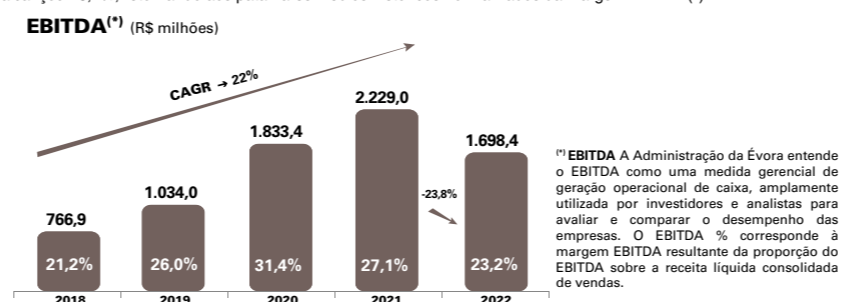
**Contexto Operacional**  
 A Evora atua, através de suas empresas controladas, na manufatura e no comércio de nádecoitos para os mercados de higiene e saúde, de latas de alumínio para bebidas, e de tampas plásticas para bebidas e aplicação em produtos de consumo nos segmentos de higiene, limpeza e beleza. O escopo geográfico do negócio de nádecoitos é global; em latas de alumínio para bebidas é o Brasil e em tampas plásticas é o cone sul da América do Sul. Ao todo, são 33 unidades industriais localizadas em 14 países, cobrindo 4 continentes. Destas, estamos presentes nacionalmente com 13 unidades produtivas em 9 estados. Ainda no negócio de nádecoitos, como parte de nossa estratégia de inovação, contamos com 4 centros de pesquisa e desenvolvimento em operação, nas plantas americanas de Simpsonville, na Carolina do Sul, e de Terre Haute, em Indiana, e nas plantas de Peine, na Alemanha e de Sulmona, na Itália.

Os negócios de nádecoitos e de tampas plásticas são integralmente detidos pela Evora. No negócio de latas de alumínio para bebidas atuamos desde 1995 através de uma "joint venture" 50/50 com a americana Crown Holdings, Inc., uma das líderes mundiais nesse setor.

A controlada Fitesa detém, ainda, em Santa Catarina no bioma Mata Atlântica, florestas de eucalipto através da subsidiária integral Rio Novo Florestal, cuja madeira é comercializada para múltiplos usos, além desse ativo florestal ser gerador de crédito de carbono a ser usado na compensação de suas operações industriais, crédito de carbono esse oriundo das suas florestas para corte e, principalmente, das áreas de reserva legal e também para preservação da biodiversidade da região.



A performance da receita líquida de vendas, associada ao crescimento do custo das matérias-primas e à pressão inflacionária sobre os custos de produção, resultou na geração operacional de caixa medida pelo conceito EBITDA\*(\*) de R\$ 1.698,4 milhões, redução de 23,8% sobre a geração operacional de caixa do ano anterior. O CAGR do EBITDA\*(\*) de 2019-2022 foi de 22%, superior ao patamar de crescimento da receita líquida nesse mesmo período, comprovando a assertividade das decisões dos novos investimentos. A margem EBITDA\*(\*)/Receita Líquida Consolidada de Vendas alcançou 23,2%, retornando aos patamares médios históricos normalizados da margem EBITDA\*(\*)/



**Resultados de 2022**  
 Os negócios da Evora são fortemente atrelados a segmentos do mercado de consumo de massa que possuem características defensivas. A despeito do ambiente macroeconômico deflacionário em decorrência ainda dos impactos remanescentes da pandemia da COVID - 19 e dos efeitos inflacionários globais, os negócios da Evora mantiveram a consistência na apresentação de bons resultados de vendas, de geração operacional de caixa e de geração de lucro. A receita líquida combinada das Empresas Evora atingiu R\$ 12.614,9 milhões, redução de 2,1% sobre o ano anterior, sendo 19% o crescimento médio anual ponderado (CAGR) no quinquênio 2019-2022. A receita líquida consolidada atingiu R\$ 7.332,6 milhões, redução de 10,8% sobre o ano anterior, decorrente principalmente da normalização dos volumes de vendas quando comparado com vendas recorrentes realizadas no período da pandemia da COVID - 19 e também pela

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Controladora			Consolidado		
	31/12/22	31/12/21	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/21
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	116.552	112.302	792.339	532.028	823.963	8.223.963
Contas a receber de clientes (Nota 6)	-	-	1.371.312	1.429.284	-	-
Estoques (Nota 7)	-	-	804.923	1.020.684	-	-
Dividendos a receber (Nota 9)	48.283	18.210	25.908	18.210	-	-
Impostos a recuperar (Nota 10)	-	6	99.642	89.857	-	-
Imposto de renda a recuperar (Nota 9)	4.397	4.175	77.707	61.862	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 20)	-	-	21.984	3.512	-	-
Outros créditos	650	778	108.842	98.053	-	-
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>171.882</b>	<b>136.471</b>	<b>3.902.657</b>	<b>3.253.490</b>	-	-
Depósitos judiciais (Nota 15)	96.820	90.701	100.203	94.556	-	-
Impostos diferidos (Nota 9)	2.375	2.375	101.351	123.836	-	-
Créditos com partes relacionadas (Nota 9)	32.803	58.669	-	-	-	-
Impostos a recuperar (Nota 10)	2.640	638	45.976	41.829	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (Nota 10)	8.025	3.838	104.210	89.875	-	-
Outros créditos, bens e valores	1.105	1.009	27.686	7.288	-	-
Investimentos (Nota 11)	2.533.390	2.746.446	762.635	654.784	-	-
Imobilizado (Nota 12)	1.298	1.382	4.121.336	4.420.880	-	-
Intangível (Nota 13)	261	261	453.754	523.178	-	-
<b>Total do Ativo não Circulante</b>	<b>2.678.717</b>	<b>2.905.319</b>	<b>5.707.153</b>	<b>5.956.172</b>	-	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.850.599</b>	<b>3.042.790</b>	<b>9.609.810</b>	<b>9.209.662</b>	-	-

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo em 31 de dezembro de 2020	Reservas de capital		Reservas de lucros		Reservas de outros resultados abrangentes		Lucros acumulados	Participações dos controladores		
	Capital social	Reserva de reservas de lucros	Reserva de lucros	Reserva de outros resultados abrangentes	Lucros	Participações dos controladores		Total		
	de ações	de reservas de lucros	de lucros	de outros resultados abrangentes	de outros resultados abrangentes	de outros resultados abrangentes		de outros resultados abrangentes		
536.949	3.026	265	507.388	875.365	721	1.040.214	-	3.063.928	272.571	3.336.449
222.902	-	-	(107.388)	(115.514)	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	(248)	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	142.483	-	-	-	142.483	-
-	-	-	-	(759.851)	-	-	-	-	(759.851)	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.071.572	1.071.572
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.531
-	-	-	-	-	-	-	-	-	(53.579)	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	(861.389)	(861.389)
-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.000)	(16.000)
-	-	-	-	-	-	-	-	-	(140.851)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>759.851</b>	<b>3.026</b>	<b>265</b>	<b>500.000</b>	<b>53.579</b>	<b>473</b>	<b>1.182.697</b>	<b>-</b>	<b>252.127</b>	<b>2.892.869</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

**1. Contexto operacional**  
 A Evora S.A. ("Companhia") atua, através de suas empresas controladas, na manufatura e comércio de nádecoitos para descartáveis higiênicos e médicos, latas de alumínio para bebidas e tampas plásticas para bebidas, higiene, limpeza e beleza. O escopo geográfico do negócio de nádecoitos é global, de latas de alumínio para bebidas é brasileiro e em tampas plásticas no cone sul da América do Sul. No âmbito nacional, mantemos unidades produtivas em Manaus - AM, Teresina - PI, Estância - SE, Rio Verde - GO, Uberaba - MG, Cosmópolis - SP e Curitiba - PR. Internacionalmente, estamos presentes em 9 estados, são 33 unidades industriais localizadas em 14 países, cobrindo 4 continentes e nacionalmente presentes em 9 estados. Ainda no negócio de nádecoitos, como parte de sua estratégia de inovação, conta com 4 centros de pesquisa e desenvolvimento em operação, nas plantas de Simpsonville, Terre Haute, Peine e Sulmona. Os negócios de nádecoitos e tampas plásticas são integralmente detidos pela Evora S.A. No negócio de latas de alumínio para bebidas atuamos desde 1995 através de uma "joint venture" 50/50 com a americana Crown Holdings, Inc. desde 1995, player global e líder mundial nesse setor.

A controlada Fitesa Nádecoitos S.A. detém, ainda, em Santa Catarina no bioma Mata Atlântica, florestas de pinus e de eucalipto através da subsidiária integral Rio Novo Florestal Ltda., cuja madeira é comercializada para múltiplos usos, além desse ativo florestal ser gerador de crédito de carbono a ser usado na compensação de suas operações industriais, crédito de carbono esse oriundo das suas florestas para corte e, principalmente, das áreas de reserva legal e também para preservação da biodiversidade da região.

**1.1 Negócio de nádecoitos**  
 A controlada Fitesa Nádecoitos S.A. atua na produção e comercialização de nádecoitos de polipropileno tipo *spinbound*, *spunnet*, cardado, laminados, perfurados, filmes, elásticos, *airfald* e *wipes* cujas aplicações estão voltadas aos mercados de descartáveis higiênicos (principalmente fraldas descartáveis e absorventes femininos), descartáveis médicos (toucas e aventais cirúrgicos, máscaras e lenços de limpeza e desinfecção) e aplicações industriais (colchões, móveis, calçados, agricultura, embalagens, etc.).

Para atender o aumento de demanda do mercado de descartáveis higiênicos e descartáveis médicos foram instaladas em 2022 uma nova linha na planta industrial de Cosmópolis e duas linhas de produção de nádecoitos voltados ao segmento de descartáveis médicos para produção de lenços de limpeza e desinfecção (*wipes*) na planta industrial de Terre Haute no Estado Unidos. Adicionalmente, a Companhia anunciou a instalação de quatro novas linhas de produção para atender os mercados do Brasil, dos Estados Unidos e o mercado da Europa, com início das operações previstos pela administração para 2023 e 2024.

**1.2 Negócio de latas de alumínio para bebidas**  
 O empreendimento controlado em conjunto com a Crown Embalagens Metalicas da Amazônia S.A. atua na produção e comercialização de latas e tampas plásticas para envaseamento de bebidas, principalmente cervejas e refrigerantes. Em 2022 a nova planta industrial em Uberaba-MG iniciou as operações contando com duas linhas de produção.

**1.3 Negócio de tampas plásticas**  
 A controlada America Indústria e Comércio de Embalagens Ltda. com plantas em Venâncio Aires - RS e Pilar - Argentina, atua na produção e comercialização de tampas plásticas para bebidas (principalmente refrigerante e água mineral), tampas plásticas especiais destinadas aos mercados de higiene, limpeza e beleza e na produção de cápsulas para café.

**2. Relação de entidades controladas**  
 As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Evora S.A. e das suas controladas diretas e indiretas, a seguir relacionadas:

de queda da taxa média de câmbio em relação ao ano anterior. O negócio de nádecoitos possui capacidades instaladas de produção disponíveis decorrentes de investimentos recentes feitos para atendimento ao segmento de saúde no Brasil, Estados Unidos, Alemanha e na Itália e ao segmento de higiene na Tailândia e no Brasil. Este conjunto de investimentos recentes ainda não atingiu a maturidade de sua curva de vendas e a plena utilização desses ativos e dos novos investimentos em andamento e que entrarão em operação em 2023 e 2024 adicionando significativo aumento da capacidade de produção de nádecoitos, o que projeta a continuidade do crescimento futuro da receita de vendas.

O empreendimento controlado em conjunto no segmento de latas de alumínio, não incluindo na receita consolidada de vendas, apresentou receita líquida de R\$ 5.482,3 milhões, com crescimento de 12,5% em relação ao ano anterior, conta com novas capacidades decorrentes da recém implantada unidade produtiva de latas de alumínio em Uberaba, MG, o que também projeta a continuidade do crescimento futuro de resultados.

A dispersão geográfica das nossas operações e a diversidade de categorias de consumo atendidas concorrem para a mitigação de riscos e para a melhor previsibilidade de resultados. Da receita líquida consolidada de vendas, 80% é por atos localizados no exterior.

O lucro líquido de R\$ 865,6 milhões foi negativamente impactado pelo resultado financeiro realizado como reflexo da desvalorização do Real frente ao Dólar sobre os empréstimos e financiamentos. Os investimentos de capital (CAPEX) consolidados em 2022 totalizaram R\$ 557,2 milhões, financiados pela geração operacional de caixa e por empréstimos de longo prazo, estratégia de "funding" que será mantida em 2023. O indicador que mede a capacidade de servir os financiamentos pelo conceito Dívida Líquida Consolidada/EBITDA(\*) encorrou o ano em 1,7 vezes, mantido em patamar reduzido, em que pese os investimentos realizados no ano. A Administração considera aceitável este patamar de dívida diante do potencial de geração de caixa dos ativos operacionais e da característica de longo prazo do empreendimento, com vencimentos até 2037 e concentração de dívidas entre 2023 e 2026. Ao mesmo tempo, vem executando oportunidades de alongar o perfil dos prazos de vencimento do atual endividamento, bem como reduzir seu custo médio.

Em R\$ milhões	2018	2019	2020	2021	2022
Receita Líquida Combinada de Vendas das Empresas Evora	6.326,6	6.809,0	9.549,5	13.095,1	12.814,9
Receita Líquida Consolidada	3.606,4	3.971,9	5.848,0	8.224,0	7.332,6
Lucro Líquido	194,3	357,1	868,3	1.071,6	865,6
EBITDA (*)	766,9	1.034,0	1.833,4	2.229,0	1.698,4
Ativo Total Consolidado	5.533,1	5.500,4	8.603,8	9.209,6	9.009,8
Patrimônio Líquido	1.296,0	1.880,7	3.063,9	2.640,7	2.610,9
Dívida Líquida Consolidada / EBITDA (*)	2,8	1,9	1,4	1,8	1,7
Colaboradores	3.001	3.141	3.787	4.104	4.105
Receita de Vendas Combinada / Colaborador	2,11	2,17	2,52	3,19	3,12

**Expansão dos negócios**  
 Nossa estratégia de crescimento visa, principalmente, defender e fortalecer a posição das empresas nos mercados onde atuamos, ao mesmo tempo em que avaliamos oportunidades de explorar novas geografias e aquisições. O sucesso dessa estratégia depende da nossa competência em antecipar demandas não atendidas, em implantar "greenfields" e "brownfields" nos prazos e valores orçados, e em integrar os negócios adquiridos aos nossos valores e práticas de gestão, em ambos os casos capturando os ganhos de escala e sinergias.

Como parte dessa orientação estratégica, seja por crescimento orgânico ou por aquisições, as Empresas Evora estão executando um programa de investimentos de expansão equivalente a US\$ 603 milhões no triênio 2021-2023. A Administração está confiante no crescimento dos principais mercados que serão servidos pelas novas capacidades instaladas cujas principais projetos desse triênio 2021-2023 são:

- A expansão orgânica da Fitesa consiste na instalação de sete novas linhas de produção de nádecoitos voltadas ao segmento de higiene e ao segmento de saúde no Brasil, nos Estados Unidos e na Suécia.
- Na Crown Embalagens o plano de expansão para atender o crescimento no mercado de latas no Brasil é composto da duplicação da capacidade produtiva da planta industrial de Rio Verde, GO e da implantação de nova planta com duas linhas de produção em Uberaba, MG, com a correspondente expansão da capacidade instalada de produção de tampas metálicas na planta de Manaus, AM.

No negócio de tampas plásticas, a America Embalagens colocou seus esforços para atender o aumento da demanda de produtos de higiene pessoal e limpeza doméstica deu seguimento à consolidação e crescimento do investimento feito na operação na Argentina e da produção de cápsulas para café como parte da estratégia de diversificação dos segmentos de atuação, além dos investimentos em novas capacidades no Brasil e na Argentina.

Ficamos à disposição desde já para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.  
 Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2023.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/22	31/12/21	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/21
Receita líquida de vendas (Nota 22)	-	-	7.332.625	8.223.963	-	-
Custo das vendas (Nota 23)	-	-	(6.144.249)	(6.480.645)	-	-
<b>Lucro bruto</b>	-	-	<b>1.188.376</b>	<b>1.743.338</b>	-	-
Despesas com vendas (Nota 23)	-	-	(400.187)	(413.853)	-	-
Despesas administrativas (Nota 23)	(33.194)	(48.273)	(212.750)	(333.712)	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (Nota 10)	4.135	5.245	(6.092)	(183.205)	-	-
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>(29.059)</b>	<b>(43.028)</b>	<b>569.347</b>	<b>812.568</b>	-	-
Despesas financeiras (Nota 24)	74.544	63.683	159.265	622.019	-	-
Receitas financeiras (Nota 24)	(58.190)	(25.948)	(308.753)	(856.654)	-	-
<b>Resultado operacional</b>	<b>16.352</b>	<b>97.735</b>	<b>(149.468)</b>	<b>(234.635)</b>	-	-
Resultado anterior à equivalência patrimonial (Nota 11)	878.226	1.076.865	558.410	658.124	-	-
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>865.619</b>	<b>1.071.572</b>	<b>978.269</b>	<b>1.234.057</b>	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (Nota 8)	-	-	(119.724)	(154.954)	-	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>865.619</b>	<b>1.071.572</b>	<b>858.545</b>	<b>1.079.103</b>	-	-
Lucro sobre capital próprio recebido	-	-	58.410	58.410	-	-
<b>Resultado atribuído aos acionistas controladores</b>	<b>865.619</b>	<b>1.071.572</b>	<b>865.619</b>	<b>1.071.572</b>	-	-
<b>Lucro por ação</b>	-	-	-	-	-	-
Lucro por ação ordinária e preferencial - básico (em R\$)	-	-	54,03	66,89	-	-
Lucro por ação ordinária e preferencial - diluído (em R\$)	-	-	39,75	50,91	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Lucro líquido do exercício	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
865.619	1.071.572	865.619	1.071.572	
(288.058)	142.483	(317.329)	142.483	

Itens que serão posteriormente reclassificados para o resultado:

Ajustes adicionais de conversão (293.631) 141.594 (322.902) 141.594

Itens que não serão posteriormente reclassificados para o resultado:

Ganhos atuais com benefícios a empregados (Nota 17) 5.573 889 5.573 889

**Total do resultado abrangente do exercício** **577.661** **1.214.055** **548.290** **1.214.055**

Resultado atribuído aos acionistas não controladores (36.345) (20.394)

Resultado atribuído aos acionistas controladores **577.661** **1.214.055** **584.635** **1.234.449**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DO PRETO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Fluxo de caixa das atividades operacionais	865.619	1.071.572	978.269	1.234.057
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
Ajustes para efeito de conversão	-	-	-	-
Depreciação e amortização	571	350	522.236	545.497
Variações cambiais e juros de empréstimos e financiamentos, líquidas	37.959	37.221	180.225237.792	
Resultado na baixa/venda de ativos imobilizados	-	-	29.462	3.036
Resultado de equivalência patrimonial	(878.326)	(1.076.865)	(658.410)	(658.124)
<b>Fluxo de caixa proveniente de atividades operacionais</b>	<b>45.263</b>	<b>32.278</b>	<b>1.151.782</b>	<b>1.264.259</b>
<b>Variações em:</b>	-	-	-	-
Diminuição(aumento) de estoques	-	-	134.317	(208.412)
(Aumento) de contas a receber e outras contas a receber	(25.832)	(2.532)	(124.370)	(251.364)
(Diminuição) de contas a pagar e outros fornecedores	(1.630)	(2.743)	(21.555)	(153.741)
(Diminuição/aumento em outros impostos líquidos	(7.305)	254	(140.757)	51.134
<b>Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>(4.804)</b>	<b>27.257</b>	<b>809.417</b>	





★continuação

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. (vi) **Participação de acionistas não controladores** A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis de acordo com a data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

**b. Instrumentos financeiros**  
**b.1. Ativos e passivos financeiros não derivativos**  
 Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

A Companhia e suas controladas baixam um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou reida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não foram pagos pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) **Ativos financeiros não derivativos**  
 A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, conforme nota explicativa 20.

A Companhia e suas controladas classificam todos seus ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida ou instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo por meio de Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender aos critérios de segurança e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e  
 - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o principal, com o valor nominal e os termos contratuais sendo os mesmos.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(ii) **Passivos financeiros não derivativos**  
 A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, arrendamentos e outras contas a pagar, conforme nota explicativa 20.

Os passivos financeiros foram classificados e mensurados ao custo amortizado. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**b.2. Instrumentos financeiros derivativos**  
 As companhias e suas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxas de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações contabilizadas no resultado.

**b.3. Capital Social**  
**Ações ordinárias e preferenciais**  
 Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido, caso seja não resgatável ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital. As ações preferenciais têm direito ao dividendo na mesma proporção daqueles pagas às ações ordinárias.

**Debêntures**  
 As debêntures emitidas são conversíveis em uma quantidade fixa de ações ordinárias e preferenciais e a opção de liquidar ou convertê-las está sob controle da Companhia, portanto, atendem os pré-requisitos das métricas contábeis para serem classificadas como instrumentos patrimoniais.

Os juros das debêntures são contabilizados como despesas financeiras na demonstração do resultado.

**c. Redução ao valor recuperável (impairment)**  
**i. Ativos financeiros não-derivativos**  
 A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

**Mensuração das perdas de crédito esperadas**  
 A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para todo o saldo aberto em risco desses clientes. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e suportáveis e são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os créditos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais são determinadas com base em probabilidades ponderadas.

**Ativos financeiros com problemas de recuperação**  
 Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de impairment. Um ativo financeiro possui "problemas de impairment" quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de impairment inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do devedor;

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso a partir de mais de 30 dias;

- reestruturação de um valor devido à Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

**Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial**  
 A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

**Baixa**  
 O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos.

**ii. Ativos não financeiros**  
 Em cada data de relatório, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base em fluxos de caixa futuros. No caso do ativo, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida ao valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo UGC de uma UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) e forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ativo não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente se o ativo não exceder o valor contábil do ativo ou UGC.

**d. Imobilização**  
 Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Ao avaliar o valor recuperável dos seus ativos a Companhia inclui os ativos em andamento, composto substancialmente por ampliação das linhas de produção. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar, incluindo os encargos financeiros para os empréstimos diretamente vinculados a projeto de construção ou a qualquer outro ativo qualificado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (após a diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e/ou suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

A exaustão de florestamento e reflorestamento é apurada mensalmente na proporção do consumo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis (divulgadas na nota explicativa 12) e os valores residuais são revisados a cada ano e o resultado é ajustado em conformidade com base em melhores estimativas do risco envolvido.

**e. Intangível**  
 O ativo (*goodwill*) resultante na aquisição de controlada é apurado e incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ativo é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Uma demonstração individual da controladora, com relação às companhias investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ativo é incluído no valor contábil do investimento.

Outros ativos intangíveis adquiridos que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ativo gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado baseado no método linear e nas vidas úteis de seus itens, líquido de seus valores residuais estimados, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A amortização é geramente reconhecida no resultado de acordo com o método linear baseado no custo de aquisição.

Os métodos de amortização, as vidas úteis (divulgadas na nota explicativa 13) e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**f. Estoques**  
 Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor realizável líquido. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição e transporte. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui custos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

**g. Provisões**  
 Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que o seu econômico seja requerido para liquidação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**h. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento**  
 No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento, caso o mesmo transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

**Arrendamentos**  
 No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, é alocada a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos inerentes ao arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário no subsídio à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada, pela taxa de preço incremental da Companhia e suas controladas.

A taxa incremental sobre empréstimos é determinada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo do arrendamento compreendem o seguinte: pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; pagamentos variáveis que dependem de índice ou taxa, incluindo mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; valores que se espera que sejam pagos, de acordo com as garantias de valor residual; e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o arrendatário estiver exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, por alteração de avaliação de exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão ou por existência de um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência e, dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

**Arrendamentos de ativos de baixo valor**  
 A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, reconhecendo os pagamentos dos mesmos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

**i. Benefícios concedidos a empregados**  
 Os planos de benefícios a empregados são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

A Companhia e suas controladas reconhecem todos os resultados atuariais decorrentes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes.

**j. Receita operacional**  
 A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, como segue:

A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e os clientes obtêm o controle dos bens, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas:

• O valor da receita e os termos do pagamento possam ser identificados;

• É provável que a Companhia e suas controladas receberão a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens que serão transferidos ao cliente.

O valor de receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas.

**k. Receitas financeiras e despesas financeiras**  
 As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas no resultado financeiro.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos. Custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado são reconhecidos no resultado e mensurados através do método de juros efetivos.

**l. Subvenção governamental**  
 Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. A Companhia e suas controladas atendem aos requisitos para reconhecimento no resultado.

As doações e as subvenções recebidas pelas controladas antes da adoção inicial das leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 foram registradas em conta de reserva de capital no patrimônio líquido e serão mantidas até a sua destinação.

**m. Imposto de renda e contribuição social**  
 O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. As controladas no exterior estão sujeitas às alíquotas de imposto de renda de acordo com as legislações vigentes em cada país sede.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se na legislação vigente até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas possuem liquidez imediata, com baixo risco de variação e referem-se predominantemente a aplicações em fundos de investimentos cujo rendimento decorre de uma taxa média próxima a variação integral dos Certificados dos Depósitos Interbancários - CDI.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros, risco cambial e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 20.

**6. Contas a receber de clientes**  
 Clientes no Brasil  
 Clientes no exterior

Provisão para perdas estimadas em contas a receber

Movimentação da provisão para perdas estimadas:

Produtos acabados  
 Produtos em elaboração  
 Matérias-primas  
 Almacéns de manutenção  
 Outros  
 Provisão para perdas

Os estoques encontram-se livres de ônus e garantias.

**8. Imposto de renda e contribuição social**  
**Controladas no exterior**  
 As controladas no exterior estão sujeitas a alíquota de imposto de renda de 30% no México, Peru e Argentina, 30,7% na Alemanha, 21% nos Estados Unidos, 27,9% na Itália, 25% na China, 21,4% na Suécia, 19% na Inglaterra, 25,8% na Holanda, 21% na Tailândia, 23% no Japão, 9% na Hungria, 22% na Índia e isenta nos Emirados Árabes Unidos, incidindo nessas alíquotas sobre os lucros tributáveis, de acordo com as legislações vigentes em cada país sede.

O lucro de controladas no exterior são consolidados e estão sujeitos às regras de tributação em bases universais aplicáveis no Brasil, equalizando as diferenças de alíquotas aplicadas nas diversas geografias onde as controladas estão localizadas. A Companhia entende que realiza a interpretação correta de tais legislações e não existe na data destas demonstrações financeiras nenhuma discussão fiscal em andamento.

**(a) Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos**  
 No consolidado, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte movimentação:

**Ativo:**  
 Variação cambial  
 Outras diferenças temporárias  
 Prejuízo fiscal e base negativa

**Passivo:**  
 Derivativos  
 Variação cambial  
 Ativos identificados na aquisição de controladas  
 Diferença  
 Outras diferenças temporárias  
 Total

Impostos diferidos líquidos  
 Ativo  
 Passivo

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem e na geração de lucros tributáveis futuros, as quais foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício, as quais estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

**(b) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos**  
 Além dos ativos fiscais diferidos reconhecidos conforme item (a) acima, determinadas controladas possuem em seus registros fiscais os montantes de R\$ 119.815 de base de prejuízos fiscais de imposto de renda e R\$ 112.824 de base negativa de contribuição social não registrados contabilmente e que potencialmente serão compensados com lucros tributários futuros e reconhecidos na medida em que forem atendidas as condições para tal reconhecimento, em conformidade com o CPC 32 e normas internacionais (IAS 12).

**(c) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social**  
 A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social  
 Incentivos fiscais ICMS  
 Base de cálculo  
 Alíquotas fiscais aplicáveis  
 Equivalência patrimonial  
 Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social  
 Efeitos de alíquotas de impostos de controladas no exterior  
 Variações cambiais  
 Juros sobre capital próprio  
 Outras adições e exclusões, líquidas

Efeito do imposto de renda e contribuição social no resultado  
 Corrente  
 Diferido  
 Alíquota efetiva do imposto

**9. Partes relacionadas**  
 A controladora da Companhia é a Terramar Investimentos S.A. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, assim como as transações que influenciaram o resultado desses exercícios, relativos a operações com partes relacionadas foram realizadas em condições específicas acordadas entre as partes e levam em consideração os volumes das operações e a periodicidade das transações dadas suas características.

Controladora

**Empresas**  
 America Ind. e Com. Embalagens Ltda.  
 Fitesa USA

Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S.A.  
 Fitesa Nôtecidos S.A.  
 Fitesa Peru S.A.C.  
 Fitesa Sweden A.B.  
 Fitesa Nonwovens Mexico S.A.  
 Fitesa Italy  
 Fitesa Germany  
 Petropar Riograndense Ltda.  
 Terramar Investimentos S.A.

Dividendos/Juros s/capital próprio a receber longo prazo  
 739  
 1.789

Créditos de longo prazo a pagar  
 17  
 -

Dividendos a pagar curto prazo a pagar  
 -  
 -

Débitos e mútuos a receber  
 -  
 -

Receitas/(despesas)  
 963  
 2.343

Saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a receber refere-se à distribuição de resultados declarados e ainda não pagos para a Companhia.

Os créditos de longo prazo referem-se a valores concedidos pela Companhia para as controladas quando da captação de empréstimos e financiamentos no mercado financeiro e contratos de uso de marcas pela controlada Fitesa Peru, os quais foram liquidados durante este exercício.

Os saldos de débitos e mútuos a pagar referem-se predominantemente a compra pela Companhia de 11% de participação na controlada Fitesa Germany da controlada Fitesa Sweden.

As operações que afetam a demonstração do resultado nas rubricas de receitas e despesas da Companhia referem-se a cobrança e pagamento de aviso e contrato de uso de marcas pela controlada Fitesa Peru.

Os montantes das transações comerciais entre partes relacionadas são inexpressivos quando comparados aos totais transacionados pelas investidas com terceiros, motivo pelo qual não estão sendo apresentados.

**Consolidado**  
 Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S.A.  
 31/12/22  
 31/12/21

Dividendos a receber  
 25.908  
 18.210

Dividendos a pagar  
 -  
 63.600

Saldo de dividendos a pagar à controladora Terramar Investimentos de 2021 foi integralmente pago no ano de 2022.

**10. Impostos a recuperar**  
 Os impostos a recuperar referem-se a créditos decorrentes das operações da Companhia e suas controladas, e estão descritos conforme abaixo:

**Consolidado**  
 Circulante Não Circulante  
 9.640 31.598 33.118 6.603  
 25.007 14.378 8.337 33.429  
 8.486 - 4.375 1.797  
 77.707 104.211 61.862 89.875  
 9.680 - 10.780 9.875  
 28.185 - 10.614 -  
 17.308 - 15.660 -  
 1.536 - 15.973 -  
 177.349 150.186 151.718 131.704

Os saldos de PIS/COFINS e ICMS são, substancialmente, compostos por créditos tributários apurados nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, decorrentes dos recentes investimentos e ampliações das capacidades instaladas e também gerados nas operações decorrentes de exportação, que serão realizados no curso usual dos negócios.

O saldo de imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é composto por créditos tributários reconhecidos e de retenções na fonte de imposto de renda sobre aplicações financeiras, os quais são atualizados pela taxa Selic e serão realizados no curso usual dos negócios ou através de pedidos de ressarcimento. Adicionalmente, compõe o saldo de IRPJ e CSLL os valores pagos antecipadamente e que serão recuperados posteriormente e créditos de impostos pagos pelas controladas no exterior.

**11. Investimentos em controladas diretas e empreendimento controlado em conjunto**  
 Principais informações:

**Capital Social**  
**Patrimônio Líquido**  
**Ações cotadas possuídas**  
**Total do ativo**  
**Total do passivo**  
**Total das líquidas**  
**Resultado do exercício**

**(a) Controladas diretas**  
 Fitesa Nôtecidos S.A.  
 Fitesa Germany GmbH  
 Petropar Riograndense Ltda.  
 America Ind. Com. de Embalagens Ltda.  
 578.294 3.156.938 535.262 7.807.019 4.650.081 7.172.818 330.430  
 229.386 275.131 1 488.233 213.102 456.757 (6.569)  
 1.015 1.195 1.015 7.401 6.206 - 3.438

**(b) Empreendimento controlado em conjunto**  
 Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S.A.  
 60.644 1.505.269 44.288 4.718.607 3.213.338 5.482.275 1.116.819

Os percentuais de participação nas controladas estão apresentados na nota explicativa 2 e no empreendimento controlado em conjunto a Companhia possui 50% de participação.

**Movimentação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto:**

**Reorganização societária**  
**Dividendos de capital a receber**  
**Outros componentes do resultado abrangente**  
**Resultado líquido**  
**Equivalência Patrimonial**  
**Saldo em 31/12/21**  
**Saldo em 31/12/2**





**ÉVORA S.A.**  
 CNPJ Nº 91.820.068/0001-72  
 NIRE: 43 3 0002859 3  
 Companhia de Capital Fechado

→ continuação

**14. Empréstimos e financiamentos**

Moeda	Taxa de Contrato	Circulante	31/12/22		31/12/21	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Em moeda nacional						
Capital de giro	104 a 109% do CDI	505.796	-	1.010.327	-	-
Juros remuneratórios - debêntures	7% a.a. a 11% a.a.	106.685	-	1.485	-	-
		612.481	-	1.011.812	-	-
Em moeda estrangeira						
Capital de giro	USD Libor + 2,35 a.a. a 4,89% a.a.	156.903	139.419	312.328	502.234	
Capital de giro	USD 4,33% a.a. a 5,75% a.a.	31.671	320.113	770	31.809	
Capital de giro	EUR 0,17% a.a. a 5,40% a.a.	160.555	730.368	200.851	724.096	
Capital de giro	EUR Euribor + 1,20% a.a. a 4,60% a.a.	41.105	20.506	49.828	70.163	
Ativo permanente	EUR 4,11% a.a. a 4,35% a.a.	3.683	361.807	33.178	378.469	
Ativo permanente	EUR Euribor + 0,95% a.a. a 4,98% a.a.	117.336	205.118	150.185	356.279	
Ativo permanente	USD Libor + 1,8% a.a. a 3,35% a.a.	59.841	86.215	64.247	153.922	
Ativo permanente	THB MLR (THAI) + 2,25% a.a.	19.677	178.254	21.863	208.792	
Ativo permanente	USD 1,96 a.a. a 4,96% a.a.	49.985	441.790	23.176	349.297	
		637.756	2.492.590	856.426	2.775.061	
		1.250.237	2.492.590	1.868.238	2.775.061	

Os empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte movimentação no exercício de 2022:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	Pagamentos de empréstimos	Paga-mentos de juros apropriados	Varição cambial	Juros auferidos	Saldo em 31 de dezembro de 2022
4.643.299	1.086.459	(1.718.301)	(204.338)	46.381	304.616
				(415.289)	3.742.827

Empréstimos e financiamentos 4.643.299 1.086.459 (1.718.301) (204.338) 46.381 304.616 (415.289) 3.742.827

Os montantes a vencer a longo prazo têm o seguinte cronograma de desembolso:

Ano	31/12/22	31/12/21
2023	-	935.122
2024	657.508	731.017
2025	640.882	537.983
2026	491.337	95.422
Após 2026	712.863	375.524
	2.492.590	2.775.061

As empréstimos e financiamentos foram concedidas as seguintes garantias:

Natureza	31/12/22	31/12/21
Hipoteca de imóveis	197.575	230.719
Alienação fiduciária de bens	360.287	461.479
Aval	2.950.839	4.378.426
Notas promissórias	1.242.174	1.367.366
Outros	404.827	808.147

Os financiamentos de ativo permanente destinam-se, basicamente, a aquisição de diversas novas linhas de máquinas e outros equipamentos.

Clausulas contratuais: *covenants*

Alguns contratos de financiamentos de controladas, cujos saldos totalizam em 31 de dezembro de 2022 R\$ 2.516.883, possuem cláusulas que determinam níveis máximos de endividamento (dívida financeira líquida/Ebitda), cobertura do serviço da dívida (Ebitda/serviço da dívida) e cobertura de despesas financeiras (Ebitda/despesa financeira líquida) para o final do exercício.

Em caso de descumprimento dos *covenants* não existe vencimento antecipado (eventos de default) e a penalidade será a restrição de pagamento de dividendos e/ou redução de capital.

Todos os *covenants* financeiros foram cumpridos em 31 de dezembro de 2022.

**15. Provisões e depósitos judiciais**

Natureza	31/12/22	31/12/21
Provisões para riscos	1.409	1.916
Processos trabalhistas	-	8.388
Processos fiscais	96.779	90.660
Não circulante	96.779	90.660

**a) Provisões para riscos**

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão para passivos tributários e trabalhistas, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso.

Nos processos fiscais, o principal valor é decorrente da provisão para IRPJ/CSLL, associado pela correção monetária no valor de R\$ 96.779 em 31 de dezembro de 2022, sobre juros indenizatórios atualizados à parcela do recebimento do acordo judicial pela Companhia, visando a não exigibilidade da tributação. Não ocorreram novas provisões no exercício de 2022, somente atualização pela correção monetária.

**b) Perdas prováveis**

Os processos fiscais referem-se a decisões administrativas sobre compensação de créditos de IRPJ/CSLL, multas por compensação não homologadas, pedidos de ressarcimentos de PIS e COFINS, bem como sobre a incidência ou não de IRPJ/CSLL, totalizando R\$ 13.338.

Outros processos que totalizam R\$ 6.304 são relativos a reclamatórias trabalhistas.

Em relação a tais casos, a Administração, considerando o estágio em que se encontram e a avaliação dos riscos como passíveis, efetuadas por assessores jurídicos, não constituiu provisões para perdas.

**c) Depósitos Judiciais**

Os principais depósitos judiciais referem-se a ação judicial visando a não exigibilidade da tributação sobre juros indenizatórios contados no item (a) acima.

Natureza	31/12/22	31/12/21
Processos trabalhistas	1.409	1.916
Processos fiscais	96.820	90.701
Não circulante	96.820	90.701

**16. Arrendamentos a pagar**

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos consolidados do passivo de arrendamento dos contratos de aluguel referente a terrenos, imóveis e outros são:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	31/12/22	31/12/21
Adições	49.884	8.400
Juros apropriados	1.142	(1.142)
Juros pagos	(7.323)	(7.323)
Passivo de aluguel	642	642
Ajuste de conversão	(4.512)	(4.512)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	45.640	12.993
Passivo Circulante	29.627	29.627
Passivo Não Circulante	16.013	3.366

As taxas de descontos adotadas pela Companhia e suas controladas utilizadas para cálculo do ajuste a valor presente do passivo de arrendamento levam em conta as taxas aplicáveis aos países onde as controladas estão sediadas e variam de 1,1% a 11%, dependendo do país onde os ativos estão localizados.

A Companhia e suas controladas não atuam como arrendadoras em nenhum contrato de aluguel.

**17. Benefícios e empregados**

A controlada Fitesa possui planos de benefício pós-emprego para empregados qualificados em suas investidas dos Estados Unidos, Alemanha, Itália, México e Tailândia, cujas obrigações atuariais estão avaliadas a valor presente, conforme demonstrado abaixo:

País	Descrição dos planos	31/12/22	31/12/21
Alemanha	Prêmio por tempo de serviço	617	831
Alemanha	Plano de aposentadoria	14.179	20.758
Itália	Prêmio por tempo de serviço	5.649	7.612
México	Plano de aposentadoria	642	657
México	Prêmio por tempo de serviço	409	485
México	Prêmio por demissão sem justa causa	2.892	3.206
EUA	Plano de assistência médica pós-aposentadoria	527	1.447
Tailândia	Plano de aposentadoria	7.156	7.890
	Total	32.071	42.895
	Circulante	1.696	1.540
	Não circulante	30.373	41.356

Os planos de aposentadoria existentes na Alemanha, México e na Tailândia enquadram-se no conceito de planos de benefício definido; o plano da Itália e o plano de assistência médica pós-aposentadoria dos Estados Unidos estão fechados para novos membros, seguindo os funcionários ativos acumulando benefícios. A Fitesa não possui fundo independente constituído.

A avaliação atuarial dos planos de benefícios foi feita para 31 de dezembro de 2022, utilizando premissas apropriadas para a referida data e dados atualizados de beneficiários para cada um dos planos separadamente, sendo a Fitesa responsável integralmente pelos riscos atuariais.

As principais premissas utilizadas para os cálculos atuariais foram:

Taxa de desconto (média)	31/12/22	31/12/21
Inflação (média)	1,65%	1,74%
Atualização salarial (México)	2,82%	2,35%
Atualização salarial (Tailândia)	5,00%	5,00%
Atualização salarial (Alemanha)	4,70%	3,00%
Aumento nos pagamentos de benefício (Alemanha)	2,60%	2,10%
Aumento nos benefícios (Itália)	3,50%	3,10%

Os movimentos nas obrigações referentes a benefício a empregados são os seguintes:

Saldo de abertura	31/12/22	31/12/21
Custo sobre os planos (período corrente)	42.896	44.507
Benefícios pagos	(2.859)	(2.113)
(Perdas)/ganhos atuariais	(3.651)	(2.599)
Varição cambial em planos no exterior	(5.573)	(889)
Benefícios a empregados	(4.460)	(236)
	32.071	42.896

**18. Incentivos fiscais**

Referem-se aos seguintes incentivos, os quais, para fins de apresentação, estão considerados no consolidado na receita líquida de vendas, no caso do ICMS, e na linha de imposto de renda, no caso do IRPJ, quando provenientes de controladas ou no resultado de equivalência patrimonial quando proveniente do empreendimento controlado em conjunto.

(a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) controlado no mês de competência da apuração do imposto pelas controladas e pelo empreendimento controlado em conjunto e reconhecido pela controladora através do método da equivalência patrimonial, correspondem no consolidado em 31 de dezembro de 2022 a R\$ 201.825 (R\$ 160.581 em 31 de dezembro de 2021).

A controlada Fitesa Náteicos S.A. firmou novo Termo de Acordo com a Secretaria de Desenvolvimento e Promoção de Investimento (SDPI) do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Programa Fundopem/Integrar, que entrou em vigor em 01/07/2021 com duração de 90 meses e contempla redução do ICMS incremental mensalmente devido.

A controlada America Indústria e Comércio de Embalagens Ltda, com sede no Rio Grande do Sul, goza de incentivo de ICMS, através da utilização de crédito fiscal presumido de ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 55.392 de 2020.

O empreendimento controlado em conjunto Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S.A. goza, nas operações realizadas em sua unidade de Manaus, do incentivo de ICMS concedido pelo Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CODAM, representado por redução do percentual do imposto devido; possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI, representado por redução do percentual do imposto devido na unidade de Estância-SE, tendo esse benefício vencimento em 2034; goza de incentivo fiscal de ICMS concedido pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Piauí - FUNDIPI, representada pelo crédito presumido de ICMS em sua unidade de Teresina-PI, com vencimento em 2033; é beneficiária de incentivo fiscal de ICMS na planta do Rio Verde-GO, através do Programa Pró Goiás o qual conta com redução do percentual devido nas operações próprias realizadas, com vencimento em 2032. Ainda, possui crédito outorgado de ICMS relacionado ao investimento da planta daquela localidade, sendo este utilizado em parcelas mensais e com vencimento em 2023; e, na planta de Uberaba-MG, possui incentivo fiscal de ICMS concedido pela Secretaria de Estado de Minas Gerais, representado por diferimento de ICMS em suas operações produtivas. Apesar dos prazos de vigência citados serem os concedidos por cada Estado, a Lei Complementar nº 160/2017 estabelece que todos os incentivos cessarão em dezembro de 2032, exceto aqueles concedidos ao estabelecimento situado na Zona Franca de Manaus.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)**

(b) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ): O empreendimento controlado em conjunto Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S.A. possui, em sua unidade de Manaus-AM, redução da base de cálculo do Imposto de Importação e isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, assim como a redução da base de cálculo do Imposto de Renda concedida pela Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Amazonas - SUDAM, tendo este benefício vencimento final em 2025, bem como possui redução da base de cálculo do Imposto de Renda concedida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, tendo este benefício vencimento em 2026 na unidade de Teresina-PI e em 2029 na unidade de Estância-SE. Estes incentivos têm a possibilidade de serem renovados a depender dos investimentos efetuados na planta após o último incentivo concedido.

**19. Patrimônio líquido**

**a. Capital social**

O capital social da Companhia é de R\$ 759.851, composto por 16.020.849 ações, sendo 5.872.569 ações ordinárias e 10.148.280 ações preferenciais, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal.

**b. Reservas de capital**

**Debêntures conversíveis da Companhia**

Em 2018 e em 2022, respectivamente, foram aprovadas a 2ª e 3ª emissão de debêntures conversíveis em ações, que possuem as seguintes características e condições:

Data de vencimento: 12 de dezembro de 2028 (2ª emissão) e 13 de maio de 2032 (3ª emissão).  
 Valor da emissão: R\$ 500.000 (2ª emissão) e R\$ 200.000 (3ª emissão), totalizando 700.000 debêntures com valor unitário de R\$ 1.  
 Conversibilidade: as debêntures são conversíveis em ações ordinárias e preferenciais, respeitando-se a proporcionalidade das ações ordinárias e preferenciais da Emissora. A conversão ocorrerá a qualquer momento, a exclusivo critério da emissora, e/ou caso ocorra a declaração de vencimento antecipado. As ações terão as mesmas características e gozarão dos mesmos direitos e vantagens das demais ações ordinárias e preferenciais da Emissora, nos termos de seu estatuto social, inclusive no que se refere aos dividendos que venham a ser aprovados e pagos a partir da data de conversão. As debêntures da 2ª emissão serão conversíveis em 1.842.682 ações ordinárias e 3.184.306 ações preferenciais. As debêntures da 3ª emissão serão conversíveis em 382.580 ações ordinárias e 661.130 ações preferenciais. Remuneração: as debêntures da 2ª emissão serão remuneradas por juros prefixados correspondentes a 7% ao ano, devidos nos meses de junho e dezembro; as debêntures da 3ª emissão serão remuneradas por juros prefixados correspondentes a 11% ao ano, devidos nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro. Resgate antecipado: a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, resgatar antecipadamente a totalidade das debêntures.

Amortização facultativa: as debêntures poderão, a critério da Emissora e a qualquer tempo, ser objeto de amortização facultativa, que deverá abranger, proporcionalmente, a totalidade das debêntures, e estará, em qualquer hipótese, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do valor nominal unitário das debêntures.

Considerando suas características e o critério de conversibilidade em ações aplicável a estas emissões, a Companhia reconheceu o montante principal das debêntures em conta específica no patrimônio líquido e sua remuneração no passivo circulante.

**Debêntures conversíveis de Controlada**

Em 2022 foi aprovada a 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações da Fitesa Náteicos S.A., que possuem as seguintes características e condições:

Data de vencimento: 09 de março de 2032 (1ª série) e 18 de maio de 2032 (2ª série).  
 Valor da emissão: R\$ 400.000 (1ª série) e R\$ 800.000 (2ª série), totalizando 1.200.000 debêntures com valor unitário de R\$ 1.  
 Conversibilidade: as debêntures são conversíveis em ações ordinárias, respeitando-se a proporcionalidade das ações ordinárias da emissora. A conversão ocorrerá a qualquer momento, a exclusivo critério da emissora, e/ou caso ocorra a declaração de vencimento antecipado. As ações terão as mesmas características e gozarão dos mesmos direitos e vantagens das demais ações ordinárias da emissora, nos termos de seu estatuto social, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da emissora em data anterior a data da conversão, inclusive no que se refere aos dividendos que venham a ser aprovados e pagos a partir da data de conversão. As debêntures da 1ª emissão serão conversíveis em 325.808.460 ações ordinárias.

Remuneração: as debêntures serão remuneradas por juros prefixados correspondentes a 11% ao ano, devidos nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano.  
 Resgate antecipado: a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, resgatar antecipadamente a totalidade das debêntures.

Amortização facultativa: a qualquer tempo a data de emissão, que deverá abranger, proporcionalmente, a totalidade das debêntures, e estará, em qualquer hipótese, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do valor nominal unitário das debêntures.

Considerando suas características e o critério de conversibilidade em ações aplicável a estas emissões, a Companhia reconheceu o montante principal das debêntures em conta específica no patrimônio líquido e sua remuneração no passivo circulante.

**c. Reservas de lucros**

**Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**Reserva de investimentos e capital de giro**

Constituída conforme artigo 27, parágrafo primeiro do Estatuto Social, formada com base no saldo do lucro ajustado após deduzido os dividendos obrigatórios, não podendo exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

**d. Ajuste de avaliação patrimonial**

**i) Reserva de reavaliação**

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado das controladas com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes, realizada por depreciação ou baixa dos bens avaliados contra lucros acumulados.

**ii) Outros resultados abrangentes**

São considerados nesta rubrica os efeitos das variações cambiais sobre investimentos em controladas no exterior e as perdas/ganhos atuariais sobre benefícios pós-emprego.

**e. Dividendos e juros sobre capital próprio**

No ano de 2022, o Estatuto Social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 30% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária.

	31/12/22	31/12/21
Lucro líquido do exercício	865.619	1.071.572
Reserva Legal - 5%	(43.281)	(53.579)
Realização da reserva de reavaliação	241	249
Base de cálculo dos dividendos	822.579	1.018.241
Percentual de aplicação para dividendos conforme estatuto	30%	30%
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>246.774</b>	<b>305.472</b>
Distribuição complementar	560.658	569.517
<b>Distribuição proposta</b>	<b>807.432</b>	<b>874.989</b>
Dividendos propostos	807.432	861.389
Juros sobre capital próprio propostos	-	13.600
Dividendos e juros sobre capital próprio por ação	50,40	54,62

	31/12/22	31/12/21
Reserva Legal - 5%	43.281	53.579
Realização da reserva de reavaliação	241	249
Base de cálculo dos dividendos	822.579	1.018.241
Percentual de aplicação para dividendos conforme estatuto	30%	30%
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>246.774</b>	<b>305.472</b>
Distribuição complementar	560.658	569.517
<b>Distribuição proposta</b>	<b>807.432</b>	<b>874.989</b>
Dividendos propostos	807.432	861.389
Juros sobre capital próprio propostos	-	13.600
Dividendos e juros sobre capital próprio por ação	50,40	54,62

Em reuniões do Conselho de Administração em 2022 foram aprovadas, sujeito ainda à ratificação da Assembleia Geral dos Acionistas a ser convocada oportunamente, a distribuição de R\$ 666.609, a título de dividendos, por conta dos resultados do ano e, adicionalmente, em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de novembro de 2022 foi deliberada a distribuição de R\$ 140.823 a título de dividendos por conta de reserva de lucros.

**20. Instrumentos financeiros**

**Derivativos**

A Companhia, através de suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada Fitesa Simpsonevil Inc. possui swap de fluxo de caixa para os contratos de financiamento em dólar estadunidense com indexador vinculado a LIBOR mais juros fixos de 1,8% a.a. para mesma moeda acrescida de juros fixos de 2,81% a.a.

A posição atual com relação a contratos de derivativos é conforme abaixo:

Contratos de Swap	Indexador	Valor de referência	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Swap de taxa de juros passiva	Posição	2,81%	135.780	158.684	644	2.655
			21.984	3.512		

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

**Risco de crédito**

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco, sem concentração de recursos em uma ou em poucas instituições.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/22	31/12/21
Caixa e equivalentes de caixa	792.339	532.028
Contas a receber de clientes	1.371.312	1.429.284
Total	2.163.651	1.961.312

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis entre mercado nacional e mercado externo está distribuída a seguir:

	31/12/22	31/12/21
Nacional	330.647	337.770
Exterior	1.040.465	1.091.514
Total	1.371.312	1.429.284

A composição dos recebíveis por faixa de vencimento nas demonstrações financeiras era:

	31/12/2
--	---------





**ÉVORA S.A.**  
CNPJ Nº 91.820.068/0001-72  
NIRE: 43 3 0002859 3  
Companhia de Capital Fechado





**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

→ continuação

**Aos Conselheiros e Diretores da Évora S.A.**  
**Porto Alegre - RS**

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Évora S.A. (Companhia) identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Évora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Reconhecimento da receita**

Veja a Nota 4.j, 21 e 22 das demonstrações financeiras consolidadas

**Principais assuntos de auditoria**

A receita de vendas das controladas da Companhia é reconhecida no momento específico no tempo em que há transferência do controle do produto para o cliente. Para fins de reconhecimento da receita é necessário exercer julgamento para avaliar o momento em que ocorre a transferência do controle sobre o produto ao cliente.

Em razão da relevância dos valores envolvidos do volume de transações e da necessidade de julgamento para avaliar a determinação do momento de transferência de controle dos produtos vendidos ao cliente que pode impactar a determinação do momento de reconhecimento da receita e consequentemente o valor registrado nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

**Como auditoria endereçou esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

(i) o entendimento dos processos relevantes de venda relacionado ao momento do reconhecimento da receita;  
(ii) testes documentais, em base amostral, sobre o momento do reconhecimento das receitas de vendas pela transferência do controle do produto ao cliente, inspecionando os comprovantes de entrega dos produtos, modalidade de frete e prazos médios de entrega em diferentes localidades.

(iii) testes documentais, com base em amostragem, das transações de receita contemplando todo o período, inspecionando as notas fiscais, comprovantes de recebimento e entrega dos produtos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento da receita aceitável no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

 KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/F-7

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2023.

**André Luiz de Godoy**  
Contador CRC PR-050218/O-0 T-SC



**CALÇADOS BEIRA RIO S.A.** CNPJ nº 88.379.771/0001-82 • NIRE 43300035247

**Relatório da Administração do Exercício 2022**

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31.12.2022, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e as práticas adotadas pela Companhia. A avaliação dos resultados alcançados em 2022 coloca em evidência o acerto das decisões tomadas pela Companhia, colocando-se ao lado de seus colaboradores, parceiros e clientes, dando concretude aos valores humanistas que norteiam sua atuação mediante a valorização de relacionamentos empresariais duradouros. Ainda que comparada contra uma base parcialmente impactada pela pandemia, a receita líquida das vendas experimentou um crescimento de 45% em relação à apurada em 2021, com expressivo aumento do lucro

líquido, que passou de R\$ 380 milhões para R\$ 494 milhões no exercício de 2022. Esse resultado líquido alcançado constitui o melhor da série histórica, dando prova de que a Companhia, tendo permanecido fiel a seus valores, emergiu da crise pandêmica maior e em melhor forma. A Calçados Beira Rio S.A. segue comprometida com a atualização permanente de suas diferentes linhas de produtos e investindo fortemente em inovação e tecnologia, com o objetivo de assegurar aos seus consumidores uma experiência única e inovadora. O programa Conquistando a Perfeição, reconhecido mundialmente, representa a expressão máxima da busca incessante por fazer sempre mais e melhor. Trata-se de um poderoso instrumento em que a conquista de um novo desafio de amanhã, em uma renovação virtuosa e saudável. A Companhia segue comprometida com a sustentabilidade. Alinhada às melhores práticas do setor ESG, a Companhia prosseguiu ao longo de 2022 com a implementação de importantes iniciativas, tais como o comprometimento de sua cadeia de fornecedores com a certificação máxima em origem sustentável e a geração de energia a partir de resíduos de calçados. A

Administração está absolutamente segura de que os bons resultados ora apresentados constituem o reflexo de uma empresa que prima pelo Ser, Saber e Fazer, em todas as suas dimensões. Para o próximo exercício, em linha com as expectativas do setor calçadista, a Companhia prevê um cenário econômico desafiador, marcado por pressões inflacionárias distribuídas ao longo de toda a cadeia produtiva e um comprometimento da renda disponível dos consumidores nacionais. Por esta razão, a Companhia pretende seguir colocando máximo empenho no incremento do volume e representatividade de suas exportações, gerando trabalho e riqueza para todo o ecossistema empresarial no qual está inserida. A Companhia permanecerá fiel a seus valores, comprometida com a tradicional reaplicação de seus resultados em investimentos na renovação de seu parque fabril e no suporte ao financiamento de seus parceiros e clientes. Tais medidas, implementadas conjuntamente com uma disciplina rigorosa no controle de despesas e uma busca obstinada pela qualidade, haverão de fortalecer as atividades da Companhia no próximo exercício. Novo Hamburgo, 16/02/2023. A Administração,

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro (em milhares de reais)			
ATIVO	Nota	2022	2021
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>2.617.427</b>	<b>2.310.471</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	400.435	332.775
Clientes	5	1.747.367	1.363.806
Estoque	6	406.914	505.724
Impostos a recuperar		9.987	27.367
Outros ativos		52.768	80.799
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>		<b>726.235</b>	<b>625.610</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>214.206</b>	<b>209.816</b>
Impostos a recuperar		2.114	1.306
Partes relacionadas	12e	3.224	-
Depósitos judiciais		1.541	2.413
Tributos diferidos	7	204.538	204.006
Outros ativos		2.789	2.091
<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>5.680</b>	<b>4.340</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	8	<b>502.565</b>	<b>410.937</b>
<b>INTANGÍVEL</b>		<b>3.784</b>	<b>757</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.343.706</b>	<b>2.936.081</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido p/ os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)**

		Reservas de Lucros					
		Cap. Social	Incent. Fiscais	Legal	P/ Invest. e Cap. de Giro	Lucros Acum.	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>1.150.000</b>	<b>208.953</b>	<b>56.995</b>	<b>441.319</b>	-	<b>1.856.367</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	380.661	380.661
<b>Destinações Propostas</b>							
Reserva legal		56.095	-	(37.062)	-	(19.033)	-
Reserva de incentivos fiscais		-	26.645	-	-	(26.645)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(93.079)	(93.079)
Dividendos propostos		-	-	-	-	(24.075)	(24.075)
Reserva para investimentos, capital de giro		193.905	-	-	23.924	(217.829)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>1.400.000</b>	<b>235.598</b>	<b>19.033</b>	<b>465.243</b>	-	<b>2.119.874</b>
Distribuição de dividendos extraordinários	12d	-	-	-	(12.000)	-	(12.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	494.789	494.789
<b>Destinações Propostas</b>							
Reserva legal		-	-	-	24.739	(24.739)	-
Reserva de incentivos fiscais		-	35.115	-	-	(35.115)	-
Juros sobre capital próprio		12e	-	-	-	(150.427)	(150.427)
Valor a compensar c/futura distrib. de divid.	12e	-	-	-	-	3.224	3.224
Dividendos propostos	13	-	-	-	-	(8.072)	(8.072)
Reserva para investimentos, capital de giro		-	-	-	279.660	(279.660)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>1.400.000</b>	<b>270.713</b>	<b>43.772</b>	<b>732.903</b>	-	<b>2.447.388</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31/12/2022 e de 2021 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto operacional:** A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede social em Novo Hamburgo - RS, tendo suas unidades produtivas localizadas no Rio Grande do Sul. Possui como objetivo a industrialização e/ou comercialização, inclusive importação e exportação de calçados, artefatos e componentes de calçados, artigos esportivos e vestuário em geral e a participação no capital social de outras sociedades.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram aprovadas para divulgação pela Administração da Companhia em reunião realizada em 16/02/2023 e foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em conformidade com as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **3. Principais práticas contábeis:** (a) **Caixa e equivalentes de caixa** - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo considerados de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. (b) **Clientes** - Estão apresentados a valores de realização e ajustados a valor presente e por provisão para riscos de crédito. A provisão para riscos de crédito é reconhecida quando surge incerteza acerca da realização do valor já incluído na receita com vendas, a qual é reconhecida como despesa. (c) **Uso de estimativas e julgamentos** - Na preparação das demonstrações contábeis é necessário a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores registrados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Essas estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua, sendo tais revisões reconhecidas no exercício em que as mesmas foram efetuadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. A Administração acredita que as estimativas e premissas que podem apresentar um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social referem-se a provisões necessárias para passivos contingentes, provisão para perdas nos estoques e provisão para riscos de crédito. (d) **Instrumentos financeiros** - Os instrumentos financeiros são classificados numa das três categorias: • Instrumentos financeiros ao custo amortizado; • Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e • Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros de natureza decorrente de Derivativos. (e) **Moeda Funcional** - As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. (f) **Estoques** - Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção não excedendo o seu valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. (g) **Ajustes a valor presente** - Foi efetuada análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente das contas do ativo e do passivo decorrentes de operações de curto prazo, sendo que apenas as transações de conta a receber de clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente. Os juros embutidos nas vendas são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. (h) **Imobilizado** - Registrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente até 31/12/1995 e deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 8 e leva em consideração o tempo de vida útil remanescente estimado, de acordo com a avaliação efetuada das taxas de depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado. Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados pela Administração da Companhia, não tendo sido identificada necessidade de alteração das expectativas anteriores. (i) **Outros ativos e passivos** - Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, caso contrário ou quando requerido por pronunciamento específico, são demonstrados como não circulantes. (j) **Valor recuperável de ativos** - Foi efetuada análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. (k) **Arendamentos** - Na data de início dos contratos de arrendamento, a Companhia avalia se esse contrato é ou contém um arrendamento de acordo com o preconizado na NBC TG 06 - Arrendamentos. Nas análises realizadas pela Companhia, não foi

identificado efeito relevante nos arrendamentos de longo prazo existentes. (l) **Imposto de renda e contribuição social** - As provisões para o imposto de renda sobre o lucro real e para a contribuição social, foram calculadas e contabilizadas de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que é provável que haja lucros tributáveis futuros. (m) **Provisões** - Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. (n) **Subvenção para investimentos** - As subvenções são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas entre as partes e de que são auferidas. São registradas na rubrica Receita Diferida e reconhecidas como receita ao longo do período da vida útil dos imobilizados a que se vinculam para confrontar com a despesa que a subvenção pretende compensar, sendo posteriormente, destinadas para reserva de lucros - incentivos fiscais. (o) **Apuração do resultado** - A receita de vendas está apresentada líquida, ou seja, não inclui os impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando: a) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; b) todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador; c) a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida; d) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes. (p) **Lucro por ação** - O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

**4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2022	2021
Caixa e bancos	7.019	2.739
Numerais em trânsito	82.413	57.511
Títulos e valores mobiliários de liq. imediata	311.003	272.525
<b>Total</b>	<b>400.435</b>	<b>332.775</b>

**5. Clientes:**

	2022	2021
Mercado interno	1.801.586	1.473.402
Mercado externo	297.271	246.289
Subtotal	2.098.857	1.719.691
Provisão para riscos de crédito	(351.490)	(355.885)
<b>Total</b>	<b>1.747.367</b>	<b>1.363.806</b>

**6. Estoques:**

	2022	2021
Produtos acabados	115.938	257.326
Produtos em elaboração	93.930	60.953
Materiais de produção e materiais diversos	213.981	206.880
Provisão para estoques	(16.935)	(19.335)
<b>Total</b>	<b>406.914</b>	<b>505.724</b>

**7. Imposto de renda e contribuição social: a) Composição dos tributos diferidos** - A base para constituição é a seguinte:

	2022	2021
Provisão para estoques	16.935	19.335
Provisão para riscos de crédito	168.590	178.336
Provisão para contingências	285.744	278.086
Provisão para comissões	37.207	30.695
Provisão de devoluções	11.773	11.522
Desreconhecimento de receita, efeito líquido	25.428	34.437
Ajuste a valor presente	55.907	47.608
<b>Base de cálculo</b>	<b>601.584</b>	<b>600.019</b>

**Biota nominal:**

	2022	2021
Total	204.538	204.006

**b) Estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido** - A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece créditos tributários sobre as diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado anualmente pela Companhia. **c) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva** - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2022	2021
Lucro antes dos impostos e após as participações estatutárias	661.706	524.265
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	224.980	178.250

**Adições e exclusões**

	2022	2021
Subvenção para investimentos	(11.939)	(9.059)
Juros s/capital próprio pagos e/ou creditados	(51.145)	(31.647)
Outras diferenças permanentes líquidas	5.021	5.600
<b>IR e contribuição social no resultado - despesa</b>	<b>166.917</b>	<b>143.604</b>
Corrente referente ao exercício	167.449	112.834
Diferido referente ao exercício	(532)	30.770
Taxa efetiva - corrente e diferido	25,2%	27,4%

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Acionistas e Administradores da CALÇADOS BEIRA RIO S.A. Novo Hamburgo - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Calçados Beira Rio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Calçados Beira Rio S.A. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. **Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela

**Demonstrações dos Resultados dos Exercícios**

findos em 31 de dezembro (em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2022	2021
<b>Receita Líquida das Vendas</b>	16	3.896.542	2.679.034
<b>Custo dos Prod. e das Merc. Vendidas</b>	19	(2.879.513)	(2.004.708)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>1.017.029</b>	<b>674.326</b>
<b>(Despesas) Receitas Operacionais</b>			
Despesas com vendas	19	(510.366)	(389.730)
Despesas gerais e administrativas	19	(59.891)	(52.440)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	25.703	146.969
<b>Lucro Operac. antes do Result. Financ.</b>		<b>472.475</b>	<b>379.125</b>
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	17	419.625	314.661
Despesas financeiras	17	(176.954)	(130.458)
<b>Lucro antes do IR, e da Contribuição Social</b>		<b>715.146</b>	<b>563.328</b>
IR e Contribuição Social correntes	7	(167.449)	(112.834)
IR e Contribuição Social diferidos	7	532	(30.770)
<b>Lucro antes das Participações</b>		<b>548.229</b>	<b>419.724</b>
Participações no resultado	20	(52.440)	(30.062)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>494.789</b>	<b>380.661</b>
Lucro básico/diluído p/ação ON e PN - em R\$	21	49,48	38,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes dos Exercícios**

findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

	2022	2021
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>494.789</b>	<b>380.661</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado Abrangente Total</b>	<b>494.789</b>	<b>380.661</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**8. Imobilizado:**

	Móveis	Inst. e Eq.	Máq. e Equip.	Outros	Total
<b>Taxa média de deprec. ao ano</b>	<b>0 a 4%</b>	<b>10%</b>	<b>10% a 20%</b>	-	-
<b>Saldos em 31/dez/2020</b>	<b>106.561</b>	<b>26.372</b>	<b>194.717</b>	<b>24.698</b>	<b>352.348</b>

**Adições:** 832 (63.501) 47.915 112.248

**Transferências:** 1.404 927 9.032 (11.363)

**Baixas:** (130) (197) (11.814) (606) (12.747)

**Depreciações:** (5.392) (3.727) (31.655) (378) (41.152)

**Saldos em 31/dez/2021** **102.443** **24.207** **223.781** **60.266** **410.697**

**Adições:** 1.134 112.991 50.269 164.394

**Transferências:** 34.703 13.723 8.169 (56.539)

**Baixas:** (3.210) (608) (13.040) (917) (17.775)

**Depreciações:** (6.177) (4.768) (42.888) (918) (54.751)

**Saldos em 31/12/2022** **127.759** **33.688** **289.013** **52.105** **502.565**

**9. Empréstimos e Financiamentos:**

Adiantamento de contrato de exportação: 126.268 164.625

**Total:** 126.268 164.625

Refere-se a adiantamentos de contratos de câmbio com encargos médios de 6,35 % a.a. (2,73% a.a. em 2021) mais variação cambial, cuja garantia são saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas pela Companhia. **10. Obrigações Tributárias - Passivo Circulante e Não Circulante** - O montante total de R\$ 36.765 (R\$ 39.843 em 2021) refere-se ao Programa Fundopem, cujos valores devidos são corrigidos pela variação do IPCA/IBGE acrescidos de juros de 1,5 a 3% a.a. O vencimento final será em outubro de 2042. Em 31/12/2022, R\$ 14.704 está registrado no passivo circulante (R\$ 13.200 em 2021) e R\$ 22.061 está registrado no passivo não circulante (R\$ 26.643 em 2021). **11. Provisão para Contingências:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos de natureza trabalhista, cível, ambiental e tributária, decorrentes das atividades normais de seus negócios. Com respeito dos seus assessores jurídicos, a Administração constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as perdas esperadas. Em janeiro de 2023 a Companhia recebeu outro de infração referente a questões tributárias, no montante aproximado de R\$ 17.000. As análises iniciais dos seus assessores jurídicos, consideram a perda como possível, não tendo sido constituída provisão. Para os processos com probabilidade de perda provável, foram constituídas provisões para o montante total do risco mensurado. A seguir apresentamos a composição da provisão para contingência constituída:

Natureza da contingência	2022	2021
Cível	113.582	93.608
Trabalhista	81.220	96.277
Ambiental	77.634	75.387
Tributárias	13.308	12.814
<b>Circulante</b>	<b>285.744</b>	<b>278.086</b>
Não circulante	2.286	2.032
<b>Total</b>	<b>288.030</b>	<b>280.118</b>

**Resumo da movimentação dos montantes**

# Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

## PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

☎ (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC





# ESTA PUBLICAÇÃO FOI CANCELADA

## Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

### **PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)
-  [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)
-  (51) 3213-1333 / 3213-1338
-  (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



**ESTA PUBLICAÇÃO FOI CANCELADA**

BAIXE O  
**APP JC**

DISPONÍVEL NO  
Google play

DISPONÍVEL NA  
App Store

**ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!**



BALDO S/A. - Comércio, Indústria e Exportação - CNPJ Nº 91.473.678/0001-47. Relatório da Diretoria: Em cumprimento às disposições de ordem legal e estatutária, é com grande prazer que esta diretoria submete à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo de Resultados e as demais Demonstrações Financeiras de forma resumida e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos no link na internet, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022. Nesta oportunidade, externamos o nosso reconhecimento aos senhores acionistas e aos colaboradores pelo apoio que têm prestado à nossa administração. Para qualquer esclarecimento colocamo-nos ao inteiro dispor de V. Sas. Encantado, RS, 16 de fevereiro de 2023. A Diretoria

Table with multiple columns: Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais), Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais), Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais), Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais), Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais).

1. Contexto operacional: A Baldo S.A. - Comércio, Indústria e Exportação ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída no Brasil, com sede e principal endereço de negócios na Rua Leonel Sangalli, 7.210, Bairro São José, em Encantado - RS, sendo a entidade controladora da empresa Canarias S.A. e com uma controlada em conjunto (joint venture) Goemil S.A. Indústria de Produtos Alimentícios. A Companhia e suas controladas têm por objeto a industrialização, comercialização e exportação de soja ou outros sementes oleaginosas e seus derivados, bem como a industrialização, comercialização e exportação de erva-mate e chá-mate. 2. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria em 16/02/2023. 3. Principais políticas contábeis: 3.1. Base de elaboração - As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. 3.2. Base de consolidação - As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os critérios de consolidação previstos nas práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem as operações da Companhia e da seguinte empresa controlada:

Table with columns: Empresa, Localização, Participação direta 2022, Participação direta 2021. Rows include Canarias S.A. (Uruguai, 64,78%), Goemil S.A. (Brasil, 50,00%), and Baldo S.A. (Brasil, 100,00%).

3.3. Investimentos em controladas - Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e integralmente consolidadas. 3.4. Investimentos em controladas em conjunto - Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (Nota Explicativa nº 9). Os principais grupos de contas do ativo, passivo e do resultado da Goemil S.A. estão apresentados: Balanços patrimoniais, Ativo circulante, Ativo não circulante, Total do ativo, Passivo circulante, Passivo não circulante, Patrimônio líquido, Total do passivo e patrimônio líquido, Demonstrações de resultados, Receita líquida de vendas, Custo dos produtos vendidos, Lucro bruto, Despesas operacionais.

Table with columns: Balanços patrimoniais, Ativo circulante, Ativo não circulante, Total do ativo, Passivo circulante, Passivo não circulante, Patrimônio líquido, Total do passivo e patrimônio líquido, Demonstrações de resultados, Receita líquida de vendas, Custo dos produtos vendidos, Lucro bruto, Despesas operacionais.

3.5. Apreciação do resultado - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. 3.6. Moeda estrangeira - Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem. 3.7. Caixa e equivalentes de caixa - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial. 3.8. Contas a receber de clientes - Os saldos de contas a receber de clientes são registrados pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e reduzidos ao seu valor presente na data do balanço patrimonial. A necessidade de constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa é avaliada com base na experiência passada de inadimplência da Companhia e da análise da situação financeira atual de cada devedor. 3.9. Estoques - Os estoques são apresentados pelos custos médios de aquisição ou produção, os quais não superam o valor líquido realizável. 3.10. Imobilizado e intangível - Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A Companhia optou por avaliar os bens do ativo imobilizado pelo custo atribuído na data de adoção do Pronunciamento CPC, ou seja, 19/01/2010. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, na conta de ajuste de avaliação patrimonial, líquida dos efeitos fiscais. Os terrenos não sofrem depreciação. Para as demais classes de ativo imobilizado, a depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A Companhia efetuou a revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e intangível e as taxas atualmente adotadas se manterão para o próximo ano, como segue:

Table with columns: Taxa de depreciação (% ao ano), 2022, 2021. Rows include Beneficiárias e instalações (4% - 20%), Edificações, silos e tanques (2,5% - 4,5%), Máquinas e equipamentos (3,5% - 12,5%), Móveis, utensílios e equipamentos de informática (6,5% - 33,33%), Veículos (6% - 12,5%), Intangível (33,33%).

3.11. Redução ao valor recuperável de ativos - No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu

valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subseqüentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável (preço de venda menos custos para concluir e vender, no caso de estoques), mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou grupo de ativos relacionados) em exercícios anteriores, uma reversão de uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente em lucros e perdas. 3.12. Empréstimos e financiamentos - Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária, conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço. 3.13. Instrumentos financeiros - Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros - Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou contratados. Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. Hedge de fluxo de caixa - A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de troca de câmbio, para proteger-se contra seus riscos de flutuação cambial. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo e positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. Os instrumentos financeiros foram designados como hedge de fluxo de caixa, sendo formalmente documentada a relação de hedge, sendo a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge reconhecida no resultado e em outros resultados abrangentes. A reserva de hedge de fluxo de caixa é ajustada ao menor valor entre o ganho ou a perda acumulada no instrumento de hedge e a mudança acumulada no valor justo do item objeto de hedge. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - Ativos financeiros, exceto aqueles designados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual redução ao valor recuperável de ativos (impairment). São considerados deteriorados quando existir evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Baixa de ativos financeiros - A Companhia baixa um ativo financeiro, desse ativo expiram, ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. Passivos financeiros - Os passivos financeiros (inclusive empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido de passivos financeiros - A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. 3.14. Reconhecimento de receita - A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e reflete a contrapartida que a entidade espera ter direito em troca da transferência de produtos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Receita de venda - A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre os produtos vendidos. 3.15. Imposto de renda e contribuição social - Impostos correntes - O imposto a pagar baseia-se no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Impostos diferidos - O imposto diferido é reconhecido sobre diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e suas respectivas bases de cálculo (conhecidas como diferenças temporárias). Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que aumentem o lucro tributável no futuro. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que reduzam o lucro tributável no futuro e para quaisquer prejuízos fiscais não utilizados ou créditos fiscais não utilizados. Impostos diferidos ativos são mensurados pelo maior valor que, com base no lucro tributável corrente ou futuro estimado, seja mais provável do que improvável que seja recuperado. O valor contábil líquido de impostos diferidos ativos é revisado a cada data de balanço e ajustado para refletir a avaliação atual dos lucros tributáveis futuros. Quaisquer ajustes são reconhecidos em lucros e perdas. O imposto diferido é calculado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao lucro tributável (prejuízo fiscal) dos períodos nos quais se espera que o imposto diferido ativo seja realizado ou que o imposto diferido passivo seja liquidado, com base nas alíquotas que tenham sido promulgadas ou substancialmente promulgadas até o final do período de relatório. 3.16. Demais ativos e passivos - Os demais ativos e passivos, classificados no circulante e não circulante obedecem ao prazo de realização ou de exigibilidade. Esses demais ativos e passivos estão apresentados pelo valor de custo ou realização e por valores conhecidos e calculáveis, respectivamente, incluindo quando aplicável os rendimentos, encargos e variações monetárias e cambiais. 3.17. Estimativas contábeis - Na aplicação das políticas contábeis, a administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisões para

devedores duvidosos, desvalorização dos estoques e realização de impostos diferidos. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. 3.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022 - Alterações no CPC 48, CPC 27 - As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias, tais como: Ativo Imobilizado - vendas antes do uso pretendido; A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado. De acordo com as regras de transição, a Companhia aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado. IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros); A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o período. 4. Caixa e equivalentes de caixa

Table with columns: Caixa e bancos, Disponibilidades em moeda estrangeira, Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários e outros vencimentos originais de até três meses na data da sua contratação, e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Disponibilidades em moeda estrangeira incluem recursos em dólares mantidos em bancos no Brasil na modalidade de câmbio pronto, com liquidez imediata. 5. Aplicações financeiras: Aplicações financeiras - Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e estão vinculadas a variação de taxas dos certificados de depósitos interbancários - CDI. Estas aplicações são remuneradas em média a 100% (100% em 2021) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. 6. Contas a receber de clientes: Contas a receber - Provisão para créditos de liquidação duvidosa - São cobrados juros sobre as contas a receber a partir da data do vencimento da fatura. A média dos juros anuais é de 12% (9,6% em 2021) sobre o saldo a receber. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para contas a receber com base em experiências passadas de inadimplência e da análise da situação financeira atual de cada devedor. A Companhia mantém os procedimentos para recuperar tais créditos e não possui garantias para esses saldos.

Table with columns: Contas a receber, Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Total, Prazo médio de crédito na venda de produtos é de 27 dias (23 em 2021), São cobrados juros sobre as contas a receber a partir da data do vencimento da fatura. A média dos juros anuais é de 12% (9,6% em 2021) sobre o saldo a receber. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para contas a receber com base em experiências passadas de inadimplência e da análise da situação financeira atual de cada devedor. A Companhia mantém os procedimentos para recuperar tais créditos e não possui garantias para esses saldos.

Table with columns: Valores a vencer, Vencidos: Até 30 dias, Entre 31 e 90 dias, Entre 91 e 180 dias, Acima de 180 dias, Total, A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo: Saldo em 31/12/2020, Créditos provisionados no exercício, Reversão da provisão, Saldo em 31/12/2021, Créditos provisionados no exercício, Reversão da provisão, Saldo em 31/12/2022.

Table with columns: Matéria-prima, Produtos acabados, Produtos em elaboração, Mercadorias para revenda, Almoxarifado, Total, 8. Tributos a recuperar Circulante: ICMS a recuperar, PIS a recuperar, COFINS a recuperar, Imposto de renda, Outros impostos a recuperar, Total, Não circulante: ICMS a recuperar, PIS/COFINS a recuperar, Total, 9. Investimentos: A participação em controladas e controladas em conjunto é como segue: Canarias S.A., Goemil S.A., Total.

Table with columns: DADOS DOS INVESTIMENTOS: Capital social, Patrimônio líquido, Lucro (prejuízo) do exercício, Lucro não realizado, Participação no capital social.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)**

Consolidado	Canárias		Goemil		Total	
	S.A.	S.A.	2022	2021	2022	2021
Ações/quotas possuídas	64.780	80.000				
Movimento dos investimentos:						
Saldo inicial	90.420	124.140	214.560	174.388		
Ajuste de avaliação patrimonial	4.007	-	4.007	864		
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	(12.005)	(4.080)	(16.085)	(10.900)		
Equivalência patrimonial	16.387	30.945	47.332	50.208		
Saldo final	98.809	151.005	249.814	214.560		
Dados dos investimentos:						
Capital social	160.000					

**10. Imobilizado e intangível**

	Canárias		Goemil		Total	
	S.A.	S.A.	2022	2021	2022	2021
<b>Consolidado</b>						
Saldo em 31/12/2020	13.359	35.833	53.720	3.551	5.031	4.599
Adições	857	1.362	1.918	237	6	135
Baixas	(130)	(13)	(126)	(9)	(58)	-
Transferências	887	1.212	1.796	238	70	-
Saldo em 31/12/2021	14.973	38.394	57.308	4.017	5.109	4.599
Adições	1.599	48	2.833	522	476	-
Baixas	(9)	(152)	(413)	(15)	(299)	-
Transferências	1.652	2.632	3.400	29	78	-
Saldo em 31/12/2022	18.215	40.922	63.128	4.553	5.364	4.599
<b>Depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável</b>						
Saldo em 31/12/2020	6.900	15.193	37.981	2.031	3.010	-
Adições	723	1.197	2.151	280	293	-
Baixas	(16)	(13)	(93)	(9)	(28)	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	7.607	16.377	40.039	2.302	3.275	-
Adições	823	1.182	2.211	333	313	-
Baixas	(9)	(137)	(380)	(15)	(199)	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	8.421	17.422	41.870	2.620	3.389	-
<b>Imobilizado líquido</b>						
Saldo em 31/12/2020	7.366	22.017	17.269	1.715	1.834	4.599
Saldo líquido em 31/12/2021	7.394	23.500	21.258	1.933	1.975	4.599
Saldo líquido em 31/12/2022	9.794	23.500	21.258	1.933	1.975	4.599

	Canárias		Goemil		Total	
	S.A.	S.A.	2022	2021	2022	2021
<b>Consolidado</b>						
Saldo em 31/12/2020	15.083	56.296	56.399	4.696	5.163	6.222
Adições	911	1.362	1.922	331	66	195
Baixas	(130)	(13)	(126)	(9)	(58)	-
Transferências	887	1.212	1.796	238	70	-
Variação cambial (a)	26	298	39	18	2	24
Saldo em 31/12/2021	16.777	59.155	60.030	5.274	5.243	6.246
Adições	1.648	48	2.839	568	476	-
Baixas	(9)	(152)	(413)	(15)	(299)	-
Transferências	1.652	2.632	3.400	29	78	-
Variação cambial (a)	81	913	120	57	6	72
Saldo em 31/12/2022	20.149	62.596	65.976	5.913	5.504	6.318
<b>Depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável</b>						
Saldo em 31/12/2020	7.729	17.211	39.346	3.176	3.071	-
Adições	898	1.608	2.410	378	293	-
Baixas	(16)	(13)	(93)	(9)	(28)	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	8.625	18.843	41.686	3.560	3.337	-
Adições	1.005	1.599	2.471	435	313	-
Baixas	(9)	(137)	(380)	(15)	(199)	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Variação cambial (a)	51	119	82	67	4	57
Saldo em 31/12/2022	9.672	20.424	43.859	4.047	3.455	-
<b>Imobilizado líquido</b>						
Saldo líquido em 31/12/2021	8.152	40.312	18.344	1.714	1.906	6.246
Saldo líquido em 31/12/2022	10.477	42.172	22.117	1.866	2.049	6.318

(a) Variação cambial refere-se à atualização do patrimônio da controlada Canárias S.A. Em 2022, a Companhia manteve registro da perda de R\$1.073 por redução ao valor recuperável de determinados itens do imobilizado, da unidade de negócios chá mate, a seu respectivo valor recuperável. O valor recuperável foi baseado no valor em uso em 31/12/2022, tendo sido determinado em relação à unidade geradora de caixa. A unidade geradora de caixa consiste nos ativos da atividade, que totalizam R\$ 5.990 (R\$5.934 em 2021). Para determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa, os fluxos de caixa consideram um orçamento financeiro aprovado pela administração durante um período de cinco anos. A taxa de desconto utilizada foi de 18% antes dos tributos. Os efeitos dessa perda foram refletidos em custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício findo em 31/12/2020, período no qual tal perda foi identificada. Cabe destacar que a Companhia não identificou necessidade de registrar qualquer perda no valor recuperável nos demais itens do ativo imobilizado. **11. Propriedade para investimento:** Representam terrenos mantidos para futuro uso indeterminado, localizados em Encantado e Novo Hamburgo - RS. Os bens foram valorizados pelo seu custo histórico e seu valor justo é de aproximadamente R\$9.639.

**12. Partes relacionadas**

	Canárias		Goemil		Total	
	S.A.	S.A.	2022	2021	2022	2021
<b>Controladora</b>						
<b>Acionistas</b>						
Balanco patrimonial	-	-	5.022	5.022	4.839	
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	(102.172)	-	(102.172)	(78.795)		
Adiantam. de clientes	-	-	-	-	620	
Demon. do resultado	-	-	-	-	-	-
Vendas de produtos	-	255.766	39	255.805	235.494	
Custo de produtos	-	17	17	17	3.916	

A Companhia realiza com a sua controlada Canárias S.A. transações de venda de mercadorias com base em preços definidos pela administração, considerando as estratégias do Grupo. Eventualmente, se essas transações fossem realizadas com terceiros, poderiam gerar resultados diferentes dos apurados. Os juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar aos sócios no valor de R\$102.172 (R\$78.795 em 31/12/2021) são classificadas no passivo não circulante, por decisão dos sócios, de manter os recursos na Companhia, para financiar parte do capital de giro. Os recursos não possuem encargos financeiros. Foi pago durante o exercício de 2022, a título de remuneração dos administradores (incluindo salários e benefícios), o montante de R\$3.851 (R\$2.920 em 31/12/2021). **13. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas possuem processos em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios. Em 2022 as contingências estavam distribuídas em:

	Canárias		Goemil		Total	
	S.A.	S.A.	2022	2021	2022	2021
<b>Controladora</b>						
<b>Acionistas</b>						
Trabalhistas	20	3	20	3		
Total	20	3	20	3		

Em 31/12/2022, os processos cíveis, tributários e trabalhistas com perda possível totalizavam R\$180 (R\$369 em 2021). **14. Instrumentos financeiros:** a) **Considerações gerais** - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos, outras contas a receber e outras contas a pagar e estão contabilizadas pelos seus valores de mercado ou próximos ao valor de mercado. b) **Valor de mercado** - Considerando a natureza, o prazo e as características dos instrumentos financeiros os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado/realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. c) **Hedge de fluxo de caixa das exportações** - A empresa adquiriu commodities - soja, em moeda nacional e firmou contratos para a exportação dos produtos resultantes da sua industrialização, óleo de soja degomado e farelo de soja tostado, em moeda estrangeira. Ainda, firmou contratos de exportação de ervas-mate beneficiada. Visando proteger os respectivos fluxos de caixa do potencial variação cambial, a Companhia contratou instrumentos de trava cambial em montantes e prazos equivalentes aos das referidas transações. A venda ao mercado externo tem prazo de entrega determinado, montante e quantidade de moeda suficiente e igual ao compromisso assumido. A variação cambial de transação liquidada foi reconhecida no resultado e de transação não liquidada foi reconhecida em outros resultados abrangentes. d) **Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia** - Risco de preço das commodities: Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. A maior parte da proteção contra a variação

dos preços das commodities é realizada através de vendas antecipadas diretamente com nossos clientes e na bolsa, bem como compras antecipadas diretamente com nossos fornecedores. **Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. **Risco de liquidez:** E o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira. e) **Instrumentos financeiros por categoria** - Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

	Canárias		Goemil		Total	
	S.A.	S.A.	2022	2021	2022	2021
<b>Ativos</b>						
Caixa, equivalente de caixa	12.569	24.248				
Aplicações financeiras	466.185	560.732				
Contas a receber	51.351	65.148				
Total	530.105	650.128				
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>						
Fornecedores	36.281	37.005				
Empréstimos e financiamentos	12.121	12.121				
Total	48.402	49.126				

	Canárias		Goemil		Total	
	S.A.	S.A.	2022	2021	2022	2021
<b>Ativos</b>						
Caixa, equivalente de caixa	40.074	104.443				
Aplicações financeiras	378.532	414.070				
Contas a receber	56.376	71.604				
Total	474.982	590.117				
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>						
Fornecedores	36.281	37.005				
Empréstimos e financiamentos	12.121	12.121				
Total	48.402	49.126				

O impacto dos instrumentos de hedge no balanço patrimonial é apresentado abaixo:

	Valor nominal (US\$)	Valor contábil (US\$)	Linha nas demonstrações financeiras
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>			
Contratos de trava de câmbio	4.969	1.039	Instrumentos financeiros derivativos - hedge de fluxo de caixa
Contratos de trava de câmbio	3.000	937	Instrumentos financeiros derivativos - hedge de valor justo
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>			
Contratos de trava de câmbio	1.298	145	Instrumentos financeiros derivativos - hedge de valor justo
Contratos de trava de câmbio	3.000	190	Instrumentos financeiros derivativos - hedge de valor justo

**15. Patrimônio líquido: Capital social** - O capital social é de R\$ 600.000 (R\$400.000 em 2021), dividido em 600.000.000 ações ordinárias nominativas, todas no valor nominal de R\$1 cada. O capital encontra-se totalmente integralizado.

Acionista	2022		2021	
	Acções	R\$	Acções	R\$
Acionistas domiciliados no país	588.750.000	588.750	98	392.500.000
Acionistas domiciliados no exterior	11.250.000	11.250	2	7.500.000
Total	600.000.000	600.000	100	400.000.000

Outros resultados abrangentes - Ajustes de avaliação patrimonial - custo atribuído: A Companhia optou pela adoção do custo atribuído (deemed cost), cujos valores justos foram estimados por profissionais externos (engenheiros), onde foram consideradas informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. O laudo foi preparado em 31/08/2010 e considerado o registro em 19/01/2010, líquido dos efeitos da depreciação registrada neste mesmo exercício. A Companhia utilizou os saldos de reavaliações remanescentes existentes como parte integrante do valor de custo dos seus respectivos bens, lançando em contrapartida de ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos efeitos dos impostos. A realização contra a conta de lucros acumulados ocorre na proporção da depreciação ou baixa dos ativos correspondentes. No exercício de 2022 foi realizado através da depreciação dos bens reavaliados o montante de R\$477 (R\$501 em 2021). **Ajustes de conversão de investimentos no exterior de controladas:** O saldo da rubrica "Ajuste acumulado de conversão" se refere ao valor das variações cambiais do investimento em controlada no exterior. O reconhecimento no resultado dos valores registrados nesta conta ocorrerá apenas quando da baixa do investimento. **ajuste e valor justo de hedge de fluxo de caixa das exportações:** O saldo da rubrica "Ajuste a valor justo de hedge de fluxo de caixa" se refere ao valor das variações cambiais dos contratos de exportação protegidos por trava cambial. O reconhecimento no resultado dos valores registrados nesta conta ocorrerá na data do vencimento e liquidação dos contratos. **Dividendos e juros sobre capital próprio** - Com base no resultado do exercício 2022, ajustado nos termos da legislação societária, foi apropriado para pagamento aos acionistas o montante de R\$55.200 (R\$36.300 em 2021) a título de juros sobre capital próprio, apurados de acordo com o artigo 355 do Decreto 9.580/2018. Dado que este montante supera o mínimo requerido pela legislação, não houve complemento a título de dividendos (R\$4.975 em 2021). Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado como juros sobre o capital próprio foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e da contribuição social, e o benefício tributário oriundo dessa dedução foi de R\$18.768 (R\$12.342 em 2021). Para fins de adequação da apresentação das demonstrações financeiras, referidos juros foram tratados como se fosse distribuição de lucros e foram apresentados como redução a lucros acumulados no patrimônio líquido. Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária. A Companhia não realiza nenhum outro ajuste na base de cálculo dos dividendos além dos expressamente estabelecidos no art. 202 da Lei 6.404. O cálculo do dividendo mínimo obrigatório pode ser assim demonstrado:

	2022	2021
Lucro líquido	164.657	(8.233)
Reserva legal - 5%	(8.233)	(9.308)
Reserva de incentivos fiscais	147.116	36.779
Base de cálculo - dividendos obrigatórios	164.657	(8.233)
Dividendos obrigatórios - 25%	41.164	(2.058)

Os dividendos remanescentes são apurados pela diferença entre o juro sobre capital próprio distribuído no exercício, líquido da retenção na fonte (15%) e o cálculo demonstrado acima. **Reserva de lucros - Reserva Legal:** O saldo da rubrica "Reserva Legal", tal como previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76 se refere ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui registrado R\$63.365 (R\$55.132 em 2021). **Reserva de lucros:** Tem a finalidade de assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, bem como o financiamento de empresas controladas. **16. Receita de vendas:** Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Receita de vendas	730.928	698.440
Receita de serviços	21	24
Receita bruta	730.949	698.464
Impostos sobre vendas	(9.256)	(8.695)
Devoluções e abatimentos	(846)	(3.417)
Receita de vendas líquida	720.847	686.352

**20. Seguros:** Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas que considera a natureza e o grau de riscos envolvidos, de acordo com a orientação de seus consultores de seguros. As coberturas contratadas estão demonstradas a seguir:

Bens segurados	Cia. Seguradora	Risco	Nº apólice	Vencimento	Valor em risco total - R\$ (mil)	Limite máx. de ind. - R\$ (mil)
Matriz e filiais	Liberty Seguros	Responsabilidade Civil Geral	51.90.20220000.157	15/08/2023	-	3.000
Parque Industrial Matriz - Encantado	HDI Global Seg.	Incêndio, raio e explosão	03.004.111.000050	08/08/2023	196.300	117.780
Parque Industrial Canoinhas/SC	HDI Global Seg.	Incêndio, raio e explosão	03.004.111.000062	12/11/2023	62.839	62.839
Parque Industrial Prudentópolis/PR	HDI Global Seg.	Incêndio, raio e explosão	03.004.111.000062	12/11/2023	28.322	28.322
Parque Industrial São Mateus Sul/PR	HDI Global Seg.	Incêndio, raio e explosão	03.004.111.000062	12/11/2023	124.500	80.000
Total					411.968	291.941